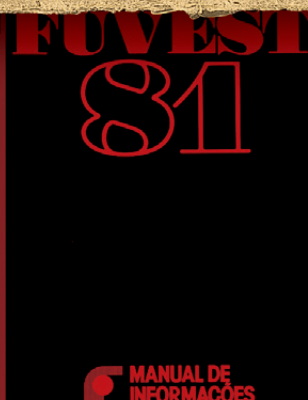
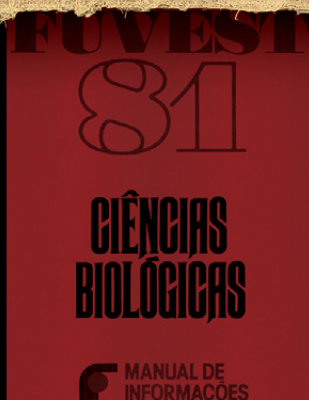


ENI DE MESQUITA SAMARA

30 ANOS DE FUVEST

A História do Vestibular da Universidade de São Paulo, 1976-2006



30 ANOS DE FUVEST



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

<i>Reitora</i>	Suely Vilela
<i>Vice-reitor</i>	Franco Maria Lajolo



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

<i>Diretor-presidente</i>	Plínio Martins Filho
---------------------------	----------------------

COMISSÃO EDITORIAL

<i>Presidente</i>	José Mindlin
<i>Vice-presidente</i>	Carlos Alberto Barbosa Dantas
	Benjamin Abdala Júnior
	Carlos Augusto Monteiro
	Maria Arminda do Nascimento Arruda
	Nélio Marco Vincenzo Bizzo
	Ricardo Toledo Silva

<i>Diretora Editorial</i>	Silvana Biral
<i>Diretora Comercial</i>	Ivete Silva
<i>Diretor Administrativo</i>	Peter Greiner
<i>Diretor de Livrarias</i>	Paulinho Mota
<i>Editoras-assistentes</i>	Marilena Vizentin
	Carla Fernanda Fontana
	Mônica Cristina Guimarães dos Santos

ENI DE MESQUITA SAMARA

30 ANOS DE FUVEST

A História do Vestibular da Universidade de São Paulo, 1976-2006

EQUIPE DE PESQUISA

Carmen Sílvia Gama
Igor Renato Machado de Lima
Leandro Calbente Câmara
Madalena Marques Dias
Vanessa dos S. Bodstein Bivar

Copyright © 2007 by Eni de Mesquita Samara

Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Visite também www.edusp.com.br.

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do
Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Samara, Eni de Mesquita.

30 Anos de Fuvest: a História do Vestibular da Universidade
de São Paulo, 1976-2006 / Eni de Mesquita Samara. – São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

184 p.; 20 x 25 cm.

Inclui bibliografia.

Apêndice: Lista de imagens, gráficos e tabelas.

ISBN 978-85-314-0976-9

1. Ensino Superior 2. Fuvest 3. Exame vestibular I. Título
II. Título: a História do Vestibular da Universidade de São
Paulo, 1976-2006.

CDD-378

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2007

Foi feito o depósito legal

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Lista de Abreviaturas</i>	13
<i>Apresentação</i>	15
<i>Introdução</i>	17

PARTE I: A FUNDAÇÃO DA FUVEST

CAPÍTULO 1 Selecionando os Futuros Universitários: Os Exames de Ingresso para a Universidade de São Paulo	23
1.1 O Antigo Processo de Seleção dos Candidatos à USP: Exames por Carreira	25
1.2 Década de 1960: a Explosão do Público Universitário e a Organização das Fundações para o Vestibular – Cescem, Mapofei, Cescea.....	34
CAPÍTULO 2 Fuvest: Uma Resposta às Novas Necessidades da Universidade de São Paulo	45
2.1 O Processo de Fundação da Fuvest no Contexto do Crescimento Vertiginoso do Público Universitário no País.....	46
2.2 Montagem da Nova Instituição e Experiência dos Primeiros Exames Vestibulares	53

PARTE II: FUVEST, EM TRINTA ANOS

CAPÍTULO 3 Estruturação Institucional.....	71
3.1 Funcionários, Conselheiros e Diretores: Formação de uma Rotina Administrativa.....	71
3.2 Formação de um Patrimônio	82
CAPÍTULO 4 A Fuvest Frente às Demandas de Pesquisa, Educação e Questões Sociais	93
4.1 Financiamento de Pesquisas e Envolvimento em Trabalhos de Relevância	93
4.2 A Relação com o Ensino Médio e as Novas Demandas Sociais: Processo de Isenções e Projeto de Inclusão	103

PARTE III: FUVEST EM ATIVIDADE

CAPÍTULO 5 Criando Exames, Sempre.....	121
5.1 O Exame de Transferência para a USP e para Admissão na Pós-graduação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Saúde Pública	121
5.2 Particularidades da Fuvest	126
CAPÍTULO 6 Fazendo um Vestibular em Sete Etapas.....	131
6.1 O Fluxo de Informações com o Conselho Universitário	131
6.2 A Preparação dos Manuais dos Candidatos	134

6.3 A Preparação das Provas: Bancas e Discussões	142
6.4 Inscrições: Conhecendo Melhor os Vestibulandos	146
6.5 Os Exames da Primeira e Segunda Fases: uma Logística Elaborada	151
6.6 Correções da Primeira e Segunda Fases e Divulgação de Resultados	158
6.7 Elaboração dos Relatórios e os Debates: o Vestibular se Auto-Avalia	163
<i>Considerações Finais</i>	167
<i>Lista de Imagens, Gráficos e Tabelas</i>	169
<i>Fontes e Referências Bibliográficas</i>	173
<i>Índice Onomástico</i>	177

Agradecimentos

SÃO MUITAS AS PESSOAS e instituições a quem devo agradecimentos. Em primeiro lugar, ao Conselho Curador da Fuvest, que me convidou para escrever este livro em comemoração dos trinta anos da instituição, tarefa que considero bastante honrosa.

Sou grata à Diretoria Executiva e Financeira da Fuvest, bem como aos seus funcionários, que tiveram uma colaboração decisiva na realização desta obra.

Agradeço ainda a todos os membros do Conselho Curador e demais participantes da fase de organização da Fuvest, cujas entrevistas foram extremamente valiosas e deram o fio condutor do conteúdo que se segue.

Agradeço também à equipe de pesquisa (Carmen Sílvia Gama, Igor Renato Machado de Lima, Leandro Calbente Câmara, Madalena Marques Dias, Vanessa dos S. Bodstein Bivar) pela seriedade e dedicação ao trabalho e especialmente pelo cumprimento de todos os prazos, possibilitando a conclusão do livro no cronograma estabelecido.

Sem a ajuda de todas essas pessoas seria impossível escrever esta obra.

Lista de Abreviaturas

- Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
- CCE – Centro de Computação Eletrônica da Universidade de São Paulo.
- Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade da Universidade de São Paulo.
- Cescea – Centro de Seleção de Candidatos às Escolas de Administração.
- Cescem – Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas.
- CET – Companhia de Engenharia de Tráfego.
- Codac – Coordenadoria de Atividades Culturais.
- CoG – Conselho de Graduação.
- COP – Comissão de Orçamento e Patrimônio da Universidade de São Paulo.
- CPV – Comissão Permanente para o Vestibular.
- DSV – Departamento de Serviços Viários.
- ECA – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.
- Fatec – Faculdade de Tecnologia de São Paulo.
- FEA – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.
- FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Fuvest – Fundação Universitária para o Vestibular.

IF – Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

IME – Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo.

Mapofei – Vestibulares Unificados de Ciências Exatas e Engenharia: Mauá, Poli e FEI.

Naeg – Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático.

Poli – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Prodesp – Serviço de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Unesp – Universidade Estadual Paulista.

UNG – Universidade de Guarulhos.

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas.

Unicid – Universidade da Cidade de São Paulo.

Unifecap – Centro Universitário Álvares Penteado.

Uninove – Centro Universitário Nove de Julho.

USP – Universidade de São Paulo.

Vunesp – Vestibular da Universidade Estadual Paulista.

Apresentação

A FUNDAÇÃO PARA O VESTIBULAR – FUVEST apresenta uma trajetória rica e exitosa ao longo de seus trinta anos. Durante esse período, caracterizado pelo crescimento da demanda pelas vagas da Universidade de São Paulo e pelo significativo avanço tecnológico na área de informática, além das grandes alterações na sociedade brasileira, a Fuvest sempre soube responder a essas mudanças, constituindo-se em referencial para entidades congêneres no país.

A riqueza da experiência da Fundação é demonstrada pela evolução dos trabalhos para a realização do vestibular, tendo apresentado inovações significativas em todo o processo de elaboração das questões e na implementação da complexa logística da realização das provas.

O êxito da Fuvest pode ser aferido pelo grande reconhecimento dos seus trabalhos. Boa parte do seu sucesso deve-se à forte interação com a USP, que sempre estabeleceu as diretrizes que orientam os trabalhos da instituição. A sua responsabilidade é sempre muito grande, pois o vestibular é a única porta de entrada para a graduação da USP, universidade pública gratuita, financiada pelo Estado de São Paulo. Por meio dos programas das disciplinas e do formato das provas do vestibular, a Fuvest transmite para um grande número de pessoas o que a USP prioriza como critérios de seleção, realizando o próprio processo seletivo de candidatos. A atuação da Fundação é avaliada constantemente pela sociedade e pelas esferas competentes da

Universidade, exigindo transparência e padrões de qualidade cada vez mais elevados. A USP sempre apoiou e contribuiu com professores (muitos dos quais, membros dos Conselhos Curadores e das Diretorias da Fundação) e infra-estrutura para que a entidade levasse adiante seus trabalhos.

A realização da pesquisa que deu origem a este livro foi apoiada pela Fuvest, que, dessa forma, para comemorar seus trinta anos, decide financiar estudos sobre o vestibular, a começar pela história da própria Fundação. Procura, assim, refletir sobre sua evolução e oferece oportunidade para o compartilhamento sistematizado de sua experiência.

O trabalho da Profa. Eni de Mesquita Samara é precioso. Ela organizou as informações dos arquivos da Fuvest e de outras fontes, e também realizou numerosas entrevistas com pessoas que colaboraram com a Fundação nesses anos. O documento é rigoroso, sem perder a vivacidade de depoimentos esclarecedores.

HÉLIO NOGUEIRA DA CRUZ

Introdução

ESSE livro surge em comemoração dos trinta anos de existência da Fuvest e tem como propósito contar a sua história desde a fundação até a atualidade. Criada em 20 de abril de 1976, constitui-se em uma fundação de direito privado, instituída pela Universidade de São Paulo, sem fins lucrativos e com a finalidade precípua de cuidar do exame vestibular, de acordo com as diretrizes do Conselho de Graduação.

Ao longo do tempo, a palavra Fuvest tornou-se sinônimo de padrão de excelência em exames vestibulares em São Paulo, e a própria história da instituição – relatada neste livro – leva-nos a entender como foi galgado, com afincos e seriedade, esse patamar.

Sabemos que o exame vestibular surgiu em 1911, dando início à obrigatoriedade da realização de exames para a seleção de candidatos ao Ensino Superior por meio de provas orais e escritas. Com isso, os vestibulares passaram a ser feitos pelos corpos docentes das faculdades, e foi somente na década de 1950 que a Escola Paulista de Medicina incluiu questões-testes em seus exames.

As várias modificações que aconteceram na organização das seleções marcam a primeira parte desta obra, dedicada à análise e contextualização da fundação da Fuvest e os vários caminhos que foram percorridos nos primeiros anos da sua existência. O que se percebe, na verdade, é que a Fuvest veio suprir uma necessidade da Universidade de São Paulo, em um momento

em que o público universitário crescera vertiginosamente no país. Àquela altura, os exames vestibulares que existiam por departamento já haviam se agregado a instituições que promoviam exames unificados.

Com o passar do tempo, a Fundação foi constituindo patrimônio próprio e ganhando vida à medida que repensava o padrão dos vestibulandos, as novas demandas e as políticas de maior inclusão social. Todos esses pontos são abordados especialmente na segunda parte deste trabalho, que trata da estruturação funcional da instituição, descrevendo a criação de rotinas e procedimentos para que, cada vez mais, o vestibular se originasse da forma mais apropriada às novas necessidades sociais e da educação brasileira.

A terceira parte, por sua vez, trata do cotidiano da Fuvest, especialmente, do esforço coletivo da sua equipe, para chegar a resultados finais de organização, sigilo, competência e seriedade inquestionáveis. De janeiro a janeiro existe, dentro da Fundação, um trabalho intenso, e que não se esgota concluído o vestibular anual. O que é invisível para a maioria das pessoas, e que faz parte dessa rotina, representa um grande investimento para que tudo dê certo.

E esse foi justamente um dos objetivos deste livro: integrar personagens e histórias dentro de uma visão que envolve o público e o privado. Foi com esse intuito que direcionamos grande parte da nossa pesquisa para as entrevistas, que nos ajudaram a reconstituir essa interface entendida como fundamental nos livros de História. Além disso, a documentação oficial da instituição (atas do Conselho Curador, manuais dos candidatos, relatórios de vestibulares e jornais da época, dentre outras) nos permitiu contextualizar os debates travados dentro e fora da instituição, ao longo da sua existência. Foi também muito útil o acervo do Argus Documentação (Setor da Divisão de Informação, Documentação e Serviços *on-line* da Coordenadoria de Comunicação Social da USP), que nos permitiu visualizar seus diferentes personagens.

A riqueza dessa história que se revelou com inúmeras facetas mostra uma Fuvest bastante voltada para os anseios da comunidade, a despeito de exercer uma função que nem sempre é bem vista, por tratar exatamente do ingresso na universidade mais importante do país. No entanto, o conjunto de dados pesquisados exaustivamente pela equipe, somado às memórias, falas e conversas, mostrou-nos o lado humano da Fundação, a sua preocupação com as demandas sociais, e o atendimento personalizado que é feito, por exemplo, no “departamento de mães”.

E a partir desse cenário, no mínimo instigante, convidamos os leitores a percorrer estas páginas.

PARTE I
A FUNDAÇÃO DA FUVEST

CAPÍTULO I Selecionando os Futuros Universitários: Os Exames de Ingresso para a Universidade de São Paulo

EM 1940, o jovem Setembrino Petri, hoje professor titular aposentado do Departamento de Geologia da USP, prestou seu exame vestibular. Recém-chegado do interior, onde acabara de concluir o ensino secundário, optou pela carreira de História Natural, existente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Junto dele, mais onze candidatos disputaram as trinta vagas existentes, e todos foram aprovados, pois a banca os considerou qualificados para seguir a carreira universitária.

“Penso que aquele exame era mais fácil que os de hoje” – relata-nos Setembrino – “pois éramos tão poucos... História Natural não era tão bem considerada, a maioria dos jovens preferia prestar exame vestibular para Direito, Medicina ou Engenharia, carreiras mais tradicionais”¹.

Mas, pelo relato do exame que fez, e avaliando com relação aos padrões atuais, as coisas não nos parecem tão fáceis: submetidos a uma banca de três avaliadores – todos professores do curso de História Natural –, os candidatos deveriam responder uma prova oral, apenas demonstrando alguns cálculos em uma pequena lousa. Sucediavam-se questões de química, física, biologia, matemática e português, em uma disposição de tempo totalmente livre: “Uns candidatos demoravam mais, outros menos, conforme as respostas, os avaliadores ‘puxavam’ mais perguntas ou mandavam o indivíduo embora.

1. Entrevista com Setembrino Petri, professor aposentado do Departamento de Geologia da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho Curador da Fuvest de 1976 a 1980.

Então, ficávamos esperando, do lado de fora da sala, pela nossa vez”². Poucos dias depois, os resultados dessa seleção foram afixados em um painel, na própria FFCL. A natureza do exame era claramente eliminatória e não classificatória: se a banca julgasse que alguns poucos deles apenas estivessem no nível desejado, então haveria menos aprovados.

Descrições como essa nos trazem reminiscências de uma realidade muito diversa da que se vive atualmente. História Natural viu-se desmembrada nas carreiras de Geologia e Biologia (e existem os Institutos de Geociências e Biociências); a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não existe mais, uma vez que a atual FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas já não agrega mais as mesmas carreiras. Finalmente, os exames de ingresso para a Universidade de São Paulo mudaram de forma radical.

Realizado desde 1977 pela Fuvest – Fundação Universitária para o Vestibular –, no ano de 2006 o vestibular atingiu a marca de 170 496 inscritos para apenas 9 952 vagas na USP. Mesmo a carreira menos concorrida dentre todas as oferecidas pela Universidade de São Paulo tem mais candidatos que as vagas em aberto. Por isso mesmo, cada vestibular, além de envolver milhares de pessoas, torna-se um “evento midiático”, amplamente noticiado pelas imprensas escrita, radiofônica, televisiva e internáutica. E é nesse contexto histórico que podemos situar os trabalhos da Fuvest, desde as suas origens.

Entretanto, para melhor compreendê-la, é interessante conhecer mais um pouco sobre os exames vestibulares da Universidade de São Paulo que antecederam a existência da Fuvest, e também sobre como o ensino no Brasil passou por grandes modificações a partir da década de 1960. Somente com tal pano de fundo é que conseguiremos compreender as questões que envolvem a fundação dessa instituição, assim como a ordenação que ela imprimiu a esse tipo de exame, o qual hoje, por sua exatidão e eficiência,

2. Conforme entrevista com Setembrino Petri.

constitui-se não só em paradigma para os demais exames vestibulares do país, mas também mantém diálogo permanente com o ensino médio da rede de escolas paulistas.

I.I *O Antigo Processo de Seleção dos Candidatos à USP: Exames por Carreira*

Existente desde janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo agregou unidades que a preexistiram (Medicina, Engenharias e Direito), da mesma forma que outras criadas naquele momento. Ademais, desde o princípio, cada curso aplicou os exames de ingresso aos candidatos. Por isso, uma pesquisa mais acurada sobre esses exames se constituiria em um projeto à parte, demorado e extenso, dado o caráter fragmentário de tais vestibulares. No entanto, por meio de alguns relatos, já se consegue compreender um pouco da sua lógica, e os porquês de serem tão heterogêneos.

Desde o início, os exames para ingresso nas carreiras da Universidade de São Paulo já eram denominados “vestibulares”. No dicionário, a palavra “vestibular” surge como referente aos “vestíbulos” e como exame de seleção para ingresso no ensino superior; um sentido tem claramente a ver com o outro. “Vestíbulo” tem nos espaços arquitetônicos os seus significados de maior uso: pode-se referir ao espaço entre a porta principal e a escadaria interior, à entrada de um edifício, ao espaço que antecede a entrada deste edifício, ou mesmo à porta principal³. Em suma, o vestibular é condição para o ingresso em algo superior: o princípio de uma “escada” social, justamente o que o ensino universitário representa no Brasil. Esta é a simbologia implícita no termo, e exatamente por causa dela o vestibular representa um momento de tanta importância na vida das famílias e das universidades.

3. *Dicionário Prático da Língua Portuguesa Melhoramentos*, p. 967.

O exame vestibular surgiu em 1911. Nesse ano, o então ministro da Justiça e de Negócios Interiores, Rivadavia Corrêa, empreendeu uma reforma no ensino. Uma das novidades estabelecidas no bojo dessa reforma foi a obrigatoriedade da realização de exames para seleção de candidatos ao ingresso no ensino superior, por meio de provas orais e escritas. Estas vieram substituir um sistema de admissão ao ensino superior que existia desde o período imperial, pelo qual os candidatos teriam de ter cursado o equivalente ao Ensino Médio obrigatoriamente no Colégio Pedro II, ou em outras (poucas) instituições reconhecidas. Os vestibulares passaram a ser feitos pelos corpos docentes das faculdades, e por muitas décadas calcaram-se em questões dissertativas longas e provas orais, sendo as questões-testes e a redação introduzidas somente na década de 1950, na Escola Paulista de Medicina.

“Ninguém queria fazer os exames vestibulares”, frase que foi recorrente entre vários indivíduos envolvidos na Fuvest e que prestaram seu depoimento para a consecução desta obra. Obviamente eles referiam-se à década de 1970, mas desde sempre esse tipo de exame foi extremamente trabalhoso, exigindo muita responsabilidade por parte de seus autores e aplicadores. Nele, eram centradas as expectativas vindas do corpo docente e administrativo universitário quanto aos alunos ingressantes: estariam eles no nível adequado para prosseguir sua carreira de estudos? Também sobre o exame recaíam as expectativas dos familiares, que não deixavam de ser grandes. Tratava-se de um momento de extrema seletividade.

No Brasil, o ensino secundário, começando no Império e chegando até a chamada Reforma Francisco Campos, em 1931, era eminentemente preparatório para o ensino superior – tanto que, ainda em 1930, o Governo Federal legislava sobre ambos de uma só vez. Após essa reforma, não se popularizou tanto quanto deveria, permanecendo delegado primeiramente a um número reduzido de particulares – por isso, até a década de 1960 eram poucos os jovens que conseguiam concluir todas as séries escolares e chegar às portas

da universidade. Nesse sentido, o vestibular era o “grande exame final” que, se vencido, garantiria a continuidade dos estudos e um futuro profissional diferenciado. Embora o ponto de estreitamento maior do ensino brasileiro fosse a passagem do ensino primário para o secundário, o vestibular para ingresso nas faculdades também não deixava de sê-lo – mesmo que houvesse demanda menor que o número de vagas oferecidas.

Nas décadas de 1930 a 1950, os exames orais deram a tônica de alguns vestibulares da Universidade de São Paulo, conforme este relato:

Passei por vários examinadores no meu vestibular para Química, em 1946: um de física, outro de biologia, de português, matemática... o de química, especialmente, me preocupava: era um professor alemão chamado Rheimbolt, que lecionava no Instituto de Química, com



Calouros 2002 – Poli, recepção aos calouros.

o qual eu deveria realizar uma parte do exame oral. Todos os avaliadores eram eminentes. Apenas alguns poucos raciocínios nossos foram rabiscados em uma lousa, de resto, era tudo oral⁴.

As bancas eram formadas geralmente por três professores, mas muitos cursos preferiam também cobrar a escrita de seus candidatos, mormente os de Humanas. As dificuldades das provas escritas do vestibular para Direito no Largo São Francisco eram muito conhecidas: não obstante latim ser a matéria que mais reprovava, para muitos candidatos a prova oral era considerada a pior⁵.

As matérias cobradas variavam. Diversos relatos nos trazem isto: no vestibular de 1941 para Filosofia, cobrou-se desenho, história, geografia, sociologia e cosmologia⁶, esta última matéria não curricular no ensino escolar da época. Sociologia, conforme outros relatos, comumente fazia parte das questões; quando o aluno não possuía um bom conhecimento dela ou de outra matéria, realizava estudos rápidos – cerca de dois meses – em locais que ofereciam aulas. Já existiam na década de 1940 alguns “cur-sinhos” pequenos ainda, como também um preparatório para vestibulares oferecido pelos alunos de Filosofia da Universidade de São Paulo⁷. Na Escola Politécnica – também famosa por seus exames escritos difíceis, na década de 1930 – pedia-se, além das disciplinas de Exatas, todas as de Humanas,

4. Entrevista com José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e professor aposentado do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Concedida em 17 ago. 2005, acrescida de dados retirados de outra entrevista dada por ele à *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, 2 jan. 1983, p. 4. Pouco tempo após ter iniciado seu curso de Química, abandonou-o e prestou novo exame para Física, como consta na *Folha*.

5. Entrevistas concedidas à *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, por dois vestibulandos para Direito, em 1953: Dalmo de Abreu Dallari, jurista (13 nov. 1982, p. 4) e Luís Carlos Bresser Pereira, economista (1 dez. 1982, p. 4).

6. Entrevista com Aziz Nacib Ab’Saber, professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 15 nov. 1982, p. 4.

7. *Idem*.

e até sociologia⁸. Na década de 1950, em compensação, os vestibulares da Poli restringiam-se a requisitar dos candidatos conhecimentos em desenho, matemática, física, química e português⁹.

No exame de ingresso em Línguas Neolatinas, antecedendo às provas orais vinham as escritas, e ambas se repetiam em todas as matérias exigidas, conforme o relato de uma vestibulanda de 1950:

Creio que todos nós, de maneira geral, tínhamos o vestibular como um desafio muito grande, que nos causava um certo medo. Como éramos poucos, parece-me que a responsabilidade era maior; o mesmo aconteceu nos quatro anos letivos que se seguiram, nos quais os professores nos cobravam pessoalmente. No ano em que prestei o exame, havia cinquenta candidatos para Neolatinas. Na primeira fase, fomos dezesseis aprovados; na segunda fase, entraram mais oito alunos. Fomos até o terceiro ano 24 alunos, apesar de as vagas serem quarenta. Mas ocorria que o candidato, para ser admitido, tinha de alcançar média cinco¹⁰.

As “fases” a que ela se refere não são aquelas que o vestibular da Fuvest tem hoje. Tratavam-se de um primeiro e segundo exames: visto que no primeiro haviam sido muito poucos os ingressantes, criava-se uma segunda oportunidade.

Em 1965, algo similar ocorreu no vestibular para o curso de História:

Para cada uma das trinta vagas, havia a concorrência de três ou quatro pessoas. Vários professores da História se revezaram na aplicação dos exames escritos. Depois, chegou a vez do exame oral. Era assim: estávamos sentados em um salão da antiga reitoria, e à frente estava a mesa da banca, com três avaliadores. O candidato era chamado e sorteava um tema. Então, o presidente da banca virava uma ampulheta e o “pobre” desandava a falar tudo

8. Entrevista com José Martiniano de Azevedo Neto, *Folha de S. Paulo*, “Fovest”, 15 dez. 1982, p. 8. Era, na época, engenheiro sanitário, membro do Corpo de Especialistas da ONU e consultor da Organização Mundial de Saúde.

9. Entrevista com Mário Covas, engenheiro, político e governador do Estado de São Paulo. *Folha de S. Paulo*, “Fovest”, 20 nov. 1982, p. 4.

10. Entrevista com Maria Lúcia Palma Gama, professora de português e francês aposentada.

o que sabia... ao final daquilo tudo, foram dezessete os aprovados. Tanto, que tiveram de promover um segundo vestibular, pelo qual aprovaram mais doze candidatos, e formamos uma turma de 29 alunos. Por anteverem que seriam muito poucos os aprovados, naquele ano resolveram relevar as notas da tradução em francês. Nos anos seguintes, as relações entre professores e alunos foram bastante diretas, até pelo tamanho pequeno das turmas¹¹.

Ainda na década de 1960, podemos antever o “outro lado” desses exames, nas palavras de um professor que os preparou e aplicou na Matemática:

Eu ajudei a fazer o vestibular do Departamento de Matemática, tudo improvisado. Não tinha muito candidato, e deveria haver umas trinta vagas para o curso diurno e vinte para o noturno, se não me engano. Nos reuníamos uns dias antes, tirávamos umas idéias em equipe, e depois construíamos as questões. Depois, reunia-se tudo, datilografavam-se as provas, e, por fim, tirávamos cópias delas em umas máquinas chamadas *termofax*. As cópias saíam horrorosas, mas legíveis. Aplicávamos as provas, e conseguíamos corrigi-las no mesmo dia. Comparado com o que a Fuvest realiza atualmente, aquilo hoje nos parece ser de um amadorismo inconcebível!¹²

Portanto, percebe-se que, ao lado do rigor e das dificuldades que as provas apresentavam, não havia um preparo mais sistemático dessas avaliações. Em outras palavras, a despeito de serem parâmetros diferentes e épocas diversas, grosso modo, nota-se que a simplicidade desses exames contrasta com a sofisticação das atuais provas dos vestibulares da Fuvest. Porém, nem por isso faltavam critério, seriedade e troca de informações entre os examinadores:

11. Entrevista com Ivone Marques Dias, professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

12. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa, professor aposentado do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo e atualmente consultor de operações, concursos e vestibular da Fuvest.

Pedíamos aos professores de Letras que fizessem questões para nós, assim como pedíamos para os professores de física, química etc. Também fazíamos questões para eles, e todos colaboravam bastante a fim de que todos os vestibulares departamentais ocorressem da melhor forma, a despeito de todo o amadorismo que existia. Naquele tempo, a universidade não era obrigada a preencher as vagas todas, então, se você tinha trinta vagas no diurno, elas existiam para quem tirasse cinco no exame, no mínimo. Se não houvesse trinta aprovados, só quinze, tudo bem. A obrigatoriedade do preenchimento de vagas veio na década de 1970, na época do Jarbas Passarinho, por causa do crescimento vertiginoso dos candidatos¹³.

Entretanto, em algumas unidades, o problema da falta de vagas já se colocava. Na Escola de Comunicações e Artes, por exemplo, começava-se a sentir as dificuldades das vagas em número bem menor que o de candidatos. Não havia mais o exame oral, e aplicava-se as provas em duas fases bem definidas. Contou-nos um vestibulando de 1967:

Fiz a primeira fase do exame na Biblioteca de História, sentado em uma das mesas quadradas. Quando abri a prova, me assustei: cobravam-nos em cinco línguas! E eram todas questões-teste. Na segunda fase, só haviam questões dissertativas, e lembro-me que o tema da redação era a Rodovia Transamazônica. A concorrência de fato era grande¹⁴.

Já a Escola Politécnica tinha outra forma de realizar seu exame, e sempre com grande demanda de vagas. Relatou-nos um vestibulando de 1964:

O vestibular da Poli era aplicado em duas etapas. A primeira era chamada de “vestibulinho” e era constituída por uma redação de português e mais alguma coisa de múltipla escolha. A segunda era constituída por questões dissertativas das disciplinas técnicas: matemática, física, química e desenho geométrico. Não tenho muita certeza quanto à concorrência, mas me parece terem sido alguns milhares para as 360 vagas na Poli¹⁵.

13. Conforme entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa.

14. Entrevista com José Coelho Sobrinho, responsável pela comunicação da Fuvest com a imprensa e professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

15. Entrevista com Jairson de Lima, pesquisador doutor da Escola Politécnica.

Seja essa a proporção ou não, a Escola Politécnica já vivia, bem antes da virada para a década de 1970, o problema do excesso de candidatos. Testemunhas do vestibular para a Poli de 1951 dizem que, na época, já havia 3 mil candidatos para 180 vagas¹⁶.

Por meio desses relatos esparsos podemos verificar a heterogeneidade dos exames vestibulares da Universidade de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1960. Cada unidade resolvia a questão do ingresso de alunos à sua forma, pedindo diferentes matérias, mudando o seu rol de cobranças em certos momentos, mas sempre envolvendo o seu corpo docente e lidando com números muito diversos de candidatos. Cada qual tinha o seu “estilo” de prova, de maneira a imprimir no vestibular departamental as características do corpo docente e do curso no qual os aprovados – ou seja, os considerados aptos – se adaptariam. Tal variação refletia a autonomia de cada escola dentro da universidade, e vigorava devido ao Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo decreto 19 851 de 11 de abril de 1931¹⁷.

No entanto, deve ser destacado que determinadas características apontadas nos vestibulares de ingresso em carreiras da USP eram recorrentes nos exames para admissão de outras universidades paulistas. Em 1947, por exemplo, no vestibular para Arquitetura no Mackenzie, eram pedidos conhecimentos de desenho, física, matemática e, por fim, um exame oral no qual o vestibulando sorteava um teorema e ia à lousa resolvê-lo, explicando-o aos examinadores¹⁸. Já em 1957, na Faculdade de Direito de Santos, requeria-se dos candidatos, por meio de provas orais e escritas, aptidões em português, latim e inglês ou francês¹⁹. Nesse período, os exames orais eram bastante freqüentes, inclusive nos ensinos primário e secundário, pois

16. Entrevista com Mário Covas, *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 20 nov. 1982.

17. Otaíza de O. Romanelli, *História da Educação no Brasil. 1930-1973*, p. 133.

18. Entrevista com Jorge Wilhelm, arquiteto e ex-secretário do Planejamento do governo de Paulo Egydio (SP), *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 4 dez. 1982, p. 4.

19. Entrevista com Carlos Alberto de Nóbrega, humorista, *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 26 dez. 1982, p. 4.

compreendia-se que um bom aluno deveria discursar com clareza além de escrever bem. Tratava-se de uma outra concepção de avaliação, que marcou época no ensino brasileiro.

Nas décadas de 1930 a 1950, o número de candidatos era baixo – com exceção das engenharias (já demonstrou-se o caso da Escola Politécnica²⁰), da Medicina e do Direito, que traçam até hoje quadros de bastante concorrência. De toda a forma, nem por isso os vestibulares deixavam de trazer o “estilo” de cada curso, mesmo porque era atribuição dos corpos docentes a realização de tais exames. Na segunda metade da década de 1960, esse painel começou a se alterar. Enquanto em algumas poucas carreiras ainda não havia mais de dois ou três candidatos por vaga, em outras tal relação poderia subir tanto que colocava os responsáveis pelos exames em situação difícil.

A oferta de vagas nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, por exemplo, cresceu mais rapidamente que nas demais – foram esses cursos os que primeiro se expandiram junto à rede particular de ensino universitário no país: eram baratos, relativamente fáceis de montar e, no caso específico de Pedagogia, Letras e Ciências Sociais, tendiam a apresentar bastante procura naquele momento. No entanto, até nos cursos menos procurados a demanda cresceu²¹. Aquela pessoalidade de tratamento entre alunos e professores que antes existia na Universidade de São Paulo – e que ocorria desde o primeiro contato, já no exame vestibular, estava fadada a desaparecer, assim como a crise gerada pelo crescimento de candidatos para o ensino superior se agravaria muito mais.

Em 1971, estatísticas do Ministério da Educação e Cultura do Brasil registravam a existência de 1,9 inscrições para cada vaga nas universidades brasileiras em geral – sendo que em 1968 esse número chegara a 2,4, incluindo aí

20. Lá, a demanda por vagas sempre era grande, mesmo não se tendo a obrigação de preenchê-las todas. Segundo Walter Sócrates do Nascimento, engenheiro, em 1912 eram 293 candidatos, e somente 49 foram admitidos. Entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 26 nov. 1982, p. 4.

21. Otaíza de O. Romanelli, *op. cit.*, pp. 122 e 123.

a rede pública e a rede privada²². Isto, em um país no qual, segundo dados do mesmo Ministério, entre 1961 e 1972, para cada mil alunos inscritos no curso primário, somente 56 conseguiam ingressar no ensino superior²³. O sistema universitário já havia crescido, uma vez que dados anteriores, referentes aos anos de 1942 a 1961, apontavam que para cada mil ingressos no ensino primário, havia somente dez no superior²⁴. Com a reforma geral do ensino no final da década de 1960, aumentou bastante a porcentagem de saídos do colegial, mas as vagas existentes nas universidades públicas estavam longe de atender a demanda. Em meio a essa situação é que se deve compreender as mudanças ocorridas nos exames vestibulares.

1.2 Década de 1960: a Explosão do Público Universitário e a Organização das Fundações para o Vestibular — Cessem, Mapofei e Cescea

O sistema escolar brasileiro teve que aprimorar seu rendimento quantitativo tomando uma série de medidas que culminariam, mais tarde, com um aumento da oferta de vagas perante a demanda social crescente. O ponto mais crítico de toda essa problemática foi exatamente o do ingresso nos cursos superiores. De 1960 a 1964, a porcentagem dos inscritos em exames vestibulares cresceu cerca de 50%, enquanto o número de vagas aumentou, no geral, um pouco mais de 60%, de modo a se adequar minimamente à demanda — embora, nas universidades públicas, não houvesse a obrigatoriedade de preencher todas as vagas existentes. De 1964 a 1968, essa porcentagem cresceu 120%, enquanto a expansão do sistema universitário foi de apenas 52%, conforme as Estatísticas da Educação Nacional²⁵. O resultado desse processo foi a

22. *Idem*, p. 101.

23. *Idem*, p. 88.

24. *Idem*, p. 91.

25. *Idem*, p. 207.

contestação do sistema educacional feita por manifestações estudantis. A mais famosa foi a daqueles estudantes considerados “excedentes” nos vestibulares – pois, mesmo tendo atingido a nota mínima cinco, não conseguiam vagas. A seletividade das universidades públicas não deixara de existir, mas, agora, os aprovados eram sempre em número maior do que o de vagas, demonstrando uma inversão em relação à situação do período anterior.

Em 1967, o governo criara a Comissão jji para fazer um levantamento geral da crise e intervir nas universidades, e formara um Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, a qual já era efetuada desde 1966. O decreto-lei 252, de 28 de fevereiro de 1967, determinou que cada unidade universitária fosse estruturada em núcleos menores, chamados de departamentos, que, por sua vez, deveriam reunir disciplinas afins.

A Comissão Meira Matos apontou, entre outras coisas, a possibilidade de serem instituídos vestibulares unificados nas universidades públicas, a fim de tornar mais tangível por parte dos aprovados o aproveitamento de todas as vagas existentes – ou seja, a idéia era eliminar os vestibulares departamentais autônomos. O Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária colocou a necessidade de ser resolvido com a máxima urgência o problema dos excedentes.

Por meio do decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, foram proibidos os movimentos de greve e as agitações de caráter político, visando a acabar com todo o protesto estudantil, inclusive com aquele por vagas no ensino superior. Em 1971, ainda em plena Reforma Universitária, o decreto 68.908, de 13 de julho, dispôs sobre o Concurso Vestibular, instituindo de fato o vestibular classificatório, e eliminando assim a questão dos “excedentes”²⁶. Foi instituída a sua execução em todo o território nacional, e ainda previsto que as provas fossem idênticas para toda a Universidade ou grupo de instituições interessadas, além da sua gradativa unificação para regiões cada

26. *Idem*, pp. 216-227.

vez mais amplas. Por fim, dispôs-se que as provas se limitassem a conteúdos relativos às disciplinas obrigatórias do segundo grau²⁷.

Estava criado, dessa forma, todo um arcabouço jurídico que permitiria a fundação de instituições para vestibulares como a Fuvest e a Vunesp, que atualmente centralizam em suas mãos todo o vestibular da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual Paulista, respectivamente, além de abrigarem (ou terem abrigado) outras instituições afins.

No entanto, a centralização ainda demoraria alguns anos para acontecer. O que ocorreu na Universidade de São Paulo, por volta da época da Reforma Universitária, foi a formação de agrupamentos de docentes (nem todos necessariamente professores da casa) que se especializaram na criação, aplicação e correção dos exames vestibulares. Assim, desenvolveram um *know-how* que, na realidade, já haviam obtido a partir das experiências com os exames nos seus departamentos ou faculdades de origem. Esses grupos vieram atender às dificuldades dos diferentes departamentos que, às voltas com o crescente número de candidatos, passaram a contratá-los. A centralização dos exames vestibulares da USP começava então a ocorrer, mas de maneira processual.

Saber sobre esses vestibulares semi-agregados também não é tarefa fácil. Cescem, Cescea e Mapofei constituíram-se espontaneamente, por intermédio da iniciativa de alguns professores. Muitos eram de outras universidades, o que lhes conferia um caráter de organizações externas à USP, não chegando sequer a ter CGC ou outras numerações de controle fiscal/legal, e, ao que nos pareceu, não deixaram arquivos. Seriam coordenadorias realmente pequenas, comparáveis a microempresas, porém informais, e que reuniam pessoas para trabalhar somente em dado momento do ano letivo, sustentando-se das taxas que cobravam nos exames vestibulares.

27. *Idem*, p. 229.

Os procedimentos eram os seguintes: a certa altura, os departamentos da Universidade de São Paulo e as outras universidades que quisessem contatavam essas instituições, fechando um “contrato”. Elas utilizariam a estrutura de prédios emprestados pela USP ou por outras universidades para funcionar por aquele período de tempo necessário à consecução e correção dos exames. Os serviços prestados tinham um padrão de qualidade que foi muito apreciado, e o impacto dos vestibulares foi tão grande que universidades do interior começaram também a agregar seus exames a elas. De qualquer maneira, a ausência de arquivos nos impede de realizar um levantamento mais exato de suas atividades, as quais acabaram por ser relembradas por algumas pessoas que nos prestaram depoimentos.

O Cescem – Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas, que partiu de uma iniciativa dos professores da Escola Pinheiros de Medicina (USP) em 1964, acabou por agregar todo o pessoal da área de Biológicas da USP, da Escola Paulista de Medicina, da Santa Casa e outras. Além de atender o problema do crescimento numérico de candidatos para várias carreiras, o surgimento do Cescem envolvia também outro fator: o problema da excessiva pessoalidade dos exames.

Havia um problema perverso, sobretudo nas faculdades de Medicina. A Faculdade Pinheiros sempre teve poucas vagas, e ser médico formado nela era a melhor coisa, uma garantia de carreira boa em termos econômicos. Havia boatos de que os filhos dos professores da Pinheiros tinham lugar assegurado nos exames, pois os outros professores os conheciam. Com a criação do Cescem isso acabou, pois a organização imposta aos exames vestibulares era quase militar²⁸.

A principal característica dos vestibulares do Cescem eram as questões de múltipla escolha em profusão. Sobre elas nos diz um vestibulando para Medicina de 1965:

28. Entrevista com José Goldemberg.

Fiz muitos testes de quatro ou cinco alternativas; já tinha alguma experiência nisso, pois havia prestado para Medicina pelo Cescem no ano anterior, e eram tantos esses testes, que eram feitos em dias separados. Naquela época, se não me falha a memória, a concorrência estava entre quinze ou vinte alunos por vaga! Eles nos pediam leituras e conhecimentos amplos e, após passar na primeira fase – só uns 10% eram aprovados –, tínhamos de passar por exames práticos de física, química e biologia em laboratórios da Cidade Universitária. Geralmente eram os da Química, em um domingo, com horários marcados. Identificávamos quais órgãos de um animal dissecado estavam expostos, que estrutura de alguma planta estava exposta, que tipo de tecido encontrava-se no microscópio, que reação ocorreria nos tubos, ou realizávamos cálculos de resistência ou voltagem após observar um circuito elétrico montado²⁹.

Alguns vestibulares, como os da Escola Politécnica, já seguiam há alguns anos a idéia de selecionar os candidatos em duas fases, dado que isso facilitava o processo seletivo quando a concorrência era grande. Entretanto, agregar uma estrutura de exames práticos tão sofisticada era uma absoluta novidade, somente possível por que muitas escolas da USP cediam suas instalações.

O conteúdo pedido também se diversificava à medida que mais e mais carreiras diferentes se agregavam ao vestibular do Cescem.

O exame de conhecimentos gerais era feito junto do de português, no mesmo dia. Éramos cobrados em coisas da contemporaneidade, e lembro-me bem da parte de poesia, onde teríamos de saber sobre Olavo Bilac, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes... a prova de português sempre trazia um tema para redação. No final de 1965, a prova de inglês foi agregada ao vestibular³⁰.

A estrutura de aplicação das provas igualmente se tornara mais calculada para dar conta de números sempre crescentes de candidatos. Nos conta outro vestibulando para Veterinária, de 1965:

29. Entrevista com Sérgio Marques, veterinário farmacotécnico.

30. *Idem*.

Não me lembro do local onde prestei vestibular, mas tínhamos de chegar na hora exata, trazer documento de identidade, caneta, lápis, borracha. O sinal era dado, começava o exame, eram lidas as instruções, distribuídas as provas, e tínhamos quatro horas para responder as questões todas daquele dia. O exame era aplicado pelos fiscais do Cescem, muitos eram professores das faculdades envolvidas. Lembro-me de alguns da Medicina Veterinária. Todos agiam rigorosamente e não deixavam um minuto sequer de nos vigiar³¹.

Os fiscais cresciam em número ano a ano:

O professor Adolfo Ribeiro Neto, catedrático de Higiene e Saúde Pública e Bioestatística, nosso professor na Veterinária, era um dos coordenadores do Cescem. Ele nos colocou como fiscais de vestibulares e também de outras provas feitas pelo Cescem, alguns anos mais tarde. Eles realmente precisavam de mão-de-obra³².

No entanto, parece que a nova estruturação dos vestibulares trouxe consigo uma efervescência crescente por parte dos cursinhos preparatórios. Em 1965 já existiam vários: o André Dreifus, o Nove de Julho, Castelões e o Anglo eram alguns dos renomados, além de persistir aquele ligado ao centro acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Poucos anos depois, alguns deles desapareceram, outros continuaram, novos surgiram, principiando-se também o fenômeno da expansão dos “pré-universitários” em redes pelo país. Eles ofereciam revisões de final de ano, ou mesmo algo que se aproximaria do “cursinho extensivo” que conhecemos hoje.

Tínhamos como professores no Nove de Julho o João Carlos Di Gênio, o Geraldo Camargo de Carvalho, o Dráuzio Varela, entre outros. Eles lecionavam no preparatório para biológicas, e sabiam bastante sobre os vestibulares que aconteciam ano a ano, até especulavam sobre que professor poderia ter criado qual questão do último exame³³.

31. Entrevista com Paulo Aranha Dias, veterinário.

32. Entrevistas com Paulo Aranha Dias e Sérgio Marques.

33. *Idem*.

Com a agregação de vestibulares por área, surgiu uma novidade: o sistema de opções. O candidato escolhia duas opções de carreira, respeitando a ordem de primeiro a mais concorrida e, em segundo lugar, a menos concorrida: “Fui excedente, em 1965, em Medicina na Santa Casa. Aí, entrei direto na Veterinária, que tinha posto como minha segunda opção”³⁴. Faltam indícios do funcionamento dessa distribuição:

Não era claro para nós que existisse fila de espera, excedente, ou qualquer coisa assim. Só soube que eu havia entrado pela “segunda lista”, e que havia várias listas de classificados. Quando comecei a cursar Veterinária, descobri que, do total de alunos de nossa sala, somente três – eu entre eles – haviam prestado diretamente para aquela carreira, e os 47 restantes tinham como primeira opção Medicina! Acho que ingressavam na Veterinária aqueles que não tinham conseguido entrar em Odontologia, também; nunca consegui entender muito bem o que acontecia³⁵.

Por meio de dois relatos apenas pode-se apreender o quanto as instituições agregadoras de vestibular inovaram, a fim de apresentar soluções (ou, ao menos, tentar resolver alguns problemas) frente ao crescimento da demanda. De qualquer maneira, por aqueles anos, também foram criadas novas vagas em vários cursos da Universidade de São Paulo. No caso específico da Medicina Veterinária – que analisamos – de 1965 para 1966, o número de vagas anteriores, que não passava de trinta, aumentou para sessenta; e sabe-se de turmas, anteriores a esses anos, com dez ou doze estudantes apenas³⁶.

Pouco depois, em 1969, surgiu a Mapofei – Vestibulares Unificados de Ciências Exatas e Engenharia Mauá, Poli e FEI. A idéia de agregar essas três grandes escolas de engenharia veio de três professores – um de cada uma das instituições –, a partir dos resultados vistos com a atuação do Cescem.

34. *Idem.*

35. *Idem.*

36. *Idem.*

Para os vestibulandos de Engenharia, o período dos exames era sempre um sofrimento: iam de uma prova para outra, da outra para a seguinte, e assim por diante. A unificação desses vestibulares criaria, automaticamente, o sistema de opção, e os candidatos, se tivessem uma boa classificação, poderiam se encaixar em uma das três escolas.

A diretriz da Mapofei quanto aos exames era outra: as provas não tinham questões-testes e resumiam-se a uma fase apenas, em todos os casos. As quatro matérias cobradas inicialmente eram matemática, física, química e português, mas, com o tempo, à medida que outras carreiras além das engenharias iam se agregando ao sistema, as provas foram se tornando mais complexas. Passou-se a criar questões de outras disciplinas e a se contratar mais pessoas para dar conta da demanda de atividades. Uma vestibulanda relata:

A prova que fiz era somente escrita, e já era famosa por sua dificuldade. Prestei o vestibular de 1976 para Matemática e fui avaliada também em língua estrangeira: optei por francês. Além dela, fiz também as provas de conhecimentos gerais – assim se denominava história e geografia –, além de matemática, física, química e português. Não me lembro se havia redação; havia muitas pessoas contratadas para aplicarem as provas, e os fiscais eram bastante rígidos. Os exames foram feitos em uma fase só e concorriamos com pretendentes a outras carreiras de Exatas. No curso de Matemática, mais da metade dos matriculados eram “politécnicos de segunda opção”, e creio que até por isso a evasão entre os estudantes da Matemática era altíssima. A faculdade oferecia 150 vagas para o período diurno e mais 120 para o noturno³⁷.

Pode-se denotar, assim, uma consonância de ação entre a Mapofei e o Cescem: rigidez na aplicação, impessoalidade crescente – até pelas contratações que em muito aumentavam os quadros de trabalho nos vestibulares – e sistema de opções entre carreiras. Mais escolas foram se agregando a ambos

37. Entrevista com Carmen Sílvia Gama, historiadora.

os sistemas de vestibular, e a lembrança de todos os candidatos quanto à rigidez e às exigências nos dias de provas são muito fortes.

O Cescea surgiu em 1967, pelas mãos dos professores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Em breve, passou a anexar vários vestibulares da área de Humanas, tendo um bom crescimento de seus quadros ano a ano, mas mantendo o caráter de empresa informal, feita com base em um agrupamento de professores, e sobrevivendo da taxa paga pelos candidatos. Um vestibulando de 1970 nos relatou:

Prestei vestibular para História na USP e fiz o exame do Cescea. Havia uma prova final que consistia na redação de um tema de história do Brasil. Quem tomou conta da minha turma foi o professor Carlos Guilherme Mota, ainda jovem. Demorei horas e horas na construção de uma dissertação que, se bem avaliada, certamente me levaria ao curso. Lembro-me do



Calouros 2002 – Poli, matrícula.

silêncio e da solenidade do momento. Se não me engano, naquele ano havia cerca de cem vagas para cada período do curso de História. Era bastante³⁸.

Quanto ao conteúdo do exame, assim nos descreveu outra candidata de 1976 para Ciências Sociais:

Sempre tive dificuldades com testes, por isso o exame foi horrível para mim. Na prova de história, fomos muito demandados quanto a datas e detalhes. Os exames foram feitos em vários dias, mas em uma fase só; tivemos provas de inglês, biologia, matemática, geografia, história e português, não me lembro se tinha física e química. Naquele ano, eu tinha acabado de sair do colegial, e o exame vestibular era um drama para mim e meus colegas. Na minha escola, os professores aventavam a possibilidade de os exames com testes um dia acabarem³⁹.

Aqui, podemos ver a mesma opção por testes – como no Cescem –, porém em uma só fase de exame, tal como ocorria na Mapofei. O drama da utilização ou não de testes se prolonga até hoje, assim como os questionamentos relativos ao conteúdo e à forma que deveriam assumir: questões compostas ou não, cobrar datas e minúcias ou não, entre outros. As pessoas ligadas à área da Educação têm opiniões muito controversas acerca disso.

38. Entrevista com Alexandre Hecker, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp-Assis.

39. Entrevista com Lúcia Helena Gama, socióloga.

CAPÍTULO 2 Fuvest: Uma Resposta às Novas Necessidades da Universidade de São Paulo

A IDÉIA DE UNIFICAR todos os vestibulares da Universidade de São Paulo surgiu pela primeira vez em 1973, entre os membros do Conselho Universitário. Conforme foi visto nas páginas anteriores, havia um arcabouço jurídico recém-criado que permitia essa iniciativa, o que não significa que ela tinha sido bem-vinda a princípio. Vários membros do próprio Conselho eram ligados às três instituições preexistentes que realizavam os vestibulares para a Universidade de São Paulo com sucesso. E tanto sucesso, diga-se, que estava naquele momento se expandindo para o interior, agregando ao seu sistema de exames faculdades de outras cidades distantes. O campo de embates estava criado, e terminaria três anos depois, a favor daqueles pró-unificação. Em 20 de abril de 1976, o Conselho Universitário aprovou o anteprojeto do Estatuto para a Fundação Universitária para o Vestibular – Fuvest, que, por sua vez, já havia sido aprovado pela CPV – Comissão Permanente para o Vestibular, pelo Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade da USP, e pela COP – Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP. Ao que parece, todos haviam adotado, naquele momento, uma unidade de discurso a favor dessa causa.

Se o Cescem, o Cescea e a Mapofei cumpriam tão bem suas tarefas, por que substituí-los por outra instituição, de caráter único? O momento pelo qual a Universidade de São Paulo passava nos ajuda a compreender melhor essa questão.

2.1 O Processo de Fundação da Fuvest no Contexto do Crescimento Vertiginoso do Público Universitário no País

Toda a discussão do anteprojeto de criação da Fuvest iniciou-se dentro do Cepe, que na época era dividido em Câmara da Graduação, Câmara da Pós-graduação e Câmara de Extensão. Dos sete membros da Câmara da Graduação – professores doutores Setembrino Petri, José Goldemberg, Antonio Brito da Cunha, André Ricciardi Cruz, Antonio Guimarães Ferri, Erwin Theodor Rosenthal e Giorgio Eugenio Ocare Giacaglia – é que partiram as opiniões mais contundentes a favor, o anteprojeto, assim como a idéia do nome Fuvest. Tanto que foram estes os que constituíram o primeiro Conselho Curador da recém-criada Fundação.

Sobre isso nos diz o professor Setembrino:

Havia um consenso entre nós de que a nova instituição deveria ser feita naqueles moldes [refere-se ao Estatuto original] e aí levamos tudo para o Conselho Universitário. Houve muitas discussões, e muitas discordâncias, principalmente do pessoal ligado ao Cescem, Cescea e à Mapofei. Houve quem batalhasse muito contra, mas não só no Conselho. Depois de criada a Fuvest, após a primeira fase do primeiro vestibular, muitos dos alunos não classificados entraram com mandato de segurança na Justiça, o que nos deixou em uma situação difícil. As resistências vieram de vários lados¹.

O documento privilegiado para compreendermos a criação da Fuvest é a 684ª Ata do Conselho Universitário, de 20 de abril de 1976. Ela traz os nomes dos presentes à reunião, alguns dados do anteprojeto, as aprovações e apontamento feitos por outros órgãos acadêmicos (CPV, Cepe e COP), o discurso de um dos conselheiros a favor da criação da Fuvest e a votação e aprovação da sua criação. Por fim, em anexo, traz o Estatuto de

1. Entrevista com Setembrino Petri.

Fundação da nova instituição, resultante daquele anteprojeto modificado em alguns tópicos.

O discurso a favor da criação da Fuvest, feito pelo professor conselheiro João Eduardo Rodrigues Villalobos – também autor da proposta de unificação dos vestibulares da USP – traz algumas pistas do embate político gerado quando ele afirma o seguinte:

Somos a maior universidade do país e por isso mesmo aumentam nossas responsabilidades intelectuais e nosso dever de exibir uma conduta ética exemplar. E mais do que nunca, diante da progressiva deterioração dos padrões de ensino e pesquisa que vem caracterizando a vida universitária entre nós, processo que parece minar até as melhores instituições de ensino superior, o bom exemplo da USP se faz necessário. Acredito, Magnífico Reitor, que nossa missão, em face do contrastador espetáculo oferecido pelo panorama educativo no país, transcende muito o mero deliberar sobre o Estatuto de uma fundação que se encarregará dos vestibulares [...] é como se, finalmente, viessem à tona da consciência de todos nós insatisfações difusas e decepções que não ousávamos admitir, provocadas sobretudo por uma política nacional do ensino superior que parecia conduzir este nível da instrução a um infeliz caminho sem retorno².

Em outras palavras, a criação da Fuvest pode ser interpretada como uma forma de resistência da Universidade de São Paulo perante o processo de reformas do ensino que vinha ocorrendo desde 1966, e que não dizia respeito somente às instituições de ensino superior.

No ensino primário e ginásial, a partir de 1971 previu-se a obrigatoriedade de oito anos de educação. Os chamados “primeiro grau” completo e “segundo grau” passaram a constituir um nível de ensino cujo objetivo primordial era a habilitação profissional. Tratava-se de uma tentativa de “drenar” boa parte do público escolar para a formação técnica, esvaziando uma porcentagem da demanda por vagas nas universidades. A grade curricular

2. 684ª Ata do Conselho Universitário, p. 3.

foi completamente reestudada e sofreu alterações, tais como a introdução de educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde. O “colegial” foi dividido entre “técnico” e “auxiliar”, com cargas horárias diferenciadas. Começou a ser considerada a cooperação das empresas na educação justamente para formar novos quadros de técnicos ou auxiliares que as interessariam. A formação dos professores foi escalonada em cinco níveis: segundo grau com duração de três anos (para lecionar nas quatro séries do primeiro grau); segundo grau com um ano adicional (este ano a mais constituía-se de uma pequena especialização e conferia ao professor a opção de lecionar até a sexta série); superior com licenciatura curta (tornaria o professor apto a dar aulas até a oitava série); esta mesma formação com estudos adicionais (por meio de alguma especialização a mais, o professor poderia lecionar até o segundo colegial) e licenciatura plena (professor apto a dar aulas até o terceiro colegial). A essa gradação estavam vinculados os níveis salariais dos professores³. Com uma série de desdobramentos possíveis, a habilitação para o magistério fora “quebrada” tanto no ensino secundário como no superior, e temia-se, nos meios acadêmicos, o que isso poderia acarretar para o público escolar dali por diante.

Especificamente no caso do ensino superior, legislou-se alterando completamente a organização interna das universidades. As hierarquias se modificavam; centralizavam-se as decisões acadêmicas na figura do reitor (então designado pelo governador do Estado, no caso da USP, Unicamp e recém-criada Unesp). Ademais, havia um órgão de coordenação de ensino e pesquisa, e um Conselho de Curadores, composto por membros da universidade, representantes do Ministério da Educação e Cultura e da comunidade – conforme a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, e o decreto-lei 464, de 11 de fevereiro de 1969. Além disso, alterava-se profundamente a composição

3. Otaíza de O. Romanelli, *op. cit.*, p. 250.

dos cursos de graduação, ao serem criados os ciclos básicos para áreas afins, os ciclos profissionais, as disciplinas obrigatórias e optativas, entre outras inovações.

Nessa legislação – constituída não somente para atender o ensino público, mas também a rede particular em expansão – as universidades ficavam claramente submetidas ao Conselho Federal de Educação e ao Ministério da Educação e Cultura. Caberia ao primeiro fixar os distritos geoeeducacionais, aglutinando os estabelecimentos isolados de ensino superior existentes. Ao segundo, caberia realizar a fiscalização econômico-financeira. Havia, conforme alguns relatórios preliminares à lei e ao decreto-lei, a possibilidade de nomeação de reitores e diretores de unidades que não fizessem parte do corpo docente. Entretanto, isso não foi contemplado na legislação para não agravar mais ainda os problemas da autonomia administrativa no ensino superior⁴. Os docentes das universidades públicas tinham, portanto, muitas razões para sentirem-se ameaçados pelas reformas, que modificavam totalmente uma tradição de autonomia advinda do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Nesse momento, pareceu a muitos que, com a unificação do vestibular, a Universidade de São Paulo daria seu recado ao governo e à rede de ensino de primeiro e segundo graus, alicerçada na força moral que dispunha, por ser a maior universidade do país.

Em setembro de 2005, o então vice-reitor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho Curador da Fuvest, Hélio Nogueira da Cruz, afirmou: “O vestibular tem que ser bem-feito, transparente, e é o retrato da universidade”⁵. Vemos que tanto tempo depois essas palavras traduzem bem o que ocorria na época da discussão de unificar ou não os vestibulares da

4. *Idem*, pp. 228 e 229.

5. Entrevista com Hélio Nogueira da Cruz, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, vice-reitor da USP e presidente do Conselho Curador da Fuvest entre 2002 e 2006.

USP. Novamente segundo Hélio da Cruz, “A cada ano, o Conselho Universitário aprova as decisões sobre o vestibular. A Fuvest, na minha perspectiva, apenas implementa o que a Universidade decide e o que deve ser feito. Então, é a USP e os professores da USP que realizam a prova”⁶. Por isso mesmo, a universidade cria seu padrão de exigência e manda sua mensagem às redes de escolas particulares e públicas quanto ao que julga aceitável ou não no ensino, e quanto ao perfil de estudante que deseja em seus quadros.

O que estava marcado nas discussões de 1976 era esse fator: a força moral que a universidade pública e seu corpo docente teriam para fazer frente aos tópicos da reforma do ensino dos quais discordassem, assim como para impor um padrão de formação aceitável para o público que doravante receberiam. Assim nos disse Setembrino Petri:

Entre tantas razões para se criar a Fuvest, a mais importante era impormos um padrão de exigência bastante claro para o ingresso na USP. Eu particularmente acho que os exames que estavam sendo feitos não estavam a contento, pois cada uma das instituições que existia enfocava um tipo diferente de exame, e havia até aqueles vestibulares somente compostos por questões-testes. Ora, eu lecionava para turmas de Geologia e de Geografia, e me ressentia bastante disso tudo. Então, achei que o vestibular precisava melhorar nesse aspecto; deveria, por exemplo, cobrar todo mundo em redação. Havia muitos alunos que não sabiam se expressar direito em português, pois só haviam estudado gramática para o vestibular!⁷

Se o raciocínio era esse, então se tornava complicado admitir que organizações de caráter informal continuassem a prestar serviços para exames vestibulares, em parte por serem provas de naturezas diferentes (o que conferia ainda um caráter fragmentário aos vestibulares), e em parte por não representarem as diretrizes dos órgãos acadêmicos competentes.

6. *Idem.*

7. Entrevista com Setembrino Petri.

José Goldemberg ainda nos relata sobre esse assunto:

A Mapofei unificou os exames das escolas de Engenharia não usando o método de múltipla escolha, coisa pela qual sempre lutei muito. Mas ela não era uma organização legal, no sentido de ter CNPJ; quando chegava a época de se realizar os exames vestibulares, nos reuníamos e saía o trabalho. Ela deu certo, fez muito sucesso, mas, naquele momento, se precisava de algo mais palpável. A responsabilidade de se fazer esses exames era muito grande, e ter criado padrões de absoluta objetividade nos vestibulares, com qualidade na prestação dos serviços, já não bastava mais⁸.

Era necessária alguma instituição plenamente regularizada que representasse a Universidade de São Paulo na seleção do seu futuro corpo discente, dando conta do número crescente de candidatos, impondo um padrão de exigência para a admissão no ensino superior. E ela foi corporificada pela Fuvest.

Segundo o *Estatuto* anexo à 684ª Ata, tratava-se de uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, com o objetivo precípua de cuidar dos meios necessários à realização do concurso vestibular, sempre vinculada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (Cepe). O *Estatuto* foi aprovado por unanimidade pelos presentes na reunião do Conselho Universitário, apenas com algumas emendas.

De uma maneira mais prática, a Fuvest tem por tarefas, desde seu princípio, planejar, organizar e supervisionar o concurso vestibular, gerenciando todos os serviços das diferentes etapas do exame, e até mesmo contratando para tal pessoas físicas ou jurídicas; promover e encaminhar ao Cepe a análise dos vestibulares ano a ano; proporcionar atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade na área educacional, desde que relativas ao processo de seleção de candidatos à USP; promover atividades diversas relacionadas ao seu campo de trabalho e articulá-las com outras entidades.

8. Entrevista com José Goldemberg.

A sua sobrevivência e manutenção devem ser garantidas por uma dotação inicial da USP (a princípio, 300 mil cruzeiros, entregues poucos meses depois), algumas subvenções que possa eventualmente receber da USP; doações, auxílios e legados advindos de pessoas de direito público ou privado; bens que adquira e rendas advindas desses bens e, por fim, receitas provenientes das taxas de exame. Com autonomia econômica e financeira, a instituição é administrada pelo Conselho Curador, com sete membros designados pelo reitor (no ato da criação, eram os professores da Câmara de Graduação, tendência vigente até hoje), e por uma Diretoria Executiva, eleita por esse Conselho. Aos membros dessa diretoria compete contratar funcionários em número mínimo necessário, os quais são submetidos ao regime de trabalho da CLT. A partir dessas diretrizes é que começou a ser armada a estrutura da nova instituição.

A Mapofei cedeu, sem ônus, os seus programas de processamento de dados para uso já no primeiro ano de vestibular da Fuvest, desde que lhe fosse permitido utilizar os mesmos com os aperfeiçoamentos que nele fossem introduzidos⁹. Até setembro de 1976, porém, a Mapofei se dissolveu, e várias escolas particulares de Engenharia passaram a procurar a Fuvest para integrar-se ao seu sistema de exame. O Cescea também se desfez, e o Cescem converteu-se na Fundação Carlos Chagas, que até hoje utiliza seu *know-how* para a consecução de inúmeros concursos de caráter público ou privado. Por fim, muitos dos professores que trabalhavam em períodos de vestibular para essas entidades – nas tradicionais atividades de final de ano, sem vínculos – foram aproveitados como fiscais e coordenadores de vestibulares pela Fuvest.

9. Conforme 7ª Ata da Fuvest, correspondente à reunião do Conselho Curador realizada em 15 jul. 1976. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 31-35.



Antonio Guimarães Ferri, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1976-1978).

2.2 Montagem da Nova Instituição e Experiência dos Primeiros Exames Vestibulares

Adriano Wilson das Neves, o funcionário mais antigo da Fuvest, nos relata:

Em 1976, lá para março ou abril, fui chamado para trabalhar na Fuvest, na montagem do *layout* das salas. Essa nova Fundação funcionaria no prédio da Antiga Reitoria. Até junho daquele ano, a diretoria já estava composta e começou a contratar o pessoal que trabalharia com eles. Até setembro, já haviam feito a composição de todos os funcionários e nesse mês já começaram os trabalhos relativos às inscrições para o vestibular. Foi tudo muito rápido¹⁰.

10. Entrevista com Adriano Wilson das Neves, economista. Atualmente, é gerente administrativo e financeiro da Fuvest.

Nas palavras de Roberto Celso Fabrício Costa, cujo envolvimento com a Fuvest também é muito antigo:

No início, o pessoal da Fuvest teve de “segurar o touro à unha”, pois era muito pouco tempo para se fazer tudo. Foram designados rapidamente dois coordenadores que já haviam trabalhado para a Mapofei e eram extremamente competentes e confiáveis: o Moyses Szanjbok, professor da Poli, e o Alésio de Caroli, professor da Matemática. Os dois foram postos em campo de imediato¹¹.

O primeiro encontro do Conselho Curador ocorrera, na verdade, pouco mais de um mês após a reunião do Conselho Universitário, em 24 de maio. Nesse meio tempo, já pensava-se em quem procurar para fazer parte do primeiro vestibular. Uma vez empossados os conselheiros e eleitos o presidente e o vice-presidente do Conselho Curador – respectivamente, os professores Setembrino Petri e Mário Guimarães Ferri – perante o reitor, já se principiou uma série de trabalhos.

O secretário-geral da Universidade de São Paulo responsabilizou-se por uma série de atividades administrativas da Fuvest no período em que ainda não haviam sido designados seus diretores, nem contratados outros funcionários. Já a sede da instituição ficou abrigada em algumas salas do prédio da Antiga Reitoria, cedidas em comodato pela Universidade de São Paulo até julho do ano seguinte. Esse contrato foi renovado por vários anos¹², até que a Fuvest constituísse a sua própria sede, em 1998.

Como primeiro ato do Conselho Curador, foram discutidas as propostas de normas para o vestibular de 1977, com a finalidade de encaminhá-las ao Cepe, onde seriam submetidas à apreciação. Nesse documento, foi destacado que a realização do vestibular influiria no processo de aprendizado do se-

11. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa.

12. Conforme 27ª Ata da Fuvest, de 3 ago. 1977. *Primeiro Livro de Atas*, p. 178.

gundo grau, por isso as questões analítico-expositivas seriam fundamentais. Os testes teriam sempre cinco alternativas, a redação seria obrigatória para todas as carreiras, e o número de questões ensejaria representação proporcional e significativa de todas as disciplinas envolvidas.

Em linhas gerais, no primeiro vestibular da Fuvest ficou regulamentado que a seleção dos candidatos seria feita em duas etapas. A primeira, aberta a todos os inscritos, se constituiria de uma prova de conhecimentos gerais (núcleo obrigatório de disciplinas do segundo grau), com questões de múltipla escolha. A segunda, somente para os mais bem classificados – em número de três por vaga – seria formada de uma avaliação por disciplina, de natureza analítico-expositiva. Na segunda etapa, dependendo da carreira, haveria prova especial de aptidão, com caráter classificatório. Além disso, foi regulamentado como se procederiam as inscrições, as opções de carreiras (foram permitidas duas, a princípio), as taxas de inscrição, os pesos das disciplinas em cada carreira existente e até as matrículas posteriores dos classificados. Dessa maneira, surgia o procedimento geral em relação aos vestibulares que, sem grandes modificações, vigora até a atualidade.

A partir daí, as coisas aconteceram em ritmo acelerado. Na segunda reunião do Conselho Curador, em 07 de junho de 1976, decidiu-se a distribuição de tarefas entre os membros desse Conselho: quem seria o diretor-executivo, o vice-diretor, o diretor financeiro, o coordenador de pesquisas, e quem coordenaria o vestibular daquele ano. Na terceira reunião, em 10 de junho de 1976, elaborou-se o primeiro *Manual do Candidato*, assim como o cronograma do vestibular. Considerou-se naquele momento a tomada de uma série de atitudes, pois estava prevista, mediante um convênio, a adesão da Unesp e da Unicamp ao sistema de vestibular da Fuvest.

O Conselho Curador teve de vencer muitos desafios em um curto espaço de tempo. Um deles dizia respeito ao processamento dos programas do vestibular: o Centro de Computação Eletrônica da Universidade de São

Paulo não tinha como atender à demanda até o final daquele ano. Essa problemática foi acertada ao utilizar-se, pelo menos para a primeira fase, a estrutura do Prodesp – Serviço de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, externo à USP, para cadastrar, computar e apurar notas. Na segunda fase, somente a estrutura do CCE/USP foi necessária, assim como nos anos seguintes¹³. Outro desafio dizia respeito aos programas de computador que deveriam ser desenvolvidos, o que foi solucionado com o empréstimo do programa da Mapofei.

Podemos também observar, a partir de agora, o número de escolas, faculdades e universidades que procuraram o Conselho Curador da Fuvest para pedir a adesão ao seu sistema de vestibular. De fato foi firmado um convênio entre as três universidades estaduais paulistas de modo a prever um vestibular unificado que atendesse a todas. Igualmente, iniciaram-se discussões quanto à adesão de escolas particulares.

A primeira que procurou a Fuvest propondo adesão ao vestibular de 1977 foi a Escola de Engenharia Mauá, do Instituto Mauá de Tecnologia. A ela sucederam-se a Escola de Engenharia de Lins, a Escola do Instituto Educacional Oswaldo Quirino, a Faculdade de Medicina de Jundiaí, a Faculdade de Engenharia da Fundação Educacional de Barretos, a Escola de Engenharia Industrial de São José dos Campos, a Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, a Fundação Valeparaibana de Ensino, o Instituto de Engenharia Paulista (Faculdades Objetivo) e a Faculdade de Engenharia de Sorocaba.

A Fuvest não poderia aceitar a adesão de instituições particulares de ensino superior ao concurso vestibular, por conta da portaria 54, de 23 de janeiro de 1976, do ministro de Estado da Educação e da Cultura, salvo se recebesse autorização dele próprio. O que ocorreu é que o Conselho Cura-

13. Relatório do Vestibular de 1977.

dor acolheu a maior parte das solicitações, considerando Engenharia como carreira e as escolas que aderissem como uma das opções. Dessa forma, foram firmados os convênios com seis delas para o concurso vestibular de 1977¹⁴, sem quaisquer problemas. No concurso de 1978, além da USP, Unesp e Unicamp, foram mais sete as escolas, institutos ou faculdades particulares contemplados e, no de 1979, mais dez particulares¹⁵.

Concomitante com esse processo, houve a contratação de um quadro de funcionários o mais “enxuto” possível. Estava claro que os membros do Conselho Curador não receberiam nada, dado que estavam em cargos não-remunerados. Porém, havia que se ter funcionários “celetistas” (cujos trabalhos seriam regulamentados pela CLT) e também todo um conjunto de prestadores de serviços de final de ano: os professores das bancas (que fazem as provas e/ou corrigem), os revisores, os fiscais e várias outras categorias sem vínculo empregatício.

A princípio, a Fuvest contratou em ritmo emergencial um corpo de funcionários para trabalhar meio expediente e, na ocasião do vestibular, alguns milhares de pessoas prestaram serviços avulsos. Contudo, até o final de 1976, já se havia averiguado a necessidade de aumentar a carga horária dos servidores da Instituição, contratar mais alguns, e desvinculá-los por completo dos funcionários da USP, baseando-se, porém, no piso salarial dos mesmos. Era um momento difícil, de definição de atribuições e cargos, resultando disso que, até junho de 1977, alguns poucos funcionários que estavam desde o início permaneceram e a maioria foi substituída. A partir desse momento de fato vigorou o regime de trabalho da CLT – tal como estava previsto no Estatuto, com contratos de oito horas diárias de trabalho.

Na ata de 16 de março de 1977, o Conselho Curador demonstra ter chegado a um cálculo exato dos funcionários que precisava: um gerente; um

14. Discussão explicitada da 9ª à 15ª Ata, *Primeiro Livro de Atas*, pp. 39 a 64.

15. Relatórios dos Vestibulares de 1977, 1978 e 1979.

contador e tesoureiro; um encarregado de pessoal e comunicações; um encarregado de compras, almoxarifado e patrimônio; um recepcionista e telefonista; um servente e copeiro; um motorista e mensageiro, em um total de sete pessoas. Também era idéia contratar mais cinco funcionários permanentes para atender às coordenadorias de vestibular, de pesquisa e à própria Diretoria Executiva. A preocupação fundamental desde o princípio era garantir um bom ritmo de trabalho sem “inchar” a folha de pagamento da Fuvest. No correr dos anos seguintes, muitas mudanças foram efetuadas quanto aos cargos e às atribuições mas, de uma maneira geral, ainda hoje trabalham poucas pessoas com regularidade na Fundação. Em 2005, contabilizamos onze funcionários contratados, dois diretores e dois consultores.



Oswaldo Paulo Forattini, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1980-1982).

Desde o início a Fuvest cumpriu sua função de promover atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade na área educacional, desde que relativas ao processo de seleção de candidatos à USP, como constava no Estatuto. Por isso, já aparecem os primeiros trabalhos desse tipo em uma ata de maio de 1977, quando o Conselho avaliou e aprovou a continuidade de vários projetos de pesquisa. Vindos de diversos autores, eles versavam sobre assuntos acerca dos vestibulares da Fuvest, tanto o que já havia ocorrido como os futuros. As propostas eram: análise das redações, um estudo exploratório do primeiro vestibular, a tentativa de se elaborar a correlação entre provas tradicionais e provas ditas “subjetivas”, a verificação da validade da forma de seleção de candidatos adotada pela Fuvest, a verificação da motivação dos candidatos, a avaliação das características das questões de física e o desempenho dos vestibulandos nelas, e a caracterização dos candidatos ao vestibular da Fuvest. Os financiamentos eram feitos conforme as bases propostas pela Coordenadoria de Pesquisa¹⁶. Do mesmo modo, alguns meses depois, o Conselho aprovou um outro projeto maior, intitulado “Projeto de Elaboração de Monografias Profissionais”, ou “Projeto Fuvest – 79”, esclarecendo em quais termos os trabalhos deveriam transcorrer, àquela época¹⁷.

Atualmente, quase não há, na Fuvest, atividades como as acima relatadas, uma vez que a finalidade precípua da instituição é elaborar, aplicar, apurar e divulgar resultados dos vestibulares que faz. Logo, ela não possui um núcleo próprio de especialistas em pesquisas que: verifiquem a pertinência ou não dos temas propostos; determinem, junto com o Conselho Curador, regras e critérios sólidos para análise e supervisão constantes dos trabalhos; recebam, avaliem e acompanhem o desenrolar das investigações. Tal núcleo deve proceder à apreciação definitiva do valor das pesquisas, como se faz no

16. Ata da 25ª Sessão, 19 maio 1977. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 142-144.

17. Ata da 31ª Sessão, 13 out. 1977. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 193 e 194.

CNPQ, na Fapesp e em outras respeitadas agências de fomento à pesquisa – o que não vem ao caso na Fuvest, a qual realiza trabalhos de outra natureza.

Dentre os primeiros vestibulares, o de 1977 foi o que mais marcou todos. Primeiramente, por ter sido a experiência inicial, já com cobertura da imprensa.

Na primeira fase da Fuvest, em dezembro de 1976, fui chamado para ser fiscal especial. Antes, eu já tinha montado junto de meu irmão o *layout* interno dos ambientes de trabalho, também trabalhado nas inscrições do vestibular, em setembro – depois de triadas as fichas –, e mandado para o Prodesp. Como fiscal, depois, fui aplicar a prova para uma parturiente, na maternidade. Ela tinha tido nenê no dia anterior, e de tempos em tempos eu tinha que suspender a prova para ela amamentar. Havia uma equipe da Rede Globo lá, e entrevistou a moça e eu¹⁸,

lembra-se Adriano Wilson das Neves, envolvido com a Fuvest desde os primeiros momentos, e que nos conta muito da história dos seus primeiros anos de atuação.

Ademais, nesse princípio, tudo teve que ser resolvido rapidamente, à base de improvisações, mas sem erros, o que exigiu muita dedicação e responsabilidade:

Somente fui contratado em 1977. Antes disso, fiz muitos trabalhos soltos. Todos os coordenadores estavam envolvidos com a aplicação do exame em si, por isso também tive de cuidar do pagamento do pessoal. Na primeira fase do vestibular, tivemos algo em torno de quatro a cinco mil pessoas envolvidas, e tive de contratar pessoas para, em pouco tempo, datilografar os cheques nominais, a cópia deles e os recibos. Também tiveram de datilografar os cartões de convocação e, por fim, postei esse material¹⁹.

18. Entrevista com Adriano Wilson das Neves.

19. *Idem*.

José Coelho Sobrinho, também ativo desde o primeiro vestibular da Fuvest, assim relata sobre a multiplicidade de trabalhos que desempenhou:

Fui chamado pelo professor Ferri [Antonio Guimarães Ferri], que havia sido meu diretor na ECA. Ele sabia que eu era especialista em artes gráficas, e também era o responsável pela gráfica, além de dar aulas na área de editoração. Por isso, criei todos os cartazes para a sinalização das provas e, além disso, também acompanhei a impressão das provas, seu empacotamento e sigilo. Por fim, também trabalhei na aplicação dos exames²⁰.

Após a divulgação dos resultados da primeira fase, problemas surgiram: muitos candidatos não aprovados impetraram mandados de segurança contra a Fuvest, objetivando a sua participação na segunda fase dos exames. O ocorrido foi bastante divulgado pela imprensa, que ficou claramente dividida.

Em 28 de dezembro de 1976, a *Folha de S.Paulo* anunciava que até quinhentos candidatos poderiam entrar com os mandados de segurança, seguindo as orientações dos advogados e do Centro Acadêmico XI de Agosto (dos alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco). As ações questionavam o caráter eliminatório da primeira fase, alegando que todos deveriam ter a chance de fazer a segunda fase (aptidões específicas)²¹. No dia 30 de dezembro daquele ano, uma nova matéria comentava a nota divulgada pela Fuvest sobre o problema dos mandados. Nela, afirmava-se que as provas da Fuvest haviam sido realmente eliminatórias e não classificatórias, o que feria a legislação sobre o tema²². Logo abaixo, na mesma página, outra matéria informava que cerca de 150 candidatos entrariam com os mandados orientados pelo CA XI de Agosto, e outros utilizariam os serviços de dois

20. Entrevista com José Coelho Sobrinho.

21. “Foi Protelada a Entrada dos Mandados de Segurança contra o Vestibular”, *Folha de S.Paulo*, 28 dez. 1976.

22. Perseu Abramo, “Classificação e Eliminação: o Que Diz a Fuvest”, *Folha de S.Paulo*, 30 dez. 1976.

advogados, um particular e outro da Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo²³.

Dias antes, *O Estado de S.Paulo* publicara uma matéria criticando os mandados de segurança contra a Fuvest, intitulada “Vestibulares, uma Crise Dirigida”. Nela, defendia-se que os vestibulares influíam positivamente no ensino de segundo grau, e que o exame era claramente classificatório. Quanto aos advogados envolvidos, eram chamados neste jornal de “advogados de porta de cadeia”, uma vez que somente após a realização da primeira fase resolveram protestar contra a legalidade do vestibular. Era colocado também que existiriam muitos interesses em jogo (não nomeados) para se criar uma “crise social”²⁴.

Segundo Setembrino Petri, presidente do Conselho Curador, naquele momento,

a gente estava numa grande tensão por causa disso. Se a Justiça tivesse concedido liminares para esses candidatos que haviam impetrado os mandados, eles teriam feito a segunda fase, e pronto: as portas estariam abertas a todos os outros... Eu e o Moyses Szanjbok aparecemos em um jornal, porque fomos entrevistados por uma repórter. Há até uma observação na matéria, que nós “estariamos fora de si”²⁵.

A situação ganhava um certo caráter de tensão na imprensa escrita. Em nota, a Fuvest alegou que a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 não havia sido quebrada, e que seu vestibular era de fato classificatório. Na reunião do Conselho Curador, em 29 de dezembro de 1976, havia-se acordado que, se fossem concedidas as medidas liminares possibilitando aos impetrantes sua participação na segunda fase, seria aguardado o julgamento dos mandados e, caso estes não ocorressem até o dia viável para que as providências fossem

23. “Cento e Cinquenta Vestibulandos Deverão Impetrar Hoje o Mandado”, *Folha de S.Paulo*, 30 dez. 1976.

24. “Vestibulares, uma Crise Dirigida”, *O Estado de S.Paulo*, 26 dez. 1976.

25. Entrevista com Setembrino Petri.

tomadas, não haveria outra alternativa senão adiar as provas da segunda fase. Tal acabou não acontecendo, pois a Justiça não concedeu as liminares aos impetrantes, e o caso esvaziou-se.

No entanto, a segunda fase do exame reservava ainda mais surpresas, as quais foram tão fortes e significativas que é válido transcrever aqui o relato extenso da situação, feito por Adriano Wilson das Neves.

Na primeira fase, em dezembro, já tivéramos de enfrentar uma chuva muito forte, que provocou atraso do início dos exames em algumas escolas, mas tudo bem. Na segunda fase, em janeiro, foi muito pior: tivemos de nos ver com as enchentes da madrugada. A marginal Tietê estava tão cheia de água, que a zona norte ficou interditada; a cidade tinha muitos pontos isolados. O pior de tudo é que as provas eram de manhã!

Era muito cedo, e eu chegava na Cidade Universitária com o motorista da Fuvest – pois estávamos trabalhando desde antes – quando o professor Moyses [Szanjbok], coordenador geral do vestibular, veio correndo atrás de nós e nos convocou para outro trabalho, em caráter de emergência. Ele e os outros coordenadores já haviam armado tudo; entramos eu, o Alésio [de Caroli] e o Coelho [José Coelho Sobrinho] em um helicóptero, que estava estacionado onde hoje é a Praça do Relógio, e seguimos para o Campo de Marte. O tal helicóptero, da empresa Ivotec, estava alugado para fazer propaganda do Objetivo que, frente à situação, nos cedeu o seu uso.

No Campo de Marte havia sido montado um esquema especial para receber os candidatos que não haviam conseguido chegar a outras escolas da zona norte, também ilhadas. Mesmo lá, a situação não era muito boa: um dos hangares estava cheio de água até o joelho. Descemos do helicóptero devagarzinho, para não cairmos em nenhum buraco, pois estávamos carregando alguns caixotes de prova. Ah, sim, a Rede Globo estava no Campo de Marte antes de nós! Fomos filmados descendo do helicóptero, e tudo foi noticiado pela televisão e pelos rádios. Tivemos de esvaziar outro hangar de aviões e helicópteros, para realizar as provas ali. O professor Alésio ficou nesse hangar; o Coelho ficou na sede do aeroclube e eu fiquei numa das salas de instrução de alunos de pilotagem, no próprio hangar da Ivotec. Aí, começamos a receber os primeiros candidatos.

Tínhamos levado um número reduzido de provas, que eram as tais provas-reserva, e não sabíamos quantas pessoas mais apareceriam por lá; por isso, copiamos muitas provas em

uma fotocopiadora arranjada de última hora. Enquanto isso, os candidatos iam chegando às levaras, trazidos nos caminhões do Corpo de Bombeiros. Estavam todos molhados, cheios de barro, com cara de pavor. Deu dó do sofrimento deles; por isso mesmo, algum particular – até hoje não sei quem era – nos forneceu generosamente caixas e caixas de chocolates.

No final das contas, a prova começou com duas horas de atraso em relação ao horário oficial, mas todos tiveram as quatro horas corridas para a resolução das questões. No dia seguinte, as águas já haviam baixado, e tudo ficou calmo. A partir do ano seguinte, as provas passaram a ser sempre de tarde, por causa dessa experiência²⁶.

Tudo chegou a bom termo no vestibular de 1977. Nas palavras de uma vestibulanda daquele ano:

Foi uma novidade a gente, de Exatas, fazer o vestibular em duas fases, junto com o pessoal das outras áreas. O exame da Fuvest me pareceu mais fácil que o da Mapofei, talvez por que o sistema de opções tenha mudado, e quem não passasse na Politécnica, primeira opção, não passaria mais na minha frente, na Matemática. O exame teve testes, também uma novidade para mim, pois a prova da Mapofei era totalmente dissertativa. Mas a prova escrita era muito similar²⁷.

Outra vestibulanda, de Ciências Sociais, rememorou: “Nem me lembrava dos testes... achei que era uma prova só, e escrita... fui pronta para escrever muito! O tema da redação era ‘Solidariedade’”²⁸.

Observa-se que, de uns oito anos para cá, os temas para redação têm se sofisticado, no sentido de esta apresentar vários elementos para os candidatos desenvolverem suas idéias, impedindo assim que muitos sejam levados a criar os chamados “textos pré-fabricados”. Este fato seria bastante possível, numa proposta como essa, de 1977: tratar-se simplesmente da “solidariedade”

26. Entrevista com Adriano Wilson das Neves.

27. Entrevista com Carmen Sílvia Gama.

28. Entrevista com Lúcia Helena Gama.



Roque Spencer Maciel de Barros, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1980-1982).

era um campo fértil para a plantação de clichês e frases feitas, situação que não ocorre mais.

Naquele ano, prestaram o vestibular da Fuvest na primeira fase 92 461 candidatos. Trabalharam nesse exame 4 516 pessoas, incluídos 215 professores que corrigiram as provas analítico-expositivas da segunda fase, num período de dez dias, segundo o Relatório do Vestibular de 1977. Para o vestibular de 1978, a Fuvest, além de prestar seus serviços à USP, Unicamp e Unesp, os estendeu às particulares, como já descrevemos. Ao todo, deu conta de 113.980 inscritos. O Relatório desse segundo vestibular, mais detalhado que o do primeiro, traz também o número de pessoas envolvidas, discriminadas por categoria: sete supervisores, 106 coordenadores, 2 685 fiscais, 2 460 auxiliares e mais 257 professores-corretores, em um total de 5 515 indivíduos. Foram

utilizadas cem escolas, com 1847 salas para a primeira fase; na segunda, 48 escolas e 697 salas. Naquele ano, ainda foi aproveitada a estrutura do Prodesp para o cadastramento dos inscritos, alocação e emissão dos cartões de cadastro de respostas da primeira fase. A partir da apuração dos pontos da primeira fase, todos os demais serviços foram feitos pelo Centro de Computação da USP²⁹.

No ano seguinte, 1979, surgiu a Vunesp, nova fundação para vestibulares. O concurso vestibular da Fuvest foi realizado em dois sistemas, um da USP/Unicamp, e outro da Vunesp, este em só uma fase. Algum tempo depois, a Vunesp se separaria por completo da Fuvest, mas usando o mesmo sistema em seu vestibulares. A Unicamp ainda ficaria por mais alguns anos, assim como algumas particulares.

Como pudemos ver, desde o princípio dos trabalhos na Fundação, os conselheiros e funcionários tiveram que lidar com uma demanda gigantesca – milhares de candidatos – disputando alguns milhares de vagas nas universidades estaduais paulistas e em outras escolas particulares. Os problemas a equacionar também foram grandes, mas isso não logrou impedir que, no correr dos anos, a Fuvest fosse adquirindo capital, sofisticando e diversificando a prestação de serviços (sempre em conformidade com o Estatuto), e adquirindo bens imóveis – como é o caso do prédio onde hoje fica a sua nova sede. Tudo devido à constância nos trabalhos, dedicação e criatividade do corpo de funcionários e sucessivos Conselhos Curadores. Entretanto, isso já é outra história, narrada na próxima parte do livro.

29. Relatório do Vestibular de 1977 e de 1978.

PARTE II
FUVEST, EM TRINTA ANOS

O RELATO da evolução institucional da Fuvest nos permite saber o quanto ela é indissociável da Universidade de São Paulo, e como se adaptou às demandas ao longo do tempo. A despeito de ter a condição de fundação de direito privado, ela traduz, em seus exames vestibulares e outros serviços, as deliberações do Conselho Universitário. Entretanto, a sua relação com os vários órgãos e departamentos da USP é de intercâmbio, ou seja, se por muitos anos utilizou as dependências do antigo prédio da reitoria, por várias vezes alimentou a sua estrutura computadorizada. Se também se utilizou do Centro de Processamento de Dados, cedeu-lhe maquinários, e assim por diante.

Vale destacar que, nos primeiros meses de existência, o então reitor da USP, Orlando Marques de Paiva, fez uma dotação inicial de trezentos mil cruzeiros¹ à nova fundação que, depois disso, passou a subsistir essencialmente das taxas de inscrição dos exames que realiza. Sua estrutura administrativa, desde sempre com poucos funcionários, passou por algumas reestruturações, sempre no sentido da otimização dos trabalhos. De alguns anos para cá, o quadro desanimador da educação pública de primeiro e segundo graus, e as novas demandas sociais relacionadas a ela, levaram a Universidade de São Paulo e os quadros da própria Fuvest a repensarem o padrão dos vestibulares e a realizarem políticas afirmativas no sentido da

1. Ata da 4ª Sessão, 15 jun. 1976. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 22-25.

maior inclusão social – o que vem sendo feito, e custou à Fundação uma nova reestruturação, seguida de corte de gastos e redirecionamento de verbas.

Olhar para o passado da Fuvest e narrar a sua evolução institucional implica não somente celebrar os bons momentos, os velhos companheiros de trabalho ou os desafios vencidos, mas também pensar no papel que ela desempenha junto com a Universidade de São Paulo, e na sua função social.

CAPÍTULO 3 Estruturação Institucional

3.1 *Funcionários, Conselheiros e Diretores: Formação de uma Rotina Administrativa*

Desde o princípio, a Fuvest teve um quadro pequeno de funcionários, para que conseguisse subsistir com o mínimo necessário; em 1982, contabilizavam-se treze; em 1989, seis apenas; em 1991, oito; em 2006, nove. Além desses funcionários, outros eram contratados em caráter temporário nos períodos das provas. Conforme nos relata Setembrino Petri, primeiro presidente do Conselho Curador da Fundação:

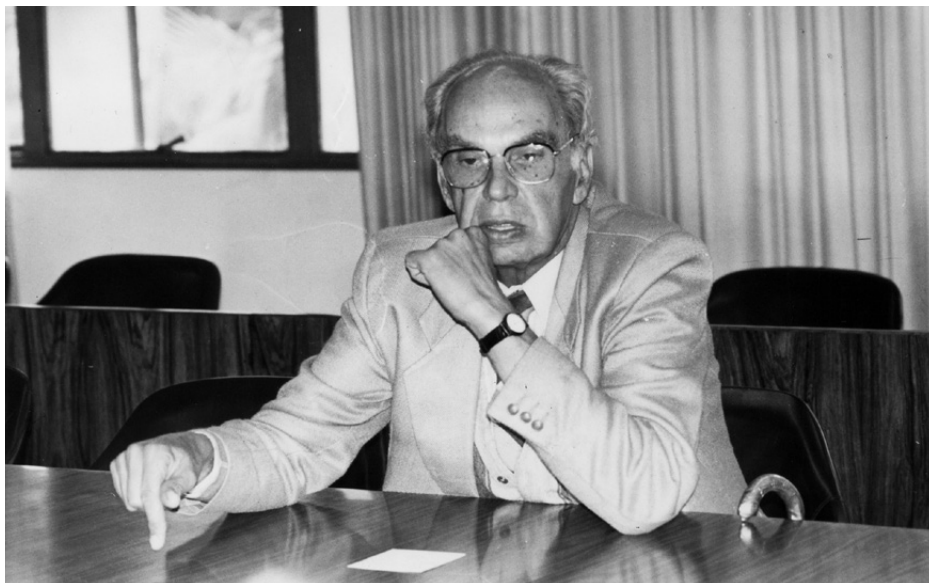
Nós fixamos um número de pessoas que iriam trabalhar permanentemente na Fuvest – não me lembro quantos –, pois não queríamos que ela ficasse “inchada”. Entre o Conselho Curador – que não fazia parte do corpo de funcionários, nem recebia nada pelo desempenho – e os próprios funcionários, eram poucas pessoas. Tínhamos entre esses poucos uma secretária e os dois coordenadores que trabalhavam diretamente comigo, o Alésio de Caroli e o Moyses Szanjbok. Ambos eram professores da Universidade de São Paulo e tinham muito espírito de organização, e, quando fui o coordenador do vestibular, é com eles que trabalhei exaustivamente. Eu e o Alésio “estudamos” os professores que potencialmente seriam convidados a fazer as questões dos vestibulares, os chamamos, e discutimos as questões depois de formuladas. As reuniões eram sempre sigilosas¹.

Em 1976, as instalações da Fuvest ocupavam algumas salas do quinto andar do prédio da Antiga Reitoria, o que demandava o empréstimo de

1. Entrevista com Setembrino Petri.

outros locais para uma série de serviços. Se as atividades se intensificavam ao final de cada ano e início do seguinte, não eram poucas as tarefas a se desempenhar entre abril e setembro. Por isso mesmo, a Fuvest contratou inicialmente em ritmo emergencial um corpo de funcionários para trabalhar meio expediente e, até o final de 1976, já se cogitava aumentar a carga horária dos servidores da Instituição e contratar mais alguns, desvinculando-os por completo dos funcionários da USP. Baseava-se, entretanto, no mesmo piso salarial, sob o regime celetista.

As atividades de cada funcionário são, atualmente, previstas e descritas no Manual de Estrutura de Cargos, apenso ao Manual de Processos, realizados pela empresa BTT Consultoria em 2001. Antes, as tarefas constavam, de forma sumária, somente nas atas do Conselho Curador. A grande reestruturação administrativa foi realizada no final da década de 1990, e os cargos e funções que existem atualmente na Fuvest são: gerente administrativo e financeiro,



Ruy Aguiar da Silva Leme, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1987-1990).

gerente de coordenação, gerente de informática, coordenador administrativo e financeiro, coordenador de projetos, analista de sistemas sênior, assistente de diretoria, auxiliar de serviços administrativos, recepcionista e copeira.

Dois funcionários têm se mantido por trinta anos consecutivos na instituição: Elza Saldanha, copeira desde 1976, e Adriano Wilson das Neves, gerente administrativo e financeiro. O caso dele ilustra especialmente bem como foi a circulação de cargos e funções até hoje. Em 1976, ele prestou serviços como atendente em postos de inscrição, fiscal para exames especiais (em hospitais e outros locais), preparador de materiais para exame, e em tarefas administrativas, como pagar os prestadores de serviços e dar recibos – alguns desses trabalhos continuando a ser desempenhados após a sua contratação como chefe de contabilidade e tesouraria, em 1977. Até 1998, era também o responsável pela Fuvest perante o Ministério da Fazenda, quando essa atividade ficou a cargo do presidente do Conselho Curador. Em 1978, passou a gerente administrativo e financeiro.

Não se pode deixar de mencionar também os prestadores de serviços em épocas de vestibular. São milhares de pessoas que se tornam fiscais, coordenadores, trabalham nos postos médicos, elaboram e corrigem as provas. É importante ressaltar que estes últimos sempre permanecem em sigilo.

Dentre os prestadores de serviços, também podemos citar dois casos de pessoas que estão há quase trinta anos (não consecutivos) ligadas à Fuvest, e que ilustram bem essa dinâmica de trabalhos eventuais. Roberto Costa, atualmente consultor de operações, concursos e vestibulares, foi algumas vezes, ainda na década de 1970, assistente de Alésio João de Caroli, coordenador de meios (cargo que não existe mais), que atuava conjuntamente com os sucessivos coordenadores gerais do vestibular, saídos dentre os membros do Conselho Curador. Roberto, professor do Instituto de Matemática e Estatística, foi convidado em 1997 para ser diretor executivo da Fuvest, cargo que não é remunerado e destina-se a docentes da Universidade de São Paulo.

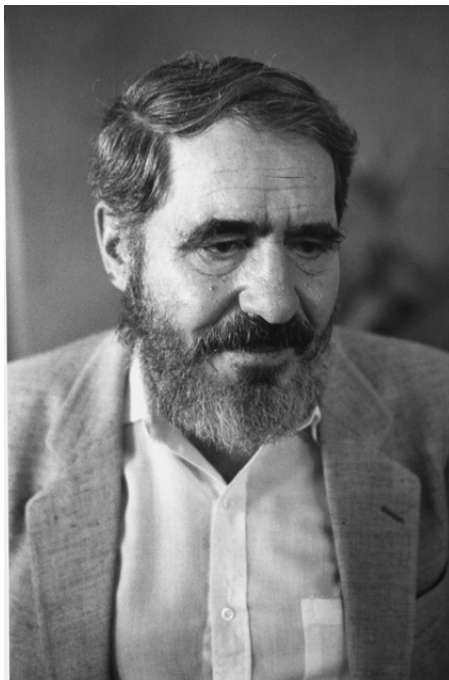
Ele exerceu tal cargo por seis anos consecutivos e, depois, com a experiência adquirida (trabalha com vestibulares desde antes da própria existência da Fuvest), e a aposentadoria na Universidade, passou a prestar serviços à Instituição como consultor de operações, concursos e vestibulares.

José Coelho Sobrinho, que presta serviços como responsável pela comunicação da Fuvest com a imprensa, é professor do Departamento de Jornalismo e Editoração na Escola de Comunicações e Artes da USP. Já foi, desde a década de 1970, dada sua especialidade em artes gráficas, preparador de material de sinalização, supervisor de vestibular e coordenador de local de exame.

A exemplo deles, há outras pessoas que também prestaram serviços por várias vezes para a instituição, alguns que, em outros momentos, foram também da Diretoria ou do Conselho Curador, cargos não remunerados. Pelos bons trabalhos executados e pela rede de confiança montada, foram e são chamados ano após ano para participarem das atividades sazonais que a estrutura dos exames vestibulares demanda. Conforme nos fala Roberto Costa,

A Fuvest sempre precisou de pessoas de muita confiança para funcionar, o que permeia o trabalho da Fuvest é a confiança. Os diretores, naquela época [no início da instituição], confiaram em mim, e foram me atribuindo trabalhos variados, e cada vez mais foram me exigindo, e trazendo novas responsabilidades. Quando vi, estava amarrado à Fuvest pelos pés e pelas mãos!²

Para dar conta do trabalho gerado a cada vestibular, sempre houve confiança, boas redes relacionais, sigilo e seriedade. Tais normas não escritas da Fuvest, nesses últimos trinta anos, nunca mudaram, e dão solidez à instituição.



Chaim Samuel Hönig, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1988-1992).

A administração da Fundação é exercida desde 1976 pelo Conselho de Curadores e pela Diretoria Executiva. O Conselho é a instância superior, e tem caráter normativo e deliberativo. As suas atribuições estão fixadas no Estatuto e complementadas pelo Regimento. Em linhas gerais, são: eleger seu presidente e vice-presidente, os membros da Diretoria Executiva (no início, saídos dentre os conselheiros, depois convidados dentre os docentes ativos ou aposentados da USP, e não necessariamente membros do Conselho), aprovar o Regimento Interno da Fundação, elaborar e aprovar o regimento do próprio Conselho, autorizar recebimento de doações e legados, a aquisição ou alienação de bens patrimoniais imóveis, aprovar anualmente a proposta orçamentária e o balanço patrimonial, assim como o relatório da Diretoria Executiva; aprovar convênios entre a Fuvest e outras entidades,

eleger comissões para assessorá-los, deliberar sobre atos da Diretoria Executiva, propor mudanças estatutárias perante o Conselho Universitário³.

Além dessas atribuições, há outras: acompanhar o desenvolvimento das atividades da Fundação, promovendo meios para sua avaliação e aperfeiçoamento, aprovar modificações na estrutura administrativa e organizacional da Fuvest, elaborar diretrizes para o sistema remuneratório dos funcionários, aprovar e enviar para o Conselho de Graduação o relatório geral e anual do vestibular, interpretar o Estatuto e Regimento para resolver questões, aprovar mudanças no Regimento e delegar competências⁴.

Os membros do Conselho, que a princípio eram sete, atualmente são oito, não recebendo, como no início, nenhuma remuneração por seus serviços; o mandato de cada conselheiro é de quatro anos, sem recondução consecutiva; o presidente e vice-presidente do Conselho têm mandato de dois anos, podendo ser prorrogados por igual período. Todos os conselheiros, professores titulares partícipes do Conselho Curador, são designados pelo reitor e devem se reunir ordinariamente uma vez por semestre, e extraordinariamente quantas vezes for necessário. O desligamento de um conselheiro é feito em três ocasiões: quando pede para se retirar, quando acaba seu mandato, ou quando fica sem participar de três reuniões consecutivas.

Foram muitos os conselheiros que passaram pela instituição nesses trinta anos; na maioria dos casos, eles eram designados exatamente por que já participavam do Cepe e, dentro dele, especialmente da Câmara de Graduação. Os primeiros membros do Conselho Curador eram todos da Câmara de Graduação. Por decisão interna da reitoria da Universidade de São Paulo, nos dois últimos mandatos, foi automática a presença do(a) pró-reitor(a) de graduação no Conselho Curador da Fuvest, assim como do vice-reitor

3. *Estatuto da Fuvest*, 1997, pp. 274 e 275.

4. *Regimento Interno da Fuvest*, p. 3.

da USP. Segundo Sônia Penin, pró-reitora de graduação da USP de 2002 a 2005, e vice-presidente do Conselho nesse período:

Ainda que eu não estivesse na Fuvest, pelo fato de estar nessa Pró-reitoria o envolvimento seria imediato: as decisões primeiras e finais a respeito do vestibular são tomadas no Conselho de Graduação, e o fluxo de informações e discussões entre Fuvest e CoG são muito intensos: é uma articulação de duas mãos⁵.

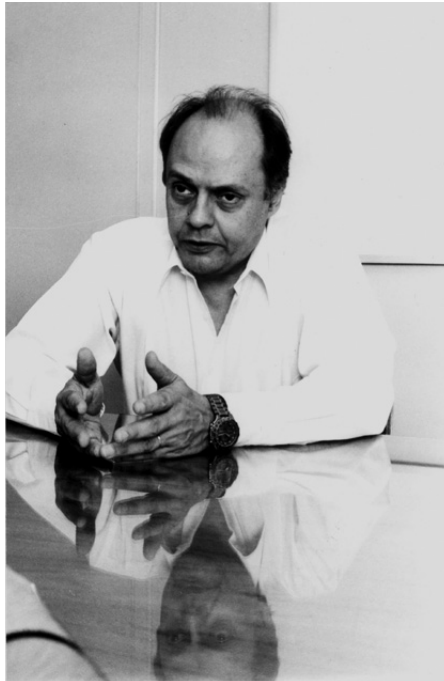
A partir de 1990, com uma reorganização ocorrida no Conselho Universitário, o Cepe foi extinto, e a Fuvest passou a ligar-se diretamente às decisões do CoG – Conselho de Graduação.

Quanto à Diretoria Executiva, é composta por três membros: diretor executivo, vice-diretor e diretor financeiro. Cabe a ela: administração da Fuvest conforme o Estatuto, *Regimento Interno*, legislação pertinente e deliberações do Conselho Curador, elaborar e propor ao Conselho Curador o Regimento Interno⁶. Além disso, estabelecer medidas para adequação dos serviços administrativos e técnicos, deliberar sobre matéria disciplinar e administrativa, zelar pelo patrimônio da Fundação, manifestar-se em casos de admissão, afastamento e dispensa de pessoal, criar e extinguir comissões para assessoramentos ou estudos de assuntos ligados às atribuições da Diretoria, julgar recursos interpostos contra atos de diretores, manifestar-se quanto a assuntos que o Conselho Curador lhe peça a apreciação e responsabilizar-se pela documentação legal da Fundação⁷. Até 1984, os diretores eram do Conselho Curador, eleitos entre si. Depois dessa data, passaram a ser professores titulares da USP convidados pelo Conselho. Isso se modificou com o tempo, pois os diretores não precisam mais ser professores titulares,

5. Entrevista com Sônia Penin, professora da Faculdade de Educação da USP e vice-presidente da Fuvest, de 2000 a 2006.

6. *Estatuto da Fuvest*, 1997, p. 275.

7. *Regimento Interno da Fuvest*, p. 3.



Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1990-1994).

e seu mandato pode estender-se por seis anos (com duas prorrogações consecutivas), em vez dos quatro anteriores. A exemplo dos conselheiros, os diretores também não recebem remuneração, e isto está no Estatuto de Fundação, anexo à Ata do Conselho Universitário, de abril de 1976, e no atual Estatuto, modificado em 1997.

Pelo quadro a seguir pode-se ter uma noção do número de conselheiros, diretores e alguns outros envolvidos nos trabalhos da Fuvest durante os seus trinta anos de existência, e que merecem ser lembrados.

Conselhos Curadores e Diretorias da Fuvest, 1976-2006

<i>Cargos</i>	<i>Nomes</i>	<i>Datas</i>
CONSELHO CURADOR DA FUVEST		
PRESIDÊNCIA		
	Setembrino Petri	1976-1980
	Oswaldo Paulo Forattini	1980-1982
	Reinholt Ellert	1982-1984
	José Augusto Martins	1984-1986
	Ruy Aguiar da Silva Leme	1987-1990
	Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos	1990-1994
	Myriam Krasilchik	1995-1998
	Adolpho José Melfi	1999-2002
	Hélio Nogueira da Cruz	2002-2006
VICE-PRESIDÊNCIA		
	Antonio Guimarães Ferri	1976-1978
	Oswaldo Paulo Forattini	1978-1980
	Roque Spencer Maciel de Barros	1980-1982
	Paulo Vizioli	1982-1984
	Silvio Mário Atilio Raia	1984-1986
	Chaim Samuel Hönig	1988-1992
	Adilson Avansi de Abreu	1992-1994
	Carlos Alberto Barbosa Dantas	1994-1998
	Ada Pellegrini Grinover	1998-2002
	Sônia Teresinha de Sousa Penin	2002-2006
CONSELHEIROS		
	Antonio Brito da Cunha	1976-1979
	José Goldemberg	1976-1978
	Walter Borzani	1978-1981
	Luiz Guimarães Ferreira	1978-1979
	Antonio Guimarães Ferri	1979
	Renato Hélios Migliorini	1980-1983
	Setembrino Petri	1981-1982
	José Mondelli	1982-1986
	Vicente Marotta Rangel	1984-1986
	Sérgio de Ibícius	1985-1986

<i>Cargos</i>	<i>Nomes</i>	<i>Datas</i>
	Setembrino Petri	1985
	Flávio Fava de Moraes	1985-1989
	Reinholt Ellert	1985-1986
	Ivan Cunha do Nascimento	1986-1987
	Augusto Humberto Vairo Titarelli	1986-1990
	Renato Hélios Migliorini	1986-1990
	José Augusto Martins	1987-1988
	Giorgio Moscati	1987-1990
	Silvio Mário Atilio Raia	1987
	Luiz de Queiroz Orsini	1988-1990
	Sylvia Suzana Capmiglia	1989-1991
	Celso de Rui Beiseguel	1990-1993
	Almir Massambani	1990-1991
	Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos	1990
	Adilson Avansi de Abreu	1990-1992
	Erney Felício Pleassmann de Camargo	1990-1994
	Hernan Chaimovich Guramilk	1991-1995
	Luiz Nunes de Oliveira	1992-1995
	Henrique Krieger	1992-1996
	Maria Tereza Leme Fleury	1995-1998
	Sylvio Ferraz Mello	1995-1999
	Ernesto Rafael Gonzalez	1995-1999
	Francis Henrik Aubert	1995-1999
	João Stenghel Morgante	1997-2001
	Paulo Fernando Cidade Araújo	1997-2002
	Edson dos Santos Moreira	1999-2002
	Nilson José Machado	1999-2003
	Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick	1999-2004
	Lino de Macedo	2000-2004
	Wanderley Ferreira da Costa	2000-2004
	Sonia Teresinha S. Penin	2001-2002
	Azauri Albano de Oliveira Junior	2003-
	Gehard Bandel	2003-
	Eni de Mesquita Samara	2003-
	Nélio Marco Vincenzo Bizzo	2003-
	Oswaldo Baffa Filho	2004-
	César Ades	2005-

<i>Cargos</i>	<i>Nomes</i>	<i>Datas</i>
DIRETOR EXECUTIVO	Giorgio Eugenio Oscare Giacaglia	1976-1978
	Oswaldo Paulo Forattini	1978-1979
	Roque Spencer Maciel de Barros	1979
	Ernesto Giesbrecht	1980-1984
	Flávio Fava de Moraes	1984-1985
	Sylvio Ferraz Mello	1985-1989
	Flávio Wagner Rodrigues	1989-1993
	Alceu Gonçalves de Pinho Filho	1993-1997
	Roberto Celso Fabricio Costa	1997-2003
	Antonio Evaldo Comune	2004-
VICE-DIRETOR	André Ricciardi Cruz	1976-1978
	Roque Spencer Maciel de Barros	1978-1979
	Paulo Vizioli	1980-1982
	Setembrino Petri	1982-1984
	Sérgio Baptista Zaccarelli	1984-1985
	André Luiz Paranhos Perondini	1985-1989
	José Maria Pacheco de Souza	1989-1993
	José Atilio Vanin	1993-2001
	Maria Thereza Fraga Rocco	2001-
DIRETOR FINANCEIRO	Erwin Theodor Rosenthal	1976-1978
	Luiz Guimarães Ferreira	1979-1982
	Sérgio de Ibícius	1982-1984
	Sylvio Carlos Borges dos Reis	1984-1987
	Walter Alves	1988-1989
	Antonio Evaldo Comune	1990-1995
	Carlos Roberto Azzoni	1995-2001
	Antonio Evaldo Comune	2001-2003
CONSULTOR DE OPERAÇÕES, CONCUR- SOS E VESTIBULAR	Roberto Celso Fabrício Costa	2004-

3.2 *Formação de um Patrimônio*

Tratar dos personagens que compõem as várias histórias da Fuvest nos leva também a analisar uma questão fundamental: os espaços físicos em que as primeiras reuniões eram realizadas e a construção de uma ampla sede própria, hoje localizada ao lado da entrada da Cidade Universitária. Nos relata Adriano Wilson das Neves:

Inicialmente, nos foi cedido um espaço no quinto andar do antigo prédio da reitoria e lá ficaram, separados por biombo, um local para recepção de pessoas, dois outros para secretárias, um para diretor executivo, outro para administração financeira e contábil, e assim por diante. Sala fechada era somente a da coordenação dos vestibulares, onde ocorria a reunião do Conselho Curador; este era o local para se tratar de assuntos que deveriam ser sigilosos. Mais tarde, nos foram cedidas três salas no segundo andar do mesmo prédio, onde passou a funcionar a área administrativa, financeira e contábil. Ficamos vizinhos dos estúdios de rádio e cinema da ECA, aliás, ela mesma nos cedeu os espaços que não utilizava no momento⁸.

Essa estrutura foi conveniente até a década de 1990, quando todas as fundações de direito privado começaram a migrar para fora do *campus* da Cidade Universitária, e o Conselho Curador da Fuvest começou a discutir a viabilidade de construir sua sede, e as vantagens que isso traria.

A dinâmica organizacional do vestibular exigia cada vez mais espaços. Materiais variados eram guardados em um depósito, perto das garagens, no andar térreo do antigo prédio da reitoria. Nas dependências do CCE – Centro de Processamento de Dados da USP, onde era rodado o material de aplicação dos exames, ficavam guardadas as folhas de leitura óptica e também as listas de inscritos e aprovados nos exames.

8. Entrevista com Adriano Wilson das Neves.

A impressão das provas foi feita até 2004 pela Imprensa Oficial do Estado, fato que não mais ocorreu a partir de 2005. Em diferentes locais do *campus* eram preparados, antigamente, diversos materiais para os exames vestibulares, o que também não mais ocorre.

Como é possível verificar, arquivos e trabalhos necessários à Fuvest, em anos passados, ficaram pulverizados pelo *campus* de São Paulo. Por volta de 1992, novas atividades passaram a ser necessárias, entre elas, a criação de um escritório próprio para o vestibular. Assim, tal escritório – hoje Centro de Processamento de Dados da Fuvest (CPD) – começou a funcionar, em 1992, em salas cedidas pelo CCE da USP. O novo escritório, com novas especificidades, passou então a necessitar de novos funcionários, que foram contratados para fazer frente às novas exigências de novos tempos.

A Fuvest pagava pelos espaços cedidos, fosse em valores, maquinários ou em serviços. Sempre foram prestados muitos serviços à USP, não só em troca de espaços, mas também para atender as mais diferentes solicitações vindas seja de unidades, seja de pró-reitorias, da vice-reitoria ou mesmo da reitoria da Universidade.

Em setembro de 1992, o Conselho Curador começou a discutir a possibilidade de a Fuvest ter seu local próprio e centralizar tudo o que estava disperso ou era feito de forma dispersa na USP. Até dezembro, foi aprovada a proposta de construção da sede própria, e tomadas as primeiras providências necessárias. Durante os anos de 1993 e 1994 ocorreu todo um processo de cessão de terreno dentro da Universidade de São Paulo para a nova sede, que acabou não ocorrendo, pois não eram locais adequados para a Fundação⁹. Em julho de 1995 foi aprovada pelo Conselho Curador a compra de um outro terreno para a sede na esquina da rua Alvarenga com a rua Afrânio Peixoto, da associação evangélica denominada Batista do Rio de

9. Ata da 101ª Sessão, 29 abr. 1994. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 201-206.

Janeiro, pelo valor de R\$ 820 mil. O terreno mede 2 200 metros quadrados, repartidos em quatro lotes¹⁰.

A partir daí as coisas se processaram mais rapidamente. Em agosto do mesmo ano, foi aprovado um projeto de construção, e aberta uma licitação a seguir. A compra do terreno ficou acertada para novembro, quando acabasse o prazo de seu último aluguel; em junho de 1996, discutiu-se uma proposta de assinatura de contrato de prestação de serviços para a construção da sede e, até setembro, as obras já estavam em andamento. A mudança para o novo edifício ficou inicialmente prevista para outubro de 1997, mas por uma série de razões acabou ocorrendo no segundo semestre de 1998. Uma delas foi a dos custos adicionais com a obra, que necessitou de fundamentos especiais (pois o terreno tem parte rochosa), e recebeu inclusive redes de fibra óptica¹¹.

A cerimônia de inauguração do novo prédio ocorreu no dia 16 de junho de 1998, e a mudança completou-se depois. Projetado pelos professores Eduardo Rodrigues de Jesus e Lúcio Gomes Machado, ambos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, situa-se próximo à entrada da Cidade Universitária. Tem 3 200 metros quadrados de área construída. No primeiro andar, há nove salas destinadas às equipes que elaboram e corrigem as provas dos vestibulares; no térreo, mais uma. O setor administrativo ocupa o segundo andar e o Centro de Processamento de Dados ocupa parte dos dois pavimentos. Curiosamente, ele se situa fora dos limites da Cidade Universitária, ao lado da entrada principal, sendo que os seus portões ficam muito próximos. Não raro transeuntes desavisados entram pelo portão da Fuvest imaginando serem os da USP. A localização desse prédio tem uma conotação simbólica, pelo local e espaço que ocupa: de fato, o vestibular

10. Ata da 107ª Sessão, 5 jul. 1995. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 225-227.

11. Ata da 118ª Sessão, 25 ago. 1997. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 278-283.

da Fuvest nos últimos trinta anos foi o vestibulo para a vida acadêmica na Universidade de São Paulo.

A relação entre USP e Fuvest foi muito intensa, dando-se também pela cessão de equipamentos e serviços variados para compensar os espaços ocupados. Desde 1976, os conselheiros já discutiam sobre os montantes que deveriam ser pagos ao CCE – Centro de Computação Eletrônica da USP – pelos trabalhos prestados na primeira e segunda fases dos exames. O próprio CCE solicitou a compra de equipamentos de terminais de computação que foram usados em serviços variados na Cidade Universitária, inclusive com a própria Fuvest. De fato, à Fuvest não interessou criar seu próprio centro de processamento de dados até a década de 1990; por isso, a prática da cessão de aparelhagem em comodato, pagamento de custos de utilização e investimentos em dinheiro para reformas foi freqüente, assim como sempre se privilegiou o trabalho com o CCE.

As cessões de aparelhagem beneficiaram várias unidades da Universidade: em 1987, receberam máquinas de escrever e de microfilme a Codac – Coordenadoria de Atividades Culturais, o Instituto de Biociências, o Instituto de Astronomia e Geofísica e o Instituto de Física¹². Em 2002, equipamentos e insumos foram transferidos à USP, para que ela confeccionasse novas carteirinhas para seus alunos¹³; no mesmo mês, além de repassar verbas para o Naeg – Núcleo de Apoio aos Estudos da Graduação e comprar dois computadores, a Fuvest ainda comprou *laptops* para a administração da universidade¹⁴.

Muitas unidades da USP demandaram à Fuvest máquinas de escrever, microfilmes, computadores, terminais de vídeo, dinheiro para reformas, para custear congressos e seminários, para projetos de pesquisa ou mesmo para

12. Ata da 78ª Sessão, 5 fev. 1987. *Terceiro Livro de Atas*, p. 88.

13. Ata da 147ª Sessão, 6 set. 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 418.

14. Ata da 96ª Sessão, 28 set. 1992. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 180-186.

livros – em suma, materiais de apoio à vida acadêmica. Mas nem sempre se conseguiu atender a todos, uma vez que a logística do exame vestibular (que se incrementava ano a ano) e o tradicional custeio a pesquisas geravam altos gastos, e, por vezes, eram muitos os pedidos. Particularmente em setembro de 2001 foram negados alguns¹⁵, pois, naquele ano, a Fuvest estava redimensionando a utilização de suas verbas por causa da recente política de isenção de taxas de inscrição no exame vestibular para candidatos carentes.

Desde 1999, havia a obrigatoriedade de repasse de 5% da receita da Fuvest para o Fundo Geral da USP, conforme decisão da Reitoria¹⁶. Na realidade, sempre houvera repasse de verbas da Fuvest para a Universidade de São



Adilson Avansi de Abreu, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1992-1994).

15. Ata da 143ª Sessão, 25 jul. 2001. *Terceiro Livro de Atas*, p. 401.

16. Ata da 130ª Sessão, 5 out. 1999. *Terceiro Livro de Atas*, p. 338.

Paulo, desde os primeiros anos de sua existência, por várias maneiras. Como consta em uma ata de reunião do Conselho Curador, referente às discussões sobre as taxas do manual e da inscrição a serem firmadas naquele ano, “a Fuvest precisa de recursos para realizar uma boa prova e também um pouco de lucro para financiar melhorias na Universidade”¹⁷. Seguindo essa lógica, a Fundação cedeu uma verba vultosa que serviu à aquisição de livros para o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, em 1999. A Pró-reitoria de Graduação pediu R\$ 500 mil para esses fins, e tal pedido foi atendido integralmente¹⁸.

Além disso, é necessário destacar a prestação de serviços da Fuvest para a Universidade. Aqui segue um exemplo, relatado por Roberto Costa, consultor de operações, concursos e vestibulares da Fundação:

Há um tempo, nós começamos a realizar uma avaliação de disciplinas a pedido do Instituto de Química. Ela é feita da seguinte maneira: os professores criam um questionário que, impresso, é passado para os alunos responderem. Nós preparamos um formulário específico que o acompanha, com código de barras. Dessa forma, através de leitura óptica, nós tabulamos e produzimos estatísticas a partir dos resultados obtidos. Esse serviço é feito gratuitamente e serve para que os chefes de departamentos e de unidades tenham avaliações rápidas sobre o andamento das disciplinas, a relação professores-alunos, e façam seus diagnósticos. O gasto que nós temos é com tinta e papel, e tudo ocorre de forma rápida e sem burocracia. Por isso, até agora já recebemos os pedidos de nove unidades para esse tipo de serviço¹⁹.

O patrimônio da Fuvest não se resume a um edifício e material de escritório somente. Ele foi sendo lentamente montado no correr de trinta anos de trabalho. Já em março de 1977 se aventava a hipótese da aquisição de um

17. Ata da 93ª Sessão, 12 ago. 1991. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 170-172.

18. Ata da 129ª Sessão, 17 set. 1999. *Terceiro Livro de Atas*, p. 332.

19. Entrevista concedida em 10 ago. 2005.

imóvel, não para sede, mas para lastro financeiro da Fundação; a mesma discussão ressurgiu em agosto de 1988, mas a idéia foi novamente abandonada. No entanto, designou-se desde o princípio que, quando houvesse saldo financeiro, uma vez previstas as despesas até o final do ano, este saldo deveria ser aplicado de alguma maneira. Em 1976, as aplicações foram em letras de câmbio do banco Banespa por 180 dias²⁰. Em 1977, foram em letras do Tesouro Nacional, juntamente também com o Banespa²¹. As aplicações sempre foram de curto prazo, em instituições oficiais e, em alguns anos, os resultados obtidos foram muito bons.

Em fevereiro de 1987, foram incorporados um carro, um microcomputador e outros equipamentos ao patrimônio da Fuvest; em agosto de 1989, um refrigerador, um fogão e uma estante, e mais dois carros. Em 1994, adquiriu-se novo equipamento para a impressão das provas; em 2004, mais outro. Esses são alguns exemplos de patrimônio adquirido que surgem listados nas muitas atas de reuniões do Conselho Curador. Em meados de 2004, a Fundação adquiriu autonomia total para todos os trabalhos que desempenha: com edifício próprio, tem espaço para a realização de todas as tarefas necessárias. Com Centro de Processamento de Dados próprio e maquinário para impressão de provas, realiza tudo em suas dependências. O vestibular de 2005 foi o primeiro em que os serviços externos, da Imprensa Oficial do Estado, não precisaram mais ser utilizados.

Em alguns anos, a Fuvest registrou *déficit* operacional; no entanto, os bons resultados financeiros dos anos anteriores compensavam, e nunca o Conselho Curador utilizou-se de empréstimo nem de verbas suplementares da Universidade de São Paulo. Também constituiu um fundo de reservas e um plano de investimentos com verbas destinadas a obras como a já citada no espaço do Instituto de Biociências, assim como à elaboração de manual

20. Ata da 14ª Sessão, 4 out. 1976. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 60 e 61.

21. Ata da 26ª Sessão, 14 jun. 1977. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 174-177.

de procedimentos com todas as atividades ali desempenhadas e produção audiovisual para o treinamento do pessoal que participaria dos exames vestibulares, por vários anos²². Nessa relação de mão dupla, a Fundação realizou empréstimo para a Reitoria²³, e também financiou projetos variados na USP.

Um momento de dificuldades foi em 1989, quando houve o confisco de verbas das poupanças e outras aplicações, por ocasião do Plano Collor. Como o procedimento de praxe na Fuvest era aplicar o dinheiro recolhido com as taxas de inscrição do vestibular no mercado financeiro, de todo o capital que ela possuía aplicado no *overnight*, apenas uma pequena parcela poderia ser sacada e utilizada para o exame vestibular do ano seguinte. Os então seis funcionários fixos e mais as despesas operacionais eram pagos durante todo o ano com os juros das aplicações.

No final das contas, a Fuvest sobreviveu a mais essa crise, pois o próprio governo autorizou o desbloqueio de parte dos capitais aplicados em casos específicos, que somaram com mais verbas advindas do exame vestibular seguinte. Vale destacar, porém, que tal crise ocorreu exatamente por ser a Fuvest fundação de direito privado (logo, vítima do confisco). No entanto, pelo Tribunal de Contas do Estado, foi considerada movedora de receitas públicas, e passível de pagar uma série de impostos como tal, uma vez que, além de ter lucros, também não prestava serviços gratuitos diretamente à população. Como vimos, as verbas adquiridas com as taxas de exames vestibulares e aplicadas no mercado financeiro sempre foram reaplicadas em diversas áreas da Universidade de São Paulo. Por isso mesmo, desde 1993, a Fuvest apresenta contas ao Tribunal de Contas do Estado.

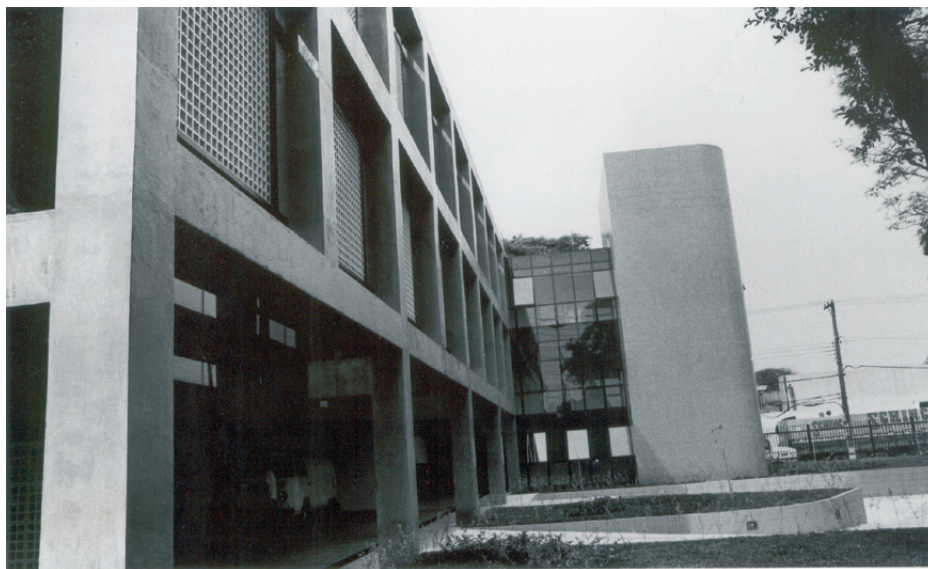
Extremamente organizada e transparente, desde muito já contratava empresas para realizar serviços de auditoria ano a ano: em 1981, era a Ar-

22. Ata da 75ª Sessão, 9 jan. 1986. *Terceiro Livro de Atas*, p. 74.

23. Verificar atas do início de 1991.

thur Andersen S/C; em 1985, a Directa Auditores S/A e, em 1998, a Price Waterhouse²⁴. Como se pode ver, o gerenciamento financeiro e patrimonial da Fuvest nunca foi banal: corresponde à responsabilidade dos exames vestibulares realizados ano após ano, desde 1976. Um antigo coordenador da Fuvest, Moyses Szanjbok, em entrevista à *Folha de S. Paulo* em 1982, elucidou a todos como a instituição sobrevivia. Mesmo tantos anos depois, continua sendo assim – inclusive depois do início da política de isenção de taxas, a partir do ano 2000 –, e a sua declaração merece ser transcrita na íntegra:

A Fuvest é auto-suficiente. Ela procura proceder, no que se refere ao orçamento, como lhe parece razoável. Isto é, ela estima os seus gastos com a realização dos exames e, a partir dessa estimativa, calcula as taxas a serem cobradas. Desse modo tem sido possível, ao longo de todos esses anos, desde a sua criação, à Fuvest cobrar taxas menores do que as fixadas pelo MEC. Portanto, não há nenhum problema no orçamento. A Universidade de São



Fachada do prédio novo da Fuvest.

24. Verificar as atas da Fuvest desses anos, no *Primeiro, Segundo e Terceiro Livros de Atas*.

Paulo não interfere nos problemas orçamentários da Fuvest, que não recebe subsídio, não recebe dinheiro de ninguém – ela apenas arrecada taxas e reverte essas taxas em benefício do vestibulando, através da prestação de serviço²⁵.

O patrimônio atual da Fuvest pode ser descrito em bens imóveis (terreno e prédio), mobiliário (de escritório, da copa, das salas de correção, de espera e reuniões etc.), instalações (divisórias, persianas, armários fixos), equipamentos (computadorizados) e veículos. Em valores contábeis, prédio (3.300m² de área construída) e terreno (2 200m²) totalizam R\$ 3,37 milhões. Quanto aos demais itens: foram gastos em mobiliário cerca de R\$330 mil; em instalações, cerca de R\$ 290 mil; em equipamentos, cerca de R\$ 1,58 milhão; e, em veículos, cerca de R\$ 280 mil. A Fuvest é proprietária de sete veículos: quatro são utilitários para uso administrativo (transporte de materiais, principalmente), e três são de representação para a Diretoria Executiva.

Nota-se, portanto, que a história da Fuvest mostra que houve um investimento significativo ao longo do tempo com a formação de um patrimônio sólido, inclusive com resultados financeiros que foram revertidos em benefício para a própria Universidade de São Paulo. Isso demonstra mais uma vez a seriedade e a competência do gerenciamento dessa instituição.

25. Entrevista concedida por Moyses Szanjbok, professor aposentado da Escola Politécnica e ex-coordenador de vestibular da Fuvest, *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 21 nov. 1982 (pp. 1-4) e 22 dez. 1982 (pp. 1-4).

CAPÍTULO 4 A Fuvest Frente às Demandas de Pesquisa, Educação e Questões Sociais

4.1 *Financiamento de Pesquisas e Envolvimento em Trabalhos de Relevância*

Pelo Estatuto, cap. I, art. 3, a finalidade da Fuvest é cuidar dos meios necessários à realização do concurso vestibular. O art. 4 dispõe sobre as necessidades da Fundação para a consecução dessa finalidade e seu aperfeiçoamento; entre elas, promover atividades de pesquisa e de extensão de serviços à comunidade, na área educacional, relacionadas ao processo de seleção de candidatos ao curso superior¹. Por isso, sempre financiou uma série de pesquisadores da Universidade de São Paulo, cujos trabalhos diziam respeito a formas de seleção no vestibular. Financiou também seminários, e seus coordenadores envolveram-se diretamente em eventos relacionados à seleção para o ensino superior e a problemas educacionais que influíssem na demanda pelo ensino universitário.

Em 1976, o então coordenador de pesquisas da Fuvest, o conselheiro Antonio Brito da Cunha, colocou a questão das pesquisas em discussão, a fim de nortear seus trabalhos pioneiros nesse campo. Os tópicos sugeridos, considerados prioridades de pesquisa para a Fundação, foram: adequação das questões propostas aos candidatos ao concurso vestibular; estudo sociológico envolvendo o nível socioeconômico dos candidatos, as localida-

1. *Estatuto de Fundação* anexo à 684ª Ata do Conselho Universitário, 20 abr. 1976, p. 7, e também *Estatuto da Fuvest*, 29 set. 1997, p. 273. O *Estatuto da Fundação* sofreu modificações, mas que não têm a ver com sua finalidade fundamental.

des de onde provêm, seu sexo, grau de escolaridade dos pais, entre outras informações; regionalização do vestibular, ensejando saber se realmente havia uma justificativa de opção por curso e não por carreira².

Nos anos seguintes, a Fuvest elaborou um amplo questionário para colher dados dos candidatos, a fim de analisar o seu perfil. Ele vem anexo à ficha de inscrição, no *Manual do Candidato*, e deve ser entregue preenchido no ato da inscrição para o exame. Todos os dados recolhidos são tabulados e avaliados ano a ano. Junta-se a isso a análise minuciosa do desempenho dos candidatos. Conforme nos relata Roberto Costa:

Nosso Centro de Processamento de Dados nos fornece uma avaliação estatística de cada questão. Sabemos quantos responderam a, b, c, d ou e; aí se pode observar que, se as respostas dos candidatos foram muito distribuídas por todas as cinco alternativas, a questão não está bem formulada, e induziu ao erro. Isso é raro acontecer, mas eventualmente acontece. A partir da análise das questões é que a banca do ano seguinte começa a elaborar o novo exame³.

Trata-se de uma avaliação minuciosa de cada exame vestibular, paralela à pesquisa feita por meio das fichas de inscrição dos candidatos, que são separadas nas categorias “aprovados” e “não aprovados”. Isso tudo constitui um amplo material de pesquisa de trinta anos consecutivos que a instituição oferece, e que pode ser utilizado para muito além das análises já feitas, uma vez que possui profunda relação com o ensino de segundo grau para além dos limites do próprio Estado de São Paulo. Em outras palavras, por meio dos sucessivos vestibulares da Fuvest, pode-se saber a respeito dos ensinos médio e fundamental (este, indiretamente) tanto da rede particular como da pública.

2. Ata da 14ª Sessão, 4 out. 1976. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 60 e 61.

3. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa.

Foi em janeiro de 1977 que a Fuvest recebeu os primeiros projetos de pesquisa com pedido de verbas, que foram julgados em maio do mesmo ano. Alguns exemplos de projetos: “Análise das Redações para a Prova de Comunicação e Expressão” (Elisa Jorge Costa e Edda Janote); “Estudo Exploratório do Primeiro Vestibular” (Sara Chucid da Via); “Correlação entre Provas Tradicionais e Provas Ditas Subjetivas” (Renato Alberto T. di Dio); “Validade da Forma de Seleção dos Candidatos da Fuvest” (Afira Vianna Ripper); “Análise das Provas de Biologia e Física” (Myriam Krasilchik); “Características das Questões de Física e o Desempenho de Vestibulandos – Fuvest 1977” (Giorgio Moscati e Ruth de Oliveira César). A deliberação dos conselheiros nesse momento foi que se aprovassem todos os projetos, devendo



Myriam Krasilchik, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1995-1998).

a Fuvest financiá-los com as bases propostas pela Coordenadoria de Pesquisa, e fazendo-se contatos com cada pesquisador proponente⁴. Todos os agraciados com o financiamento da Fuvest prestariam contas de seus trabalhos.

Há determinados nomes de pesquisadores que se repetem nas atas do Conselho Curador, não só pela prestação de contas feita, mas por terem realizado diferentes trabalhos utilizando o material da Fuvest. Esse é o caso de Afira Vianna Ripper, que além do projeto acima citado desenvolveu outros estudos, inclusive estatísticos, um deles avaliando a pertinência da seleção de três candidatos por vaga para a segunda fase do exame vestibular, e outro fundamentando a importância da seleção em duas etapas⁵.

No final da década de 1970 e na primeira metade da de 1980, várias propostas de financiamento foram feitas ao Conselho. Não raro já vinham com os respectivos orçamentos, inclusive da mão-de-obra que seria envolvida. Por exemplo: no projeto “As Características das Questões de Física e o Desempenho dos Vestibulandos”, de Giorgio Moscati, já citado, o orçamento era de Cr\$ 72 mil, e incluía-se uma escriturária por oito meses⁶. Havia também alguns projetos de interesse da USP que não estavam vinculados ao nome de nenhum pesquisador em particular. É o caso de “Levantamento de Dados sobre Evasão nos Diferentes Cursos da Universidade (1975 A 1980)” e “Levantamento dos Candidatos Inscritos nos Vestibulares e Relação Candidato por Vaga (1977 a 1980)”. Para ambos, o Conselho Curador deliberou solicitar à Secretaria Geral da Universidade de São Paulo pronunciamentos a respeito da necessidade de materiais e recursos humanos para a consecução dos projetos⁷.

Alguns dos trabalhos de pesquisa financiados pela Fuvest foram encaminhados para publicação pela revista da Faculdade de Educação da Uni-

4. Ata da 25ª Sessão, 19 maio 1977. *Primeiro Livro de Atas*, pp. 142-144.

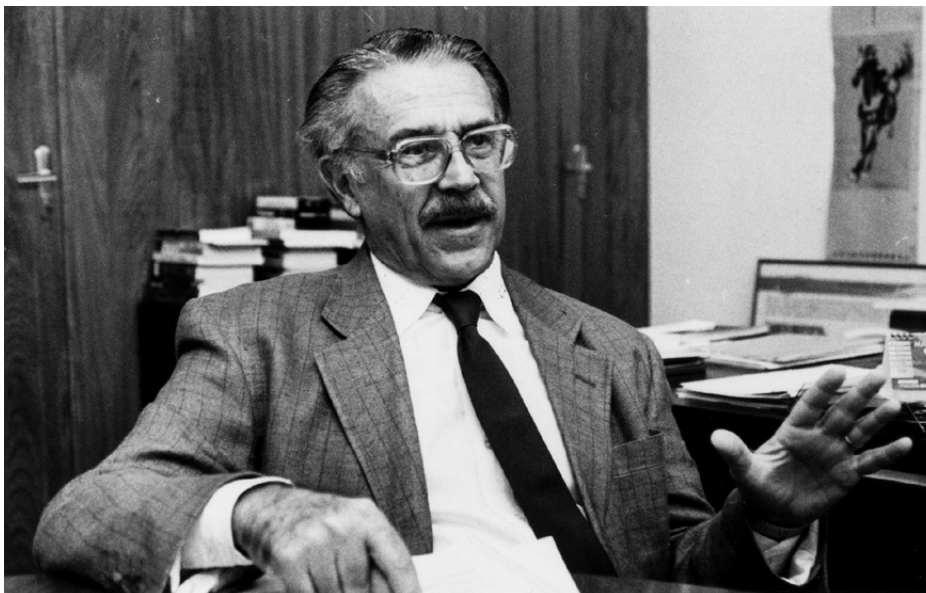
5. Ata da 37ª Sessão, 4 ago. 1978. *Segundo Livro de Atas*, p. 13.

6. Ata da 38ª Sessão, 10 nov. 1978. *Segundo Livro de Atas*, p. 17.

7. Ata da 45ª Sessão, 13 ago. 1980. *Segundo Livro de Atas*, p. 48.

versidade de São Paulo, e alguns outros se constituíram em mestrados ou doutorados na área de Educação. Havia uma sintonia fina entre a Fuvest e a Faculdade de Educação quanto a determinados temas de pesquisa: em 1980, além de representantes da Fuvest participarem do Seminário Internacional de Avaliação e Pesquisa Educacional – sediado na FE –, a própria Fuvest liberou verbas para o evento, atendendo ao pedido de subvenção feito pela Comissão de Pós-graduação da unidade que organizava o fórum⁸.

Havia também alguns projetos que não eram direcionados primeiramente à Fuvest, mas antes apreciados pela Câmara de Graduação do Cepe, a exemplo do “Situação do *Campus* de São Carlos da Universidade de São Paulo Frente ao Atual Sistema de Vestibular”⁹.



Carlos Alberto Barbosa Dantas, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1994-1998).

8. Ata da 47ª Sessão, 12 nov. 1980. *Segundo Livro de Atas*, p. 55.

9. Ata da 49ª Sessão, 24 abr. 1981. *Segundo Livro de Atas*, p. 60.

Dentre os pedidos que a Fuvest não financiou, pois não se adequavam às temáticas preestabelecidas pelo Conselho Curador, estavam projetos que se distanciavam do universo da USP, abrangendo análise de dados relativos ao ensino de primeiro e segundo graus, ou mesmo dedicando-se a outras universidades que pudessem ter seus vestibulares feitos pelo sistema Fuvest. Também foram negados aqueles que tratavam da integração de profissionais formados na USP ao mercado de trabalho, ou genericamente da evasão de alunos da USP, fora outros pedidos de verbas para impressão de mestrados ou doutorados, ou para ir a eventos acadêmicos, pois o que havia era direcionado ao estrito sustento da pesquisa que envolvesse o vestibular voltado à USP, conforme fora normatizado no Estatuto da Fundação.

Em 1985 e anos seguintes, pouco surge sobre atividades de pesquisa nas atas de reuniões do Conselho Curador; mas, no início de 1988, as discussões sobre destinar-se verbas a este fim ressurgiram. A Diretoria Executiva começou a coletar pesquisas preexistentes para análise, e pensou-se em resgatar a figura do coordenador de pesquisa. Mas a tendência naquele momento se alterou, e a Fuvest não voltou a financiar projetos individuais dentro das temáticas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, e sim outros projetos, desta vez ligados a unidades universitárias. A idéia era promover estudos que revelassem se o exame vestibular estava avaliando de maneira adequada os candidatos, e que também fornecesse dados para que os departamentos da universidade se preparassem de forma mais conveniente para receber seus alunos. Por isso, no final de 1990, a Pró-reitoria de Graduação sugeriu a criação de um núcleo de apoio à graduação, que deveria estabelecer procedimentos de pesquisa junto às unidades da USP. O papel da Fuvest seria auxiliar o núcleo, em vez de organizar uma equipe própria. Nesse momento, havia um grande interesse em se conhecer melhor o perfil dos candidatos ao vestibular, e a Unicamp já possuía uma equipe voltada para tal tarefa¹⁰.

10. Ata da 88ª Sessão, 4 out. 1990, *Terceiro Livro de Atas*, pp. 148-152.

No ano seguinte, foi criado o Naeg, e estabelecido um convênio de colaboração mútua entre ele e a Fuvest, sendo que o primeiro programa de pesquisas elaborado que recebeu apoio financeiro foi o “Programa de Estudos sobre o Destino Ocupacional dos Ex-alunos da USP”¹¹, e, a seguir, o “Projeto de Pesquisa sobre Evasão na USP”¹². Ao mesmo tempo que essas pesquisas ganhavam força, a própria Fuvest também diversificava as questões postas no *Manual do Candidato*, de forma a poder obter mais dados. Interessante notar que tais temáticas de pesquisa haviam sido recusadas em princípios da década de 1980, mas agora, perante a emergência de novas questões sociais – que serão discutidas mais adiante –, elas ganhavam im-



Ada Pellegrini Grinover, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1998-2002).

11. Ata da 94ª Sessão, 17 dez. 1991. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 173 e 174.

12. Ata da 96ª Sessão, 28 set. 1992. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 180-186.

portância e o interesse da Pró-reitoria de Graduação. Em 1995, por exemplo, a então presidente do Conselho Curador da Fuvest, Myriam Krasilchik, fez uma proposta denominada “Educação para a Democracia”, e que obteve aprovação. Tratava-se de convidar trinta professores de diferentes áreas do conhecimento para escrever sobre o que um jovem deveria aprender na escola no assunto de sua especialidade. Visava-se assim criar um corpo de reflexão sobre uma formação geral desejável aos brasileiros, para que eles pudessem exercer sua cidadania, realizar uma escolha adequada e ter bom desenvolvimento profissional¹³. O interesse da Universidade de São Paulo e da Fuvest estendia-se para questões sociais mais amplas, tais como a formação dos alunos de segundo grau, ou mesmo o destino daqueles profissionais formados pela USP.

Muitos auxílios financeiros e complementações de verbas foram dados ao Naeg e a outros órgãos da universidade nos anos seguintes. Assim, financiou o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, com o projeto “O Acesso à Universidade de São Paulo – Atributos Socioeconômicos dos Excluídos e dos Ingressantes no Exame Vestibular”, e da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra, com o projeto “Censo Étnico-racial da Universidade de São Paulo”¹⁴. Paralelamente a esses estudos, o próprio Naeg realizou outros sobre o peso da nota do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – a fim de favorecer os estudantes mais carentes e, também, simulações envolvendo sistemas de cotas para escolas públicas na universidade¹⁵. Mas, a contribuição e envolvimento da Fuvest nessas pesquisas não é somente financeira; com um banco de dados vastíssimo sobre vestibulares e Enem, ela disponibiliza tais informações a unidades da USP, para efeito de suas pesquisas. Foi o caso do Departamento de Sociologia, que, em 2004,

13. Ata da 110ª Sessão, 8 dez. 1995. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 237-240.

14. Ata da 138ª Sessão, 4 dez. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 372.

15. Ata da 139ª Sessão, 6 mar. 2001. *Terceiro Livro de Atas*, p. 375.

realizava pesquisas sobre o acesso de alunos negros e carentes à Universidade de São Paulo¹⁶.

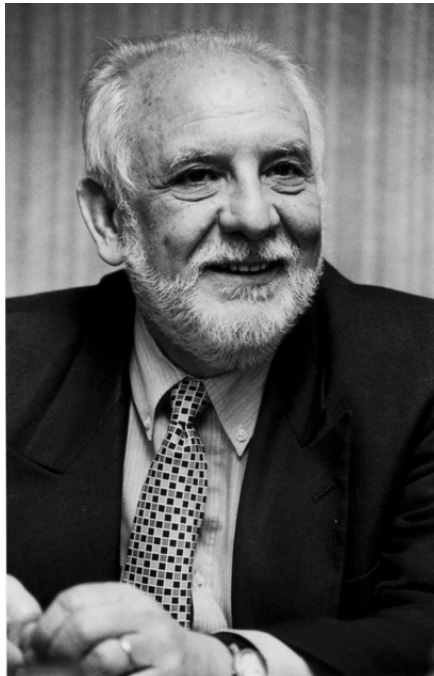
A Fuvest se envolveu também nas discussões do MEC sobre o Enem e sobre o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. No primeiro semestre de 1997, a então presidente do Conselho Curador, Myriam Krasilchik, e o diretor-executivo, Alceu Gonçalves, participaram das primeiras discussões junto ao Ministério da Educação sobre a criação de um exame nacional que avaliasse de forma eficaz o ensino médio. Cogitou-se que o Centro de Processamento de Dados da Fuvest corrigisse o Enem¹⁷, ou que até fosse firmado um convênio entre as três universidades estaduais paulistas, havendo a possibilidade de a Fuvest aplicá-lo no Estado de São Paulo, mas isso poderia levar a instituição a ter de modificar seu Estatuto; por isso, a discussão foi encerrada¹⁸. A maior preocupação da Fundação e da própria Universidade de São Paulo foi sobre como aproveitar as notas do Enem para o exame vestibular, e se haveria possibilidade de vincular a isenção da taxa de inscrição para o vestibular ao Enem. Naquele momento, alguns movimentos sociais pressionavam Fuvest e USP para que candidatos carentes obtivessem isenção da taxa de inscrição para o vestibular, e ambas as questões – isenção de taxas e notas do Enem – foram vinculadas nas discussões.

Quanto ao Programa Nacional do Livro Didático, após muitas discussões em várias instâncias da Universidade de São Paulo, principalmente na Faculdade de Educação da USP, na qual o professor Nélcio Bizzo coordenava uma equipe técnica do PNLD, foi formulado um convênio entre Fuvest e Fusp – Fundação de Apoio à USP. Por ele, a Fuvest passou a ceder espaço para o processo de avaliação dos livros didáticos de ciências dirigidos ao terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (antigas quinta a oitava séries) rea-

16. Ata da 157ª Sessão, 5 out. 2004. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 443-445.

17. Ata da 128ª Sessão, 21 jun. 1999. *Terceiro Livro de Atas*, p. 327.

18. Ata da 132ª Sessão, 11 jan. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 346.



Adolpho José Melfi, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1999-2002).

lizados por equipes administradas pela Fusp¹⁹. A avaliação desses manuais tem ocorrido há alguns anos nas dependências da Fuvest.

Como se pode perceber, além dos inúmeros investimentos de infraestrutura, houve uma grande preocupação da Fuvest em reverter parte de suas verbas para atividades relacionadas ao ensino e ao próprio vestibular. Com esse financiamento um leque variado de questões de interesse para os educadores foram divulgadas em revistas científicas e trabalhos acadêmicos, promovendo-se ainda reuniões e debates.

19. Ata da 132ª Sessão, 11 jan. 2000 e seguintes. *Terceiro Livro de Atas*, p. 346 e ss.

4.2 *A Relação com o Ensino Médio e as Novas Demandas Sociais: Processo de Isenções e Projeto de Inclusão*

A relação do exame vestibular da Fuvest com o ensino médio no Estado de São Paulo sempre foi reconhecida por todos, desde 1976, e envolveu os debates sobre a existência da Fundação no Conselho Universitário. A idéia da Fuvest no princípio foi cobrar dos candidatos uma base abrangente, para que eles trouxessem maior maturidade cultural, podendo escolher melhor seu curso na universidade; chamava-se a isso “não-estímulo à especialização precoce”²⁰. Hoje, cabem dúvidas: seriam os alunos de visão geral os melhores? Como declarou Hélio Nogueira da Cruz, então presidente do Conselho Curador, em 2005:

Será que esses alunos de saber genérico realmente são os mais adequados? Será que não perdemos bons talentos em Música, em Matemática, descartando-os no exame por não saberem tanto de geografia e biologia quanto é exigido na primeira fase? Nas experiências internacionais, há uma procura de talentos pelas universidades. Possivelmente, teremos de encontrar um caminho próprio²¹.

A Universidade de São Paulo vive, então, um dilema, que envolve diretamente os exames vestibulares. Contudo, Hélio Nogueira da Cruz afirma que há aspectos, nesses exames, que não são passíveis de questionamento:

Para a Universidade de São Paulo, a Fuvest tem dois aspectos significativos. Primeiro, a escolha dos candidatos, os seus critérios, a sua transparência. Mas, também, por indicar ao sistema do ensino pré-universitário e médio sobre o que a USP entende como temas e bibliografia relevantes, considerados adequados para uma preparação do candidato. Então,

20. Entrevista com Moyses Szanjbok, *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, 21 nov. 1982 (pp. 1-4) e 22 dez. 1982 (pp. 1-4).

21. Entrevista com Hélio Nogueira da Cruz.

o impacto no sistema anterior ao universitário é imenso dentro do Estado de São Paulo, e a responsabilidade de se fazer um bom vestibular é imensa; afinal de contas, trata-se de um concurso público que oferece vagas para a população [...] é um desafio, porque dá sinais para a sociedade sobre o que a Universidade de São Paulo quer mostrar para seus alunos, ela está demonstrando a competência para na prática sinalizar o que deseja²².

Essa forma de ação, no entanto, vem sendo posta em xeque desde o final da década de 1980, pela crise dos ensinos fundamental e médio e pela emergência de novos movimentos sociais.

Em 1988, foi registrada pelo Conselho Curador a sobra de vagas na Universidade de São Paulo; tal problema se repetiu de maneira crescente nos anos seguintes. A equação era a seguinte: nos cursos de baixa concorrência até poderia haver dois candidatos por vaga; mas, postos à prova, eles não resistiam às exigências mínimas da Fuvest. Por exemplo, tiravam menos do que a nota mínima em português (3,0) e, por isso, eram imediatamente desclassificados, sobrando menos candidatos aprovados do que o número de vagas. Até poderia haver maior concorrência e uma ou duas listas de chamada; a evasão nas matrículas, porém, era grande e, como as listas de chamada eram pequenas, restavam vagas. Pelo sistema vigente na Universidade de São Paulo e pela lógica do vestibular, o problema se agravava nos cursos de licenciatura – História, Geografia e Letras ficaram em destaque pelo número de vagas ociosas.

Mudanças foram sendo feitas, ano a ano, quanto às notas mínimas exigidas. Em 1991, somente a prova de redação manteve-se como eliminatória, e, em 1993, ela também deixou de ser. As provas foram mudando seu nível de exigência, cobrando menos memorizações e erudição e maior poder de interpretação e reflexão, além de averiguar a atualização dos candidatos pelos meios de comunicação. Em 2002 o enunciado das questões foi reduzido, e em

22. *Idem*.

muitas delas se pedia um cálculo, mas com a fórmula apresentada junto ao enunciado; a mesma medida foi adotada nas questões de português: se aparecia uma palavra pouco utilizada no enunciado, sua significação era dada. A prova de inglês, considerada ponto de exclusão, teve o número de questões reduzido na primeira fase, e caiu na segunda fase. Segundo as declarações de Roberto Costa, então diretor-executivo da Fuvest, em 2002, “Isso é uma maneira de não criar obstáculos artificiais, e é claro que facilita [o exame]. A prova não ficou uma ‘baba’, exige muito raciocínio, mas a opinião das bancas de professores é que ela está mais fácil”²³. De fato, o exame vestibular se adequou às Diretrizes Curriculares Nacionais, que tendem a valorizar menos os conteúdos e mais as habilidades e competências. Mas isso não significou o final da crise, pois o cerne do problema nunca foi a baixa concorrência em algumas carreiras e sim as deficiências na formação dos candidatos ao ensino superior, que foram se avultando a partir da década de 1990.

Começaram a ocorrer iniciativas variadas de entidades e indivíduos, com a finalidade de pressionar a Universidade de São Paulo e a Fuvest, cuja postura de continuidade na forma do exame vestibular foi interpretada como excludente. Em setembro de 1998, o cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, pleiteou na Justiça a isenção do pagamento de taxa de inscrição do vestibular para os alunos do ensino médio público. A Fuvest aguardou o julgamento, preparando-se para possíveis mudanças repentinas naquilo que era sua fonte primordial de sustento; a Diretoria Executiva apresentou um projeto de criação de “bolsas” para isenção da taxa, vinculando a obtenção das mesmas à nota obtida no Enem.

A Justiça não deu ganho de causa ao cardeal Arns. Mas, ao mesmo tempo em que isso ocorria, o movimento do cursinho Educafro fazia um pedido formal à Fuvest a fim de obter isenção de taxa para seus alunos, o que foi

23. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa, *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2002, intitulada “Diretor da Fuvest Diz Que a Prova Está mais Fácil”.

encaminhado para análise em outras instâncias jurídicas da USP, e retornou com parecer negativo: prevaleceu, naquele ano, o princípio da isonomia dos candidatos.

No mês seguinte, frei Davi Raimundo Santos, representante do curso Educafro, comunicou ao Conselho Curador em carta que 42 alunos da entidade haviam feito inscrição gratuitamente mediante mandado de segurança. A Universidade de São Paulo recorreu e perdeu; porém, o processo nem chegou a ir ao Ministério Público, pois outro juiz deu sentença favorável à Universidade²⁴; e, desta vez, deu para se ter a dimensão da divisão de opiniões dentro do próprio Poder Judiciário, e que isso poderia de fato acarretar derrotas para a Fuvest. Àquela altura, o tema já era alvo de discussões na imprensa e dentro da própria Universidade de São Paulo; outras ações públicas também haviam sido impetradas, todas indeferidas, mas com muitos simpatizantes: até a Câmara Municipal de Ribeirão Preto enviou uma cópia de moção de apoio à ação do cardeal Arns²⁵.

A proposta de utilização das notas do Enem como critério para obtenção de isenção de taxas de inscrição para os vestibulares foi bem recebida no Conselho Estadual de Educação, e, naquele momento, o envolvimento de representantes da Universidade de São Paulo e da própria Fuvest nas discussões sobre o Exame Nacional era máxima. O próprio Educafro propôs um acordo para a isenção de taxas, e suspendeu os novos processos abertos contra a Fuvest no segundo semestre de 1999. A idéia era que aquele tipo de “bolsa-isenção” fosse estendida às três universidades estaduais paulistas e mais à Fatec. No entanto, esse assunto precisava ser melhor estudado entre as universidades, e o tempo até o próximo exame vestibular era curto, sendo que a situação não teria desfecho em tão curto prazo. Naquele ano, alunos com inscrição por liminar foram autorizados pela Fuvest a realizar

24. Atas das 122ª e 123ª Sessões, 15 set. 1998 e 3 out. 1998. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 297-302.

25. Ata da 127ª Sessão, 24 maio 1999. *Terceiro Livro de Atas*, p. 319.

o exame, e uma lista de 5,6 mil classificados aprovados no Enem e que haviam obtido isenção foi logo divulgada nos meios de comunicação. Mas, para tornar a situação mais complicada ainda, o próprio Enem não estava suficientemente estruturado. Em 1999, o índice de abstenção do exame foi muito forte, inclusive por alunos da rede estadual de ensino.

No segundo semestre de 2000, foi a vez do Fórum de Cursinhos pedir oficialmente à Fuvest isenção de taxa a todos os candidatos com renda mensal doméstica inferior a R\$ 970,00, o que poderia totalizar, por cálculo, aproximadamente 200 mil potenciais candidatos. O Conselho Curador da Fuvest deliberou conceder 5 mil isenções aos mais carentes, o que estava dentro das possibilidades financeiras da instituição naquele ano²⁶. A OAB intermediou as negociações com os cursinhos, que prometiam mais e mais pedidos de liminar na Justiça, além de também pleitearem sistema de cotas para alunos carentes na universidade.

Ao mesmo tempo, emergiam outros movimentos, denominados “Movimento dos Sem-educação” e “Movimento dos Sem-escola”, que realizaram protestos em frente à Fuvest, em setembro de 2003, com presença da imprensa, exigindo isenções nas taxas de inscrição. No ano anterior, eles já haviam sido recebidos pela vice-presidente do Conselho Curador, Sônia Penin, para apresentar suas solicitações para o vestibular 2003, que eram: aumento do número de isenções, extensão do prazo de inscrição, análise, pela Fuvest, dos 28 mil candidatos já inscritos, isenção total para os egressos da escola pública²⁷. Obviamente, pelo calendário de vestibulares para o final daquele ano estar muito adiantado, e também pelo impacto financeiro imediato, em nada se pôde atendê-los.

A militância do Educafro continuou ano após ano, cobrando da Fuvest atitudes de mudança nos padrões dos exames, além do crescimento do número

26. Ata da 136ª Sessão, 9 ago. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 366.

27. Ata da 147ª Sessão, 6 set. 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 418.

de isenções, reivindicando da Universidade de São Paulo políticas de igualdade e de acesso universitário, sempre com ameaças de mais processos²⁸.

As estatísticas oriundas das fichas de inscrição dos vestibulares para o ano de 1999 haviam trazido um dado nada agradável, índice da crise pela qual o sistema de ensino – principalmente a rede pública – passa até hoje: 73,1% dos aprovados pela Fuvest vieram da rede de ensino privado. Era um recorde negativo: desde 1995, o índice de alunos das escolas particulares aprovados crescia em aproximadamente 1,32% ao ano, em relação aos da rede pública²⁹. Entre os docentes da Universidade de São Paulo era freqüente o comentário que o nível dos egressos do exame vestibular vinha baixando ano após ano; mas, por mais que a rede particular e os cursinhos fossem questionáveis quanto a determinados aspectos de seu ensino, o caso da rede pública tornava-se calamitoso, existindo de fato um divórcio entre os dois padrões de ensino. O vestibular de 2001 marcou novo recorde negativo: dos aprovados, 74,1% vinham da rede particular de ensino. Em 2005, 71,9% e, em 2006, 73%³⁰. Esse problema não foi somente da Universidade de São Paulo: no mesmo ano de 1999, a Unicamp registrou que, dentre os egressos daquele vestibular, embora 52,9% fossem de classe média ou média baixa, 67% haviam cursado o ensino médio em escolas particulares³¹. A partir disso, pode-se compreender melhor toda a pressão exercida pelos movimentos sociais sobre as instituições de vestibulares.

A discussão sobre o problema do acesso ao ensino superior não ficou circunscrita à Universidade de São Paulo ou às outras duas estaduais, mas

28. Ata da 155ª Sessão, 8 mar. 2004, *Terceiro Livro de Atas*, pp. 437-439.

29. Fernando Mello e Salvador Nogueira, “Fuvest Indica Elitização dos Cursos”, *Jornal do Campus*, 14 abr. 1999, p. 5.

30. Fábio Takahashi e Simone Harnik, “Escola Privada Amplia Domínio na Fuvest”, *Folha de S. Paulo*, Caderno “Cotidiano”, 15 fev. 2006.

31. Simone B. Mateos e Rose Mary Souza, “Elite é Minoria entre Alunos da Unicamp”, *O Estado de S. Paulo*, 16 jun. 1999, p. 8.

também teve destaque no Conselho Estadual de Educação, que tem representantes das 44 universidades e centros universitários existentes no Estado de São Paulo. Nele, a cada um ou dois anos há um seminário para discutir as formas como os vestibulares ocorrem e as avaliações que as universidades fazem dos seus próprios exames.

Nesses debates, os levantamentos do perfil dos candidatos e dos aprovados feitos ano a ano pela Fuvest têm papel fundamental, constituindo-se em uma série histórica de importância para as análises e direcionamentos, quando posta em relação a outras estatísticas relativas aos ensinos fundamental e médio. Detectou-se que freqüentam o terceiro colegial do ensino médio público no Estado de São Paulo, na década de 2000, uma base de quinhentos mil alunos/ano, enquanto que no ensino particular são menos de cem mil. Nas inscrições para o vestibular da Universidade de São Paulo, no início da mesma década de 2000, detectou-se que mais de 60% dos inscritos vinham do ensino particular, o que aponta para um fenômeno de auto-exclusão entre os alunos da rede pública de ensino, cujas causas podem passar pela falta de expectativas, ou mesmo pela falta de dinheiro para pagar as taxas de inscrição.

Pela detecção do problema em concomitância dos movimentos sociais, a Pró-reitoria de Graduação da USP e a Fuvest implementaram um projeto de isenção de taxas de inscrição em números crescentes, o que levou a Fundação a um total redimensionamento econômico. Em 2000, foram 5 mil isenções para candidatos carentes; em 2003, esse número subiu para 15 mil; em 2004, 20 mil; em 2005, 60 mil, e, em 2006, 65 mil. No vestibular 2005, só foram utilizadas 42 mil isenções dentre as 60 mil disponíveis; por isso, investiu-se em maior divulgação dessa possibilidade para o alunado das escolas estaduais, articulando-se as secretarias com as diretorias de ensino regionais. A idéia era trazer exatamente esses alunos para fazer vestibular, e tem obtido sucesso: basta conferir o número crescente de vestibulandos ano

a ano, desde 2000, exatamente por causa das isenções – pois o número de inscritos pagantes continuou constante. Em 2000, foram 149 240; em 2003, foram 161 147; em 2004, 157 808; em 2005, 154 514, para, por fim, em 2006, atingir 170 474 candidatos.

Outra ação afirmativa vinda da Pró-reitoria de Graduação foi a experiência denominada “pró-universitário”, oferecendo orientação de estudos para alunos do ensino médio público, focados para o vestibular, mas de maneira diferenciada dos cursinhos comerciais: tem objetivo formativo dos alunos embutido, além da participação de alunos e professores da USP, numa parceria com a Secretaria de Estado da Educação³². Paralelamente a isso, incentivou-se uma iniciativa dos centros acadêmicos de vários cursos da USP, que são os “cursinhos” oferecidos por eles, não totalmente grátis, mas bem mais acessíveis que os comerciais.

Além dessa, houve outras ações por parte da Pró-reitoria de Graduação, com o intuito de auxiliar na preparação dos alunos do ensino público, para que consigam o ingresso na universidade fazendo o vestibular normalmente, sem a necessidade de cotas. Na última gestão, entre 2002 e 2005, foram frequentes os seminários para discussão do ingresso na USP juntamente com a Câmara de Graduação, tendo, inclusive, a participação do Movimento Afro-descendente, sempre no sentido de preservar a questão do mérito e da aplicação nos estudos para o ingresso no ensino superior, uma vez que a USP não tem vagas em número suficiente para atender à demanda: não chegam a 10 mil, contra 170 mil candidatos. Logo, existe aí também uma questão de Estado, mais ampla, a ser discutida: o incremento de universidades públicas em São Paulo é um problema que tem afligido até o governo federal nos últimos anos.

Outras medidas práticas vêm sendo tomadas nos exames vestibulares, algumas delas já expostas, como o caso do peso do inglês nas provas, diminuído por

32. Entrevista com Sônia Penin.

ser considerado fator de impedimento para muitos alunos de escolas públicas. As áreas de conhecimento foram articuladas para as questões serem mais relacionadas à realidade cotidiana dos alunos. Como relata Sônia Penin, pró-reitora de graduação e vice-diretora da Fuvest nesse período de reformas:

Estamos tentando tornar mais democrático este vestibular, mesmo sabendo que ele tem de classificar. Quando temos mais de cem mil alunos candidatos e dez mil vagas apenas, sabemos que uma proporção incrível ficará fora da universidade. E, claro, a criação da USP Leste não resolve o problema desta crise de vagas. Então, o que a gente quer é ser o mais justo possível, e procurar realizar um exame cada vez mais em consonância com a programação do ensino médio. A Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares propõem exatamente essa maior interdisciplinaridade e articulação com o cotidiano do alunado no ensino; por isso, fizemos todo um trabalho com os professores construtores das provas, para que elas se adequassem a essas questões. O ideal, para ajudar mais os alunos, seria que só houvesse provas dissertativas na primeira e segunda fases, como ocorre na Unicamp; mas seria inviável para a Fuvest, por motivos financeiros e de possibilidades técnicas... afinal, é o maior vestibular de todos! Por isso, muito esforço tem sido feito para o incremento e a adequação das questões de múltipla escolha³³.

Por fim, uma pequena ação afirmativa a mais realizada pela Fuvest/USP desde 1995, que se revestiu de um simbolismo todo especial: a campanha do livro. Os alunos ingressantes doaram seus livros à escola pública, a Fuvest coordenou o programa, e a Secretaria da Educação do Estado cuidou do armazenamento e distribuição. Essa campanha durou até 2003³⁴.

Como diz Roberto Costa:

Poderíamos aumentar o ingresso da população mais pobre na USP dando um ensino médio de melhor qualidade. A Fuvest é como um termômetro. Ela não é responsável pelo ensino, é apenas um mecanismo de aferição na porta da universidade. A isenção da taxa de inscrição

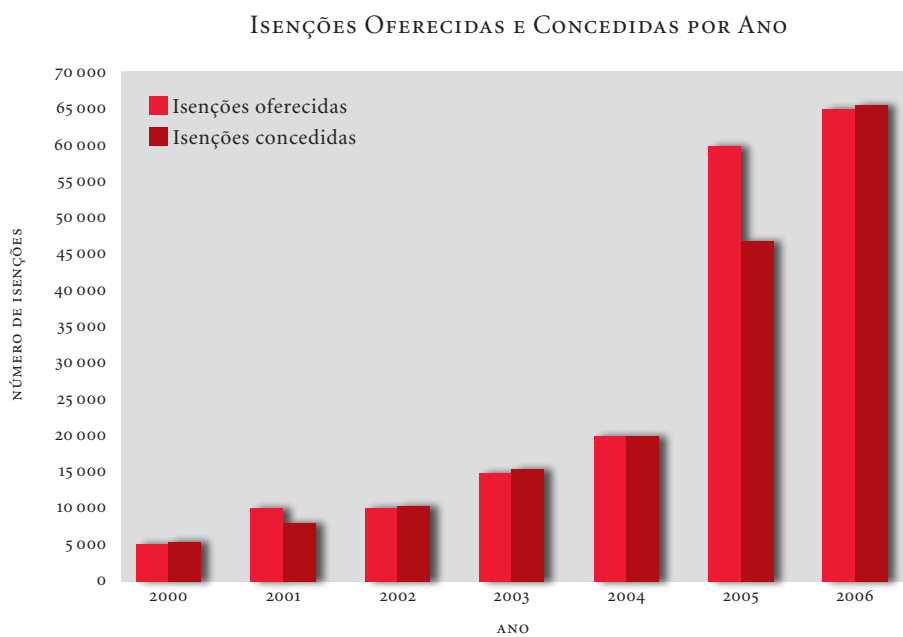
33. *Idem*.

34. Ata da 110ª Sessão, 8 dez. 1995. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 237-240.

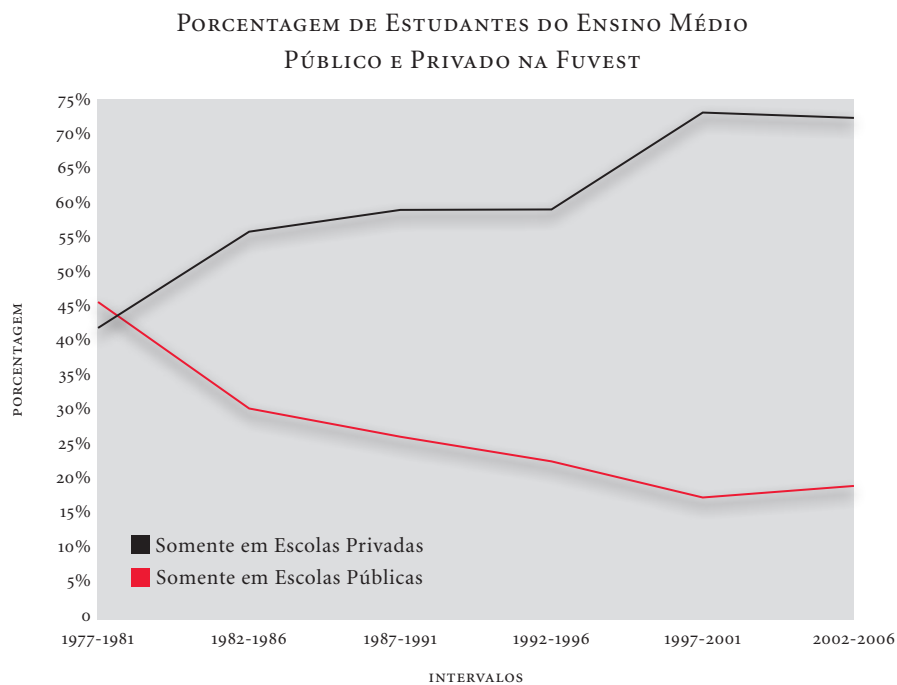
foi uma maneira de tentar aliviar esse problema, mas é só um processo tapa-buraco, não resolve o problema fundamental³⁵.

De fato, o vestibular da Fuvest tornou-se um termômetro de uma crise no ensino fundamental e médio, o que a colocou numa situação desconfortável, principalmente de 1998 para cá, quando tornou-se visada pelos movimentos de inclusão social. Muitas medidas vêm sendo tomadas pela Universidade de São Paulo – e que envolvem diretamente o vestibular – no sentido da maior inclusão social. Com o aprofundamento da crise no ensino público, é natural que a Fuvest fosse envolvida, afinal, ela é o vestíbulo (simbólico e de fato) para a entrada na Universidade de São Paulo. A sua responsabilidade nos exames vestibulares, que já era grande, tornou-se maior ainda, assim como a capacidade de adaptação rápida a novas situações por parte de seus administradores vem sendo testada a fundo. Como se pode ver, muitas mudanças vêm sendo implementadas e outras mais poderão ocorrer, dentro das possibilidades reais da Fundação, que sobrevive com muita competência.

35. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa, “Diretor da Fuvest Diz que a Prova Está Mais Fácil”, *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2002, p. 15.



<i>Ano</i>	<i>Isenções Oferecidas</i>	<i>Isenções Concedidas</i>
2000	5 000	5 510
2001	10 000	7 515
2002	10 000	10 453
2003	15 000	15 799
2004	20 000	20 019
2005	60 000	46 756
2006	65 000	65 277



Intervalos	Somente em Escolas Públicas no Ensino Médio	Somente em Escolas Particulares no Ensino Médio
1977-1981	45,8%	42,0%
1982-1986	30,3%	56,4%
1987-1991	26,4%	59,4%
1992-1996	22,4%	59,4%
1997-2001	17,3%	72,9%
2002-2006	18,7%	72,5%

Ano	Somente em Escolas Públicas no Ensino Médio	Somente em Escolas Particulares no Ensino Médio
2006	18,5%	73,2%
2005	20,1%	71,9%
2004	18,3%	72,8%
2003	19,4%	71,7%
2002	17,3%	73,1%
2001	17,1%	74,1%
2000	16,5%	75,3%
1999	16,6%	73,1%
1998	17,5%	72,4%
1997	18,7%	69,8%
1996	20,6%	67,5%
1995	20,3%	66,5%
1994	18,4%	68,9%
1993	23,0%	62,8%
1992	29,5%	54,9%
1991	24,0%	61,0%
1990	22,6%	62,9%
1989	25,8%	60,5%
1988	28,5%	57,9%
1987	31,2%	54,5%
1986	30,3%	56,4%
1985	—	—
1984	—	—
1983	—	—
1982	—	—
1981	43,1%	44,5%
1980	48,4%	39,6%
1979	—	—
1978	—	—
1977	—	—
1976	—	—

PARTE III
FUVEST EM ATIVIDADE

DEPOIS DE NARRAR a evolução histórica da Fuvest, faz-se necessário descrever as suas ações, e, dentre elas, a fundamental, ou seja, o exame vestibular. Ele é também o modelo para a realização de outras provas: a de transferência para vagas remanescentes em cursos de graduação, e a seleção de candidatos para alguns programas de pós-graduação da USP.

Além disso, o entendimento das ações da Fuvest permite compreender por que os sistemas de vestibulares das três universidades estaduais paulistas não mais se unificaram, já que funcionaram juntos nos primeiros anos. Nos permite também particularizar melhor a Fundação, mediante sua atuação cotidiana, que traz fatos conhecidos do grande público (venda dos manuais, inscrições, dias de prova), ou então dos diretamente envolvidos (a preparação das questões, a sistemática das correções das provas, o empacotamento e a distribuição das mesmas, por exemplo).

Fazer um exame vestibular para a universidade mais concorrida do país envolveu sempre logística e dedicação especiais. Conforme declarou José Goldemberg, membro do primeiro Conselho Curador e coordenador de um dos primeiros exames:

A nossa organização sempre foi quase militar. Para se realizar um vestibular com cem mil candidatos, todos eles na mesma hora, distribuídos em uns vinte locais, numa época que ainda não tínhamos celular, não podíamos deixar escapar nenhum detalhe. Sempre

funcionamos como relógios, num grande exercício de logística, para que jamais houvesse “furos”: nada poderia invalidar um exame desses¹.

Quanto a essa afirmação, deve-se ressaltar que, se a introdução dos celulares facilitou a comunicação entre coordenadores, fiscais e outros envolvidos nos exames, dificultou sobremaneira a vigilância sobre os candidatos para que não houvesse transferência de respostas. Hoje até fala-se em “blindagem” dos candidatos, por causa da nova tecnologia eletrônica. Esse exemplo demonstra bem como a técnica de vestibulares foi se aprimorando ano a ano, de acordo com as novas situações e demandas ocasionadas pela tecnologia.

O renome obtido nestes trinta anos de trabalho garante-lhe muitos pedidos para realizar outros exames, sempre registrados nas atas das reuniões do Conselho Curador, onde todos os assuntos são sempre apreciados e debatidos. Em 1985, por exemplo, houve consulta para saber se produziriam um concurso para o Ministério da Fazenda²; em 2000, para saber se atenderiam ao Instituto Ponto de Equilíbrio na tarefa de selecionar os candidatos a vereador de São Paulo³. Em 2002, foi sondada por uma instituição que deveria concursar seus advogados⁴, e também pelo 4º Comando Aéreo Regional⁵. Contudo, a Fuvest prossegue realizando exames fundamentalmente para a Universidade de São Paulo e outras agregadas ao seu sistema –, como é o caso da Academia de Polícia Militar do Barro Branco e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, as duas únicas desde 2001.

1. Entrevista com José Goldemberg.

2. Ata da 71ª Sessão, 20 mar. 1985. *Terceiro Livro de Atas*, p. 39.

3. Ata da 136ª Sessão, 9 ago. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 366.

4. Ata da 144ª Sessão, 29 jan. 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 407.

5. Ata da 148ª Sessão, 19 nov. 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 420.

CAPÍTULO 5 Criando Exames, Sempre

5.1 O Exame de Transferência para a USP e para Admissão na Pós-graduação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Saúde Pública

Em todos os anos, sempre sobraram vagas em muitos cursos da USP. Tal situação se deve à evasão, fenômeno que ocorre em todas as carreiras, inclusive nas mais disputadas. Até 1999, elas eram oferecidas a alunos da Universidade, dentro de determinadas exigências, e que eventualmente quisessem fazer um segundo curso, sendo o processo realizado pelos próprios departamentos envolvidos.

Mas, com as dificuldades de muitas unidades para procederem à seleção, ou mesmo a impossibilidade de fazê-lo, optou-se por outro caminho. Como no ano de 2000, durante a gestão da pró-reitora de graduação e vice-presidente da Fuvest Ada Pellegrini Grinover. Detectadas e enumeradas as vagas ociosas, o Conselho Universitário autorizou a abertura de um processo de transferência indistintamente para alunos que eram ou não da USP, e chamou a Fuvest para realizar uma pré-seleção dos candidatos nas áreas de Exatas, Humanas e Biológicas¹.

A partir dessa triagem inicial de três candidatos por vaga, cada unidade assumiu a segunda etapa da seleção, possibilitando, dessa forma, um processo ágil, eficiente e mais transparente de preenchimento das vagas abertas. Algumas realizaram análise de currículo e entrevista, outras criaram um

1. Ata da 133ª Sessão, 14 fev. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 351.

segundo exame, mas o fundamental é que coube à Fuvest a partir daí a pré-seleção nos processos de transferência para a Universidade de São Paulo.

Pelo relato de Adriano Wilson das Neves, gerente administrativo e financeiro da Fundação, podemos compreender melhor a lógica desse processo:

Para nós, acostumados com o vestibular, o exame de transferência é simples e tranquilo. No ano passado [2004] fizemos a aplicação do exame em poucos candidatos: eram trinta em Pirassununga, 107 em Piracicaba, 106 em São Carlos, algo em torno disso em Bauru, 310 em Ribeirão Preto. Em São Paulo foram 1 700 candidatos aproximadamente. A maioria deles vem de faculdades particulares e não tem condições de pagar, ou eles tentam se desonerar disso, aproveitando essas brechas oferecidas pela Universidade de São Paulo. Só que o processo é meio complicado, porque nunca tem vaga no primeiro semestre, todas estão concentradas do segundo semestre ao antepenúltimo, sendo mais comuns a partir do terceiro. Eventualmente, surge alguma no último ano: já vi surgir um caso de desistência no quinto ano de Direito! Mas o que interessa é que a procura de candidatos tem que



Hélio Nogueira da Cruz, presidente do Conselho Curador da Fuvest (2002-2006).

ser correlata, o que nem sempre ocorre. Por isso, muitas vezes o indivíduo ingressa, mas é obrigado a fazer dois semestres novamente. Ao menos, tem a vantagem de estar numa faculdade pública e de qualidade. São exames sempre tranquilos, e podemos até prever quando haverá um “pico” de candidatos: basta abrir alguma vaga no Direito, na Medicina ou em outra carreira muito concorrida².

Nas provas feitas ano a ano pela Fuvest, cobram-se dos candidatos oitenta testes de múltipla escolha, havendo um conteúdo comum, língua portuguesa e língua inglesa, e, outro, diferenciado para cada área. Na de Humanidades, são 34 testes de língua portuguesa, doze de língua inglesa e 34 de cultura contemporânea (um misto de história e geografia voltado às atualidades); na de Ciências Exatas, 24 de língua portuguesa, doze de língua inglesa e 44 de matemática e física, na área das Ciências Biológicas, são 24 testes em língua portuguesa, doze de língua inglesa e 44 de conhecimentos em genética e bioquímica. Essa proporção de testes por matéria e área não se modificou até hoje³. A forma de aplicação do exame é similar à do vestibular. Os aprovados devem procurar o departamento para o qual se candidataram e se inscrever para a segunda etapa da seleção, que já não envolve mais a Fuvest.

O primeiro exame em 2000 foi momento de acertos e desacertos. Registrou-se, ao final das inscrições para o de 2001, baixo número de candidatos, o que poderia ter se dado pela pouca divulgação, ou pelo grau de dificuldade do anterior; assim, procedeu-se a uma análise para ajustar o próximo, tanto majorando a divulgação como ajustando o grau de dificuldade dos testes para um público até então desconhecido⁴.

A partir de 2003, o Conselho de Graduação passou a regulamentar alguns casos mais específicos dos exames, de acordo com as necessidades dos de-

2. Entrevista concedida em 2 ago. 2005.

3. Conforme análise comparativa dos manuais do candidato para exame de transferência, de 2001 a 2006.

4. Ata da 142ª Sessão, 25 maio 2001. *Terceiro Livro de Atas*, p. 389.

partamentos. Na Escola Politécnica e na Física, a exigência é que se acertasse no mínimo 30% da prova para se classificar. Nos cursos de Artes Cênicas, Artes Plásticas, Música, Audiovisual (todos da Escola de Comunicação e Artes), passou-se a admitir oito classificados por vaga. No exame de 2006, para os cursos de Matemática Aplicada e Matemática Computacional⁵, estabeleceu-se cinco como nota mínima.

Entretanto, nem todos os departamentos se incluem nesse exame. Os de Física e de Química de São Carlos nunca entraram; em 2005 e 2006, alguns cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas também optaram por fazer suas próprias seleções, demonstrando que há uma relativa liberdade de opção, dentro das possibilidades de cada unidade. Mas, dado o número de candidatos à transferência ano a ano, a tendência é que esse procedimento se torne a segunda rotina de trabalhos da Fuvest, o que inclusive confere a esse tipo de exame maior respeitabilidade e aceitação, pois ele traz os mesmos padrões do vestibular. Como ele demanda o pagamento de taxa de inscrição, torna-se uma outra fonte de rendimentos para a Fuvest. Observe-se, porém, que nos últimos anos o exame de transferência tem se tornado deficitário para a fundação. O gasto com a feitura de provas, aplicação, correção e divulgação dos resultados supera a receita recebida dos candidatos.

Em 2003, a coordenação da pós-graduação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) solicitou ao Conselho Curador da Fuvest que realizasse o exame de seleção de candidatos à pós-graduação nas áreas de concentração do Direito para 2004, pois a concorrência era muito grande. O Conselho deliberou positivamente, e construiu-se um exame em duas fases. A Fundação já tivera uma experiência dessas na década de 1990, quando atendeu a então recém-criada pós-graduação em Ciência Ambiental⁶.

5. Manuais do candidato para exame de transferência, de 2001 a 2006.

6. Ata da 112ª Sessão, 18 jun. 1996. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 246-250.

Para a primeira fase, foi realizada uma prova constituída de vinte testes de múltipla escolha em línguas estrangeiras (inglês, francês, alemão e italiano), e mais um trecho a ser traduzido. Para a segunda fase, montou-se uma prova dissertativa, de conhecimentos específicos da área jurídica. Foram classificados os candidatos com nota final igual ou superior a sete. A partir disso, a própria Faculdade de Direito se responsabilizou pela análise dos projetos de pesquisa e entrevistas com os orientadores, realizando assim a seleção final. Depois de 2004, houve uma mudança significativa, e que permanece: a Fuvest só realiza a prova de língua estrangeira.

Dado o exemplo inicial, a coordenação de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública (USP) procurou a Fuvest em 2005 para realizar também seu exame de seleção, e o Conselho Curador assentiu. Nesse caso, foi realizada uma prova com questões dissertativas de português e outra de compreensão de texto em inglês. A exigência para obter a classificação é que o candidato ao mestrado acerte 50% do total de questões, e que o candidato a doutorado acerte 65%. Em 2006, foi realizado novo exame de seleção a pedido da coordenação de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública, nos mesmos padrões.

Não sabemos se a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a de Saúde Pública continuarão a fazer suas respectivas seleções para pós-graduação pela Fuvest, mas o importante é que o precedente já foi aberto para que outras unidades da USP façam o mesmo. Vale ainda observar que tais exames têm sido realizados com a mesma tecnologia e mesmos procedimentos que caracterizam os sucessivos vestibulares: quando há testes, são corrigidos por leitura óptica, e as bancas responsáveis pelas provas também são sigilosas. Com isso, a Fuvest garantiu, por sua qualidade de serviços, mais uma possibilidade de trabalhos diferenciados.

5.2 *Particularidades da Fuvest*

A origem da Fuvest em 1976 foi marcada pela organização conjunta dos vestibulares das três universidades estaduais paulistas, sob as decisões do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Em 1979, surgiu a Vunesp, nova fundação para vestibulares da Unesp, e o concurso vestibular da Fuvest foi realizado em dois sistemas, um da USP/Unicamp, e outro da Vunesp, este em só uma fase. Algum tempo depois, a Vunesp se separou por completo da Fuvest, mas permaneceu usando o mesmo sistema. A Unicamp ainda ficou por mais alguns anos, organizando seu primeiro vestibular autônomo em 1982. O desligamento de ambas não apresentou nenhum problema legal, e ocorreu à medida que a Unesp e a Unicamp foram montando suas próprias estruturas, uma vez que a criação delas foi muito mais recente do que a da USP. Conforme Roberto Costa:

A Unicamp foi fundada na década de 1960, seu primeiro prédio era um colégio velho, e ela nasceu da junção de cursos pré-existentes que foram aglutinados... e a Unesp, criada na década de 1970, também se apoiou em escolas superiores que já existiam. Era uma complicação colocar tudo aquilo para funcionar em sintonia, principalmente no quesito vestibular. Isso explica por que elas estavam junto de nós nos primeiros anos. Enquanto a Unesp criou uma fundação – como a Fuvest é – para realizar seus vestibulares, a opção da Unicamp foi diferente. Ela criou uma secretaria especial para fazer os exames, e é assim até hoje. A Vunesp tem um perfil bastante particular: ela, assim como nós, faz exames para outras universidades, porém realiza também concursos públicos, como os da Caixa Econômica⁷.

Com o passar do tempo, as três instituições estabeleceram diferenças com relação ao método e ao conteúdo das questões do vestibular, até por

7. Entrevista concedida em 10 ago. 2005.

que têm demandas próprias, e ficam em regiões distintas do Estado de São Paulo. Assim, pode-se afirmar que, à medida que as outras duas universidades estaduais evoluíram, foram criando também seus padrões de exigência e suas expectativas quanto aos futuros alunos, o que é traduzido em três exames vestibulares distintos. Tais diferenças, portanto, não se restringem a questões meramente técnicas, mas a características de cada instituição, com suas respectivas escolhas acadêmicas e administrativas.

Isto fica mais claro ao se destacar que a Fuvest tem um caráter delegado do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, aplicando em seus exames uma série de deliberações do mesmo, e que isso ocorre também no sistema da Unicamp (cuja secretaria que realiza os exames é diretamente vinculada à reitoria) e da Vunesp. Além disso, cada elaboradora de vestibular



Sônia Terezinha Sousa Penin, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (2002-2006).

passou a ter seus ganhos e investimentos, seguindo trajetórias bem diferentes. Isso já explica por que as tentativas de reunificação não deram certo.

As discussões sobre reunificação surgem de forma esparsa nas atas do Conselho Curador no decorrer da década de 1990, e tornam-se mais presentes após o ano 2000. Roberto Costa esclarece:

Isso se deve a pressões dos vestibulandos carentes, que defendiam o pagamento de uma única taxa para a realização dos três exames. No entanto, um único vestibular para as três instituições, provavelmente, não contentaria a nenhuma das três. Além disso, com o procedimento de cotas de isenção das taxas para a matrícula [adotado pelas três], a pressão para a unificação diminuiu, mesmo por que para o vestibulando é melhor ter três opções de provas do que apenas uma⁸.

Em maio de 2003, a *Folha de S.Paulo* anunciava que “Unificação de vestibulares em São Paulo deve acontecer somente depois de 2003”, como se fosse uma decisão sacramentada, e não era o caso: em ata do Conselho Curador, registrava-se a provável não-aceitação da Unesp⁹. A reitoria empossada em 2002 realmente demandou estudos para a unificação dos três vestibulares, pensando em ter, talvez, uma primeira fase em conjunto. Dois anos antes, uma comissão designada pela reitoria anterior já havia realizado estudos na área, mas sem conseguir um acordo entre as universidades. Posta a questão no *site* da Fuvest, houve um resultado de 70% de votantes contrários e 30% a favor¹⁰.

Os argumentos colocados pelo Conselho de Graduação para a unificação – estresse sofrido pelos alunos e os custos para a realização de vários vestibulares¹¹ – foram-se esvaziando com a progressão do sistema de cotas

8. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa.

9. Ata da 141ª Sessão, 21 maio 2001. *Terceiro Livro de Atas*, p. 385.

10. Ata da 148ª Sessão, 19 nov. 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 420.

11. Ata da 155ª Sessão, 8 mar. 2004. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 437-439.

e com os resultados apurados na enquete no *site* da Fuvest. Contudo, tal assunto também foi objeto de discussões na Assembleia Legislativa de São Paulo: pelo projeto de lei 296/2004, o deputado Ricardo Trípoli pretendeu estabelecer o vestibular unificado nas três universidades estaduais paulistas, mas o projeto ainda não foi votado.

A partir de uma análise mais acurada da trajetória da Fuvest nos últimos trinta anos, assim como das relações entre ela e o Conselho Universitário da USP, fica claro que a unificação dos três sistemas de vestibulares é factível, mas não é fácil. Principalmente se atentarmos para toda a gama de serviços paralelos que ela presta, voltados à USP: primeiramente, aqueles não remunerados, na qualidade de retorno – como a cessão de aparelhagem para as carteirinhas de estudante e a formulação de questionários para as avaliações institucionais de alguns departamentos (o pioneiro foi o de Química) –, e depois, aqueles para os quais cobra taxas, como é o caso dos exames de seleção para a pós-graduação das faculdades de Direito e de Saúde Pública. Uma unificação significaria, por parte da Fuvest, uma abertura a questões das outras universidades e a criação, entre os órgãos das três instituições paulistas, de uma ponte de discussões não somente técnicas, mas relativas aos padrões de ensino que cada uma valoriza, além de um redimensionamento financeiro complexo. Ademais, as orientações teórico-acadêmicas das três universidades seriam desrespeitadas, o que é inadmissível na relação universitária.

Por isso mesmo, o debate foi novamente abandonado. Voltará a ocorrer um dia? Provavelmente, por causa de grandes problemas gerais, que talvez levem a soluções comuns, como foi a da adoção do sistema de cotas para isenção das taxas de vestibular pelos candidatos mais carentes após 2000. No momento atual, as universidades, a sociedade civil e as instâncias governamentais discutem questões relativas à inclusão social no ensino universitário, existe uma expansão no ensino superior estadual, pensa-se em ações afirmativas por parte das próprias universidades, aventa-se a pos-

sibilidade da criação de cotas para afro-descendentes e egressos do ensino público. Tudo isso leva a USP, a Unicamp e a Unesp a repensar seus padrões de exigência nos vestibulares, sua relação com os ensinos fundamental e médio, e até seu papel social. Todas, com seus respectivos vestibulares, vivem um momento histórico que aponta para muitas mudanças. Como será o vestibular da Fuvest, daqui a dez anos? É uma incógnita. No entanto, as técnicas apreendidas em anos de experiência, e que levam a uma sistemática exemplar, ainda devem ser apresentadas ao leitor, pois muitas delas dificilmente mudarão.

CAPÍTULO 6 Fazendo um Vestibular em Sete Etapas

6.1 *O Fluxo de Informações com o Conselho Universitário*

O fluxo de informações entre a Fuvest e o Conselho Universitário ocorre o tempo todo, mas se intensifica nos primeiros meses do ano, quando se tem o relatório do vestibular passado para a análise, e se deve deliberar sobre o exame seguinte. Por isso mesmo, todo o processo de um vestibular começa no Conselho Universitário e, dentro dele, mais especificamente no Conselho de Graduação da Universidade de São Paulo, analisam-se os resultados do exame anterior e delibera-se sobre que medidas tomar para o seguinte. Essas resoluções resultam nas normas do vestibular, que são passadas para a Fuvest, muitas das quais amadurecidas após troca de idéias com o próprio pessoal da Fundação. No mesmo prazo, a Academia de Polícia Militar do Barro Branco e a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, as duas únicas agregadas ao sistema de exames desde 2001, também deliberam e enviam suas normas.

Uma vez, em 1982, Moyses Szanjbock, um dos antigos coordenadores da Fuvest, explicou a um jornal como era esse fluxo de informações:

O que a USP faz é definir as diretrizes básicas do vestibular, fixadas anualmente em documento aprovado pelo Cepe e subscrito pelo magnífico reitor, chamado “Resolução sobre o Vestibular”. Aprovadas estas diretrizes, então nós elaboramos um orçamento, fazemos uma

estimativa do número de candidatos, dividimos o valor da despesa pelo número previsto de candidatos e submetemos novamente à aprovação do Cepe¹².

Tirando o fato que hoje não existe mais o Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade da USP –, e a Fuvest liga-se diretamente ao CoG – Conselho de Graduação –, de resto, o procedimento continua o mesmo. Especialmente quanto à fixação das taxas de inscrição de cada exame vestibular, existiram ordens superiores à própria Universidade de São Paulo: na década de 1970, o Conselho Federal de Educação colocou limites máximos, sendo que, algumas vezes, os valores foram estipulados diretamente por ele, assim como os dias dos exames foram regulamentados pela Secretaria de Ensino Superior, coisa que não ocorre mais¹³. Na década de 1990, estava registrada nas atas da Fuvest a satisfação de seus conselheiros por sempre conseguir estabelecer taxas de matrículas inferiores ao teto máximo recomendado pela Secretaria de Estado da Educação.

São várias as deliberações do Conselho. Uma delas, especialmente, a pré-seleção de dez livros a serem cobrados na prova de língua portuguesa, que vem sendo feita desde 1988, seguindo o exemplo da Unicamp, que implementou essa exigência em 1987¹⁴. Hoje, USP e Unicamp tem lista única de nove livros, por força de decisão comum das duas universidades, após trabalhos de uma comissão formada por especialistas da USP e da Unicamp.

Pode-se citar algumas outras deliberações tomadas pelo Conselho, a título de exemplo: quais matérias serão cobradas nos exames de primeira

12. Entrevista com Moyses Szanjbok, *Folha de S.Paulo*, “Fovest”, 21 nov. 1982 (pp. 1-4) e 22 dez. 1982 (pp. 1-4).

13. Valores de taxas de inscrição estipulados pelo presidente do Conselho Federal de Educação, José Vieira de Vasconcellos: *Diário Oficial da União*, “Resolução nº 53”, 13 out. 1976; regulamentação dos dias e horários dos exames pela Secretaria de Ensino Superior: *Diário Oficial do Estado*, 1 jul. 1979, “Portaria nº 520, de 29 de Maio de 1979”, p. 7823.

14. “Fuvest Segue a Unicamp e Apresenta Lista de Leituras”, *Folha de S.Paulo*, 1 nov. 1988.

e de segunda fases, quais os critérios de desempate para os candidatos na segunda fase, quais os novos cursos que foram criados na USP e que o vestibular deve também atender, a relação vagas/curso, a proporção de candidatos por vaga que deve ser selecionada na primeira fase, como deve ocorrer a opção de cada candidato em sua inscrição, se há opção por língua inglesa ou francesa, a relação de pesos de cada disciplina nas provas, quais documentos os candidatos precisam apresentar para se inscreverem no exame e, se aprovados, para depois se matricularem (o que não é mais da alçada da Fuvest, e sim dos departamentos), se a Fuvest deve incluir mais questões para a análise do perfil sociocultural dos candidatos, e quais são elas, se a nota da primeira fase influi na nota final do aprovado ou não, quais as notas mínimas desejáveis em cada matéria para não haver reprovação imediata, se deve haver modificações no processo de inscrição.

É importante salientar que a responsabilidade da Fuvest no processo seletivo vai até a divulgação dos resultados e elaboração de relatórios, mas não se estende aos exames de aptidão que algumas carreiras mantêm – é o caso de Música, Artes Plásticas, Educação Física, Arquitetura – nem à matrícula dos aprovados nos departamentos.

Dois exemplos de mudanças mais recentes deliberadas pelo Conselho de Graduação e referendadas pelo Conselho Universitário são a da redução do peso da prova de inglês no exame, a utilização da nota do Enem na classificação dos candidatos, e o crescimento do número de isenções de taxas de matrícula, aumentados ano a ano após sua adoção.

Também podemos citar como exemplo a mudança do número de questões no exame da primeira fase, em 2002. Naquela data, ela foi alterada pela sexta vez: continuou, como sempre, a ser somente de questões de múltipla escolha, mas foi reduzida a um dia só de prova, com cinco horas para os candidatos responderem a cem questões. Desde 1995, a primeira fase era aplicada em dois domingos consecutivos, com oitenta questões por vez. Antes disso, os

vestibulandos já haviam tido de responder 72, oitenta e 86 questões. A justificativa era a necessidade de economizar – pois principiara-se dois anos antes o sistema de cotas de isenção de taxas no vestibular –, e também para “deixar o fim de ano menos cansativo para os jovens, que enfrentavam vários vestibulares em dois meses”¹⁵.

Ao mesmo tempo que são tomadas essas decisões, as datas das provas são negociadas e fixadas entre as três universidades estaduais paulistas, para que não haja nenhuma coincidência, e então tudo é publicado em *Diário Oficial* e adaptado para o *Manual do Candidato* daquele ano.

6.2 A Preparação dos Manuais dos Candidatos

Adriano Wilson das Neves relata:

O *Manual do Candidato* começa a ser preparado na segunda quinzena de abril. Já existe um “esqueleto”, que é retrabalhado a cada ano. Até o início de junho, 80% do Manual já deve estar preparado, pois antes do meio do mês ele segue para uma gráfica, que foi escolhida por meio de licitação, pois os preços que elas colocam para a Fuvest variam bastante. No final de julho, tudo deve estar pronto: os manuais e os anexos tais como o manual das profissões (fornecido pela Universidade de São Paulo), o guia da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, o guia das escolas (com a relação de todas as escolas do Estado de São Paulo) e o número que o candidato precisará utilizar para identificar a ficha de inscrição, quando começará a distribuição deles para os locais de venda¹⁶.

O período da venda vai da primeira quinzena de agosto até a primeira quinzena de setembro, quando devem iniciar-se as inscrições. Há alguns

15. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa, “Diretor da Fuvest Diz que a Prova Está mais Fácil”, *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2002.

16. Entrevista com Adriano Wilson das Neves.

anos, a Fuvest passou a buscar o patrocínio do Banespa e até dos Correios para a produção dos manuais, dado seu custo.

A sua confecção existe desde o primeiro vestibular, seguindo o mesmo plano predefinido, e, de uma maneira geral, a Fuvest não tem outras publicações. Em 1980, surgiu a idéia de realizar a inserção de um caderno contendo as questões dos seus vestibulares¹⁷ no *Manual* do ano seguinte, e a proposta ressurgiu em 1990, quando publicaram-se as questões resolvidas do ano anterior. De 1999 a 2001, novamente anexos ao *Manual*, foram publicadas as questões dos anos anteriores resolvidas, mas seu resultado foi considerado obsoleto, pois os cursinhos também o faziam. A partir daí abandonou-se a idéia em definitivo, até por que a Fuvest estava tendo problemas com os custos do guia das profissões, anexo ao *Manual*¹⁸.

Esse guia, denominado *A Universidade e as Profissões*, foi idealizado no ano 2000 pela Pró-reitoria de Cultura e Extensão – com a finalidade de ser vendido anexo ao *Manual do Candidato* –, que pediu financiamento à própria Fuvest. O Conselho Curador deliberou a transferência de verbas para que a USP o publicasse¹⁹. Em 2001 ficou acordado que a Fuvest arcaria com 50% dos custos do guia, e a Universidade de São Paulo com os outros 50%²⁰. A publicação deste, mesmo no sistema meio-a-meio proposto, ficou cara, e em 2002 o Conselho Curador propôs metade do valor dado no ano anterior, por causa do redimensionamento econômico pelo qual passava a Fuvest²¹. Os gastos foram rediscutidos e até hoje o guia continua sendo reeditado e vendido com o *Manual* e outros anexos, constituindo assim um *kit* para os candidatos.

O próprio *Manual do Candidato* não é simples de se fazer e mudou várias vezes de formato, conforme as necessidades de cada ano e das possibilidades

17. Ata da 48ª Sessão, 11 dez. 1980. *Segundo Livro de Atas*, p. 57.

18. Ata da 145ª Sessão, 20 maio 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 413.

19. Ata da 134ª Sessão, 18 abr. 2000. *Terceiro Livro de Atas*, p. 357.

20. Ata da 140ª Sessão, 5 abr. 2001. *Terceiro Livro de Atas*, p. 380.

21. Ata da 145ª Sessão, 20 maio 2002. *Terceiro Livro de Atas*, p. 413.

econômicas da Fundação. Interessa sobremaneira descrevê-lo, tanto no conteúdo como no formato, pois é a partir dele que os candidatos formam a primeira imagem da Fuvest e do exame vestibular que prestarão, além do caráter oficial que tem, trazendo, muitas vezes, até excertos do *Diário Oficial* com a regulamentação do vestibular.

O *Manual* traz diversas instruções para as inscrições, assim como: documentos a serem apresentados, relação de endereços dos postos de inscrição, calendário de provas e conteúdos exigidos. Desde 1988, havia uma lista de dez livros indicados para leitura. Hoje, houve uma sensível mudança. De dez livros apenas para a USP, passou-se a nove, unificando-se as duas listas de leitura, da USP e da Unicamp. Os pesos das matérias nas provas de cada carreira, das provas de aptidão, informações sobre as escolas participantes e os locais de publicação dos resultados também constam da publicação. A partir de 2003, já há o *kit* do vestibulando, contendo o *Manual*, a ficha de inscrição em separado, o guia *A Universidade e as Profissões*, e um outro manual menor para os que pretendem prestar exame para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco. No manual de 2006, novo adendo foi colocado: o *Guia de Escolas*.

Os sucessivos manuais demonstram as possibilidades financeiras da Fuvest em expansão, e também o uso do recurso dos patrocínios. Em 1977, por exemplo, foram produzidos três livretos simples, brochuras em tamanho A4, com capas de cores diferentes (preto, laranja e verde), cada um correspondendo a um dos vestibulares feito pela Fuvest naquele momento. Em 1979, ainda no mesmo formato, o *Manual* ganhou um desenho na capa. No ano seguinte, 1980, foi dividido por áreas (um livreto para Ciências Exatas e Tecnologia, outro para Ciências Biológicas, e mais outro para Humanidades), com *design* parecido ao do ano anterior. O desenho de capa continuava o mesmo, como um logo, apenas mudando de cor, posicionamento e dimensão. De 1983 a 1997, as capas não tiveram desenho

algum, com exceção feita às de 1990 e 1994, que traziam formas quadradas e questões de matemática como pano de fundo, respectivamente. A partir de 1994, o Banespa patrocinou parcialmente a elaboração do *Manual* em termos de *design* e material. Em 1998, as capas tornaram-se mais sofisticadas, com jogos gráficos bastante elaborados e profusão de imagens; em 1992, especialmente, utilizou-se espiral. Desde 2000, todos passaram a ter formato de revista.

Um dado fundamental dos manuais é que eles trazem o questionário que pede os dados socioeconômicos dos candidatos, que deve ser entregue junto com a ficha de inscrição. Este tornou-se um elemento fundamental não só de reconhecimento da população de vestibulandos, mas também de análise visando a ações de inclusão social por parte da Universidade de São Paulo, e vem sendo reelaborado, ganhando mais questões no correr dos anos. O de 2006 traz 26 questões, todas de múltipla escolha. Elas dizem respeito a: que outros vestibulares o candidato prestou/está prestando; onde cursou os ensinos fundamental e médio, e em que período; se fez cursinho pré-vestibular; se tem algum outro curso superior; o grau de instrução e situação profissional dos pais; estado civil, cor, e dados variados sobre a renda e bens familiares.

O Manual da Fuvest



Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1977); Manual de Informações da Fuvest. Vestibular Unificado para Escolas Particulares de Engenharia (Vestibular de 1977); Manual de Informações da Fuvest (Segundo Vestibular de 1977); Manual de Informações da Fuvest (Terceiro Vestibular de 1977).



*Manual de Informações da Fuvest. Ciências
Biológicas, Ciências Exatas e Tecnologia,
Humanidades (Vestibular de 1981).*



*Manual de Informações da Fuvest
(Vestibular de 1987).*



Década de 1990: Manual de Informações da Fuvest (Vestibulares de 1990, 1996 e 1998).



*Manual de Informações da Fuvest
(Vestibulares de 2000, 2001, 2002, 2005 e 2006).*

6.3 *A Preparação das Provas: Bancas e Discussões*

Atualmente, quando as resoluções sobre o vestibular são encaminhadas para a Fuvest, ela contrata o consultor de operações, concursos e vestibular, que é o professor aposentado do IME Roberto Celso Fabrício Costa. De 1977 até perto da década de 1990, esses trabalhos relativos às bancas se concentravam nas mãos do também professor da Universidade de São Paulo Alésio João de Caroli, então diretor-técnico da Fuvest. Em uma reportagem editada em 1988, a *Folha de S.Paulo* dizia o seguinte a respeito de Caroli e das bancas:

Ele é o responsável pela indicação dos professores das bancas examinadoras e pela composição final do exame. As bancas examinadoras de cada matéria são compostas por três professores. Não há um critério definido para sua escolha, a não ser a confiança de Caroli. Geralmente, participam dois professores da USP e um professor de segundo grau. O trabalho das bancas começa no final de julho e até o final de outubro as questões ficam prontas. As bancas fazem um número de questões superior ao que vai ser utilizado e é Caroli quem decide, sozinho, quais serão as questões da prova. Da mão de Caroli a prova vai diretamente para a gráfica²².

Destaca-se que o que fundamenta a contratação de uma banca é sempre a relação de confiança entre ela e o indivíduo que coordena o vestibular. Por isso mesmo, a Fuvest não registra grande rotatividade de professores nas bancas, o que poderia acarretar alguns problemas. O primeiro deles é o risco de quebra do sigilo, que é mantido exatamente para garantir a paz ao processo do vestibular, e que os docentes envolvidos nunca sofram quaisquer pressões. O segundo é o problema que a inexperiência traz, gerando questões inexatas, que podem, por falha humana, passar pelo crivo dos revisores e do

22. “Prova da Fuvest Está nas Mãos de Uma só Pessoa”, *Folha de S.Paulo*, 3 nov. 1998.

coordenador do vestibular. Em 1989, algumas questões de história deram origem a mandados de segurança impetrados contra a Fuvest por candidatos que não haviam passado para a segunda fase e consideravam-se prejudicados por elas. Depois disso, desenrolaram-se longos processos até o último juiz determinar algo, a favor dos candidatos ou a favor da Fuvest. O desgaste foi muito grande para todos os envolvidos no vestibular, pois colocou em causa todo um procedimento que não deveria, em nenhuma hipótese, abrir brechas para nenhuma demanda na justiça²³.

Em um quadro, anexo a uma ata do Conselho Curador, são listados numericamente os docentes de cada banca, de 1985 a 1990. As bancas que sofreram mais substituições nesse período foram a de português (treze),



Roberto Celso Fabrício Costa, consultor de operações, concursos e vestibular da Fuvest.

23. Ata da 87ª Sessão, 26 abr. 1990. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 143-147.

matemática (doze) e história (doze), e ressaltam os conselheiros que o número ideal de substituições seria no máximo oito²⁴.

Roberto Costa esclareceu como era o processo em 2002, para o jornal *O Estado de S. Paulo*:

A gente monta as bancas em julho. Normalmente, há três professores para cada matéria [foram reduzidos para dois] e um revisor. Eles se reúnem e produzem uma primeira versão da prova, em outubro. Ela então passa pelo revisor da banca, que atua como um superaluno: resolve as questões, propõe mudanças, avalia o tempo. Quando a banca considera que a prova está pronta, ela a entrega para mim e para a Maria Thereza [vice-diretora da Fuvest]. As questões são feitas à mão, porque os professores têm medo que o conteúdo fique gravado em algum computador. Fazemos a revisão e algumas modificações. Só nós dois temos acesso à prova toda, que só tem uma versão e fica guardada em um cofre²⁵.

Em 2005, ele mesmo trouxe mais dados acerca desse processo, que não se encontra escrito/regulamentado em nenhum manual:

As reuniões da banca começam ainda em julho, quando elas recebem os programas que devem ser cumpridos e mais as provas anteriores, com as respectivas críticas, para analisarem. E, o mais importante de tudo, recebem também uma avaliação estatística que fazemos de cada questão, demonstrando os acertos e erros ocasionados, para verificar se a formulação foi boa. Por exemplo: se o Centro de Processamento de Dados da Fuvest acusa que as respostas variaram demais em determinada questão, ela não teve serventia, pois não foi bem compreendida; denominamos isso de “mau desempenho”. Não podemos ter questões desse tipo, ou então que dêem pistas falsas para os vestibulandos; daí todo o apuro em se fazer esse tipo de análise. A banca deve criar questões de múltipla escolha, para a primeira fase, e dissertativas, para a segunda, podendo depois participar das correções das provas ou não. A idéia é que todas as questões, entre primeira e segunda fases, percorram o programa

24. Ata da 87ª Sessão, 26 abr. 1990. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 143-147.

25. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa, “Diretor da Fuvest Diz que a Prova Está mais Fácil”, *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2002.

quase todo do ensino médio. Depois de haver uma seleção de questões – pois pedimos que sempre façam um número maior do que aquele que será utilizado – e passar pelo revisor e por mim, ainda há uma revisão de português, e aí a prova é digitada e vai para a gráfica. Não me perguntem como, mas eu e a pessoa que digita toda a prova conseguimos esquecer tudo o que lemos em pouco tempo²⁶.

Quanto à lógica do exame em duas fases, Roberto é categórico:

A formulação das questões de múltipla escolha não é simples, e envolve um processo longo de discussão. São anos de experiência que temos nisso, e tenho convicção do valor das provas de primeira fase, e da correlação que ela tem com a segunda fase, o que pode ser demonstrado pelas análises que fazemos ano a ano. Porém, isso não quer dizer que devemos reduzir o vestibular para uma fase só: se somente avaliarmos os alunos de uma maneira, essa avaliação será incompleta. Depois, também temos de sinalizar às escolas de ensino médio que o teste é um instrumento de avaliação, e não de ensino. Assim, elas não viram meras aplicadoras de testes a fim de treinar sua clientela para um exame só de testes²⁷.

Como se pode perceber pelos depoimentos, há uma preocupação muito grande por parte da Fuvest de garantir o sigilo dos exames e também a clareza e abrangência no conjunto das questões, para que os candidatos possam todos concorrer igualmente. Esse é o processo que tem sido ano a ano discutido internamente de modo a ser constantemente avaliado e aprimorado.

Quanto a isso, temos ainda as palavras de José Atilio Vanin, vice-diretor da Fuvest de 1993 a 2001:

O acompanhamento do processo do vestibular já era feito, mas a partir de 1995 foram introduzidos novos índices de avaliação. Devemos a introdução desses índices novos de avaliação ao então diretor da Fuvest, professor Alceu Gonçalves de Pinho Filho, que propôs

26. Entrevista com Roberto Celso Fabrício Costa.

27. *Idem*.

o índice efetivo de acertos, que é utilizado justamente para se conhecer a discriminação real da questão²⁸.

Esse índice já surgiu na fala anterior de Roberto Costa: avalia-se as diferentes opções de respostas dos candidatos em cada questão para identificar aquelas que apresentam, em comparação com o universo total, índices considerados anômalos de erros ou acertos. A partir disso se visualiza se ela contribuiu realmente para uma boa classificação dos candidatos ou se não teve efeito algum, pois estava “nebulosa”, não permitindo distinguir os candidatos mais bem preparados dos outros. Com essa forma de análise também se compensa a distorção dos acertos casuais, ou seja, aqueles “chutes” que deram certo e que não devem influir na análise do exame vestibular. Logo, a boa questão é aquela “efetiva na discriminação”, ou seja, que separa os melhores candidatos do contexto geral. Isso tudo é feito com rapidez, por causa da existência de um Centro de Processamento de Dados e da correção das provas por máquina de leitura óptica.

6.4 *Inscrições: Conhecendo Melhor os Vestibulandos*

A Fuvest tem uma lista de locais possíveis para montar seus postos de inscrição todos os anos, por dois finais de semana, na segunda quinzena de setembro, mas nem todos são utilizados depois para se fazer os exames. Tudo depende do número de candidatos inscritos em cada um dos postos, pois a partir disso são procurados os locais para a realização dos exames nas redondezas, sendo tudo muito bem planejado para evitar erros.

28. Entrevista com José Atilio Vanin, professor da USP e vice-diretor da Fuvest de 1993 a 2001, publicada em *Tendências do Vestibular*.

No entanto, às vezes, eles acontecem, como relata Adriano Wilson das Neves:

Não me lembro bem em que ano – mas foi na década de 1970 – fizemos um vestibular especial para preenchimento de vagas que haviam restado do anterior. Imaginávamos, por ser um segundo vestibular, que surgiriam poucos candidatos, por isso criamos o seguinte esquema: o candidato deveria pagar a taxa na agência do Banespa, depois ir ao antigo prédio da reitoria para formalizar a inscrição; de repente, tínhamos quase cinco mil candidatos dentro do *campus* da USP naquele dia! A situação era tão grave que nos cederam a agência, telefonamos para um monte de gente vir nos ajudar e montamos um posto de inscrição lá dentro. Dentro do banco, o espaço dos caixas foi utilizado pelo pessoal da Fuvest para receber dinheiro, e montamos mesinhas para receber as fichas; lá fora, havia em torno de mil candidatos numa fila assustadora, no estacionamento da agência...

José Coelho Sobrinho, que viveu a “aventura” junto com Adriano, completa: “Trabalhamos até de noite, ninguém deixou de ser atendido, mas o susto foi grande. Hoje, lembrar disso virou diversão”²⁹.

Continuando seu relato, lembram de outros momentos da inscrição. Diz Adriano:

Nos princípios da Fuvest, um pessoal do Metrô veio nos oferecer suas estações para a montagem dos postos de inscrição. Eram poucas estações ainda, recém-inauguradas. Sempre fizemos assim: se faltava algo neste posto, dávamos um pulinho em outros, apanhávamos o que havia demais lá e trazíamos para cá. Naquele ano, fizemos isso de metrô! Aconteceu também, de muita gente que não tinha nada a ver com o vestibular sair do metrô, ver a fila para inscrição e entrar nela. Alguns pensavam que estávamos vendendo algo, talvez bilhetes de metrô, outros imaginavam que era fila para arrumar emprego.

José Coelho completa: “Tivemos de nos desdobrar por causa disso, verificando quem estava na fila, explicando às pessoas do que se tratava. O

29. Entrevista com Adriano Wilson das Neves e com participação de José Coelho Sobrinho.

vestibular da Fuvest, como o metrô, era novidade. Contudo, as inscrições foram tranquilas”³⁰.

Sobre a organização das inscrições e seus revezes, Adriano ainda relata:

Sempre mantivemos atendimento preferencial para os deficientes físicos, gestantes, esses casos específicos, e hoje os deficientes sequer pagam a inscrição. Parece coisa banal criar o esquema para inscrição, mas não é: ele nunca pode falhar, deve atender a todos. Mas gerava um problema desgastante em todos os anos, nunca por falha nossa. Na segunda-feira após o fatídico final de semana, o saguão da Fuvest, no quinto andar do antigo prédio da reitoria, ficava lotado de gente desesperada por não ter se inscrito. Uns tinham se esquecido, outros passado por algum contratempo. É claro que nunca abrimos exceções, prazo é prazo, mas não era agradável ter de dizer isso para todo mundo, e ter bom controle psicológico para ouvir a choradeira ou a gritaria. Houve até casos dramáticos: certa vez, um pai que havia capotado o carro, porque estava com pressa para levar seu filho para fazer a inscrição – eles tinham se lembrado de última hora – apareceu na segunda-feira atrás de nós, com um laudo médico. Ele e o filho estavam engessados! De outra vez, um garoto ficou nervoso quando tomou consciência que não conseguiria se inscrever fora de prazo, então socou uma janela e cortou o pulso. Tive de fazer um torniquete nele e levá-lo às pressas para o Hospital Universitário. Como todas as salas da Fuvest eram separadas por biombos, tornava-se quase impossível trabalhar naquelas segundas³¹.

Por isso, em 1991, o Conselho Curador aprovou a possibilidade de realizar a inscrição fora do prazo, mediante pagamento de pequena multa³². Acabou sendo batizado de “Dia do Perdão”, porque é na segunda-feira seguinte ao final de semana, na própria sede da Fuvest. No ano seguinte, passou-se também a aceitar inscrições antes do prazo no prédio da sede, e sem multa³³.

30. *Idem*.

31. *Idem*.

32. Ata da 94ª Sessão, 17 dez. 1991. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 173-174.

33. Ata da 96ª Sessão, 28 set. 1992. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 180-186.

Embora conste em *Diário Oficial* que o vestibular é aberto aos que já concluíram ou estão em vias de concluir o ensino médio³⁴, isso foi ignorado por muitos. A *Folha de S.Paulo* noticiava em 1981:

Entre os 125 650 candidatos inscritos no vestibular, 5 527 não têm o segundo grau completo. No ano passado, foram 4 469. Esses candidatos inscreveram-se apenas para testar suas capacidades, já que muitos farão exame no ano seguinte. Por isso, eles não são computados entre os convocados para a segunda fase, e costumam se inscrever em cursos com a nota de corte baixa (como Economia Doméstica ou alguns de Ciência Humanas) para terem mais chances na primeira fase³⁵.

Os inscritos para treino nesse ano não totalizavam 5% do total, mas já traziam à Fuvest o trabalho de separar as provas. Em Letras, representavam 25% dos inscritos; em Economia Doméstica, mais de 50%³⁶. E eles foram crescendo numericamente, até tornarem-se 10% dos inscritos no vestibular todo, em 1989, mantendo a mesma prática de inscreverem-se em carreiras pouco concorridas. A *Folha de S.Paulo* denominou-os “pára-quedistas”, e noticiou que, deles, 50% haviam obtido nota suficiente para passar à segunda fase³⁷. A Fuvest e o Conselho Universitário nunca viram problema nisso, uma vez que eles não ocupariam vagas dos candidatos de fato. Mas cabia à Fuvest separar as duas categorias de inscritos, para não haver desvios nas análises feitas sobre os resultados das provas. Por isso mesmo, quando eram admitidos para fazer a segunda fase, estavam na categoria especial de “convocados extras”.

34. Art. 2º: “O concurso Vestibular estará aberto aos que houverem concluído ou estejam em vias de concluir o curso de segundo grau ou o equivalente, ou ainda, cursos reconhecidos como médio, bem como aos portadores de diplomas de conclusão de cursos superior oficial ou reconhecido, devidamente registrado”. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23 jun. 1983, p. 14.

35. “Para 5 527, as Provas São só de ‘Experiência’”, *Folha de S.Paulo*, 8 jan. 1981.

36. Carlos Bindi, “Fuvest – Mudança na Concorrência”, *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, 13 dez. 1981.

37. “Mais de Dez mil Candidatos são ‘Pára-Quedistas’”, *Folha de S.Paulo*, 25 out. 1989.

Para explicar esse fenômeno, podemos falar em “cultura do vestibular” criada nas escolas particulares de ensino médio na década de 1980, e mais ainda na de 1990. Muitas foram aderindo ao ensino apostilado, adquirido em contrato com cursinhos pré-vestibulares, dos quais tornavam-se propagandistas do “método de ensino”. Os alunos eram aconselhados a realizar o exame vestibular já quando estavam no segundo ano do ensino médio para ganhar conhecimento de causa, e estudar de maneira mais eficaz no terceiro ano, que utilizava muitas vezes o mesmo material apostilado dos cursinhos preparatórios, sendo então totalmente voltado para esse fim.

Para lidar com essa prática, o Conselho Curador aprovou em julho de 1993 a proposta de criação da categoria “treineiros” nos vestibulares, com a nota de corte equivalente à dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, respectivamente para as áreas de Humanidades, Ciências Biológicas e Ciências Exatas³⁸. A partir disso, os trabalhos da Fuvest foram facilitados, pois a separação de categorias já era feita no ato da inscrição, e os “treineiros” passaram a ter um espaço separado dentro do vestibular. Dentre eles, os mais bem colocados ganhavam um crédito para comprar livros na Edusp; em 1996, foram vinte os premiados³⁹. E a palavra “treineiro”, um neologismo simpático, foi definitivamente incorporada ao vocabulário dos alunos de muitas escolas e ao dos estudantes da Universidade de São Paulo.

Como se pode perceber, uma parte da história da Fuvest e dos procedimentos que foram adotados na realização dos vestibulares corresponde às soluções que foram propostas em resposta às práticas instauradas pelos próprios vestibulandos, e que a instituição normatizou e incluiu na sua rotina.

38. Ata da 99ª Sessão, 2 jul. 1993. *Terceiro Livro de Atas*, pp. 194-197.

39. Cristiane Segatto, “Fuvest Convoca 8 241 Aprovados na 2ª Fase”, *O Estado de S.Paulo*, 6 jan. 1996.

6.5 *Os Exames da Primeira e Segunda Fases: uma Logística Elaborada*

Uma estrutura gigantesca de recursos materiais e humanos começa a se mover dias antes das provas da primeira fase, e em um curto espaço de tempo, ou seja, duas horas, são impressas milhares de provas. Isso, até 1994, era feito na gráfica da Imprensa Oficial do Estado, na Mooca (São Paulo), sob a vigilância de policiais civis. Os gráficos eram revistados na saída, mas não sem antes imprimirem uma edição antiga do *Diário Oficial*, para apagar das rotativas as marcas das provas. Durante a impressão, todas as sobras de papel eram recolhidas, assim como as rebarbas e exemplares imperfeitos, a fim de serem depositados nos mesmos cofres em que ficariam as provas – para só serem descartados depois do dia do exame. A seguir entram em ação os “embaladores de provas”, uma categoria também sigilosa. Até os lixos dos banheiros dos locais onde isso tudo acontece recebem um tratamento especial: são ensacados e inutilizados. Atualmente, tais procedimentos são feitos no prédio da Fuvest.

No dia das provas, combinações são realizadas com o DSV – Departamento de Serviços Viários, CET – Companhia de Engenharia de Tráfego, Polícia Militar e Polícia Civil, e até mesmo com as empresas de transporte urbano, tanto de ônibus como de metrô. Os locais de exames são do domínio deles, e são criados “esquemas”, em colaboração com a Fuvest, para facilitar o tráfego e a orientação dos candidatos.

Os trabalhadores nos exames de primeira e segunda fases (alguns se repetem nos dois momentos) totalizam milhares de pessoas todos os anos. É bom conhecermos alguns dos seus números para termos a dimensão de sua representatividade. No exame de 1978, por exemplo, trabalharam sete supervisores, 106 coordenadores, 2 685 fiscais e 2 460 auxiliares⁴⁰. No de 1982,

40. *Relatório de Vestibular*. Fuvest, São Paulo, 1978.

dois assistentes de coordenação, oito supervisores, 125 coordenadores, 3 463 fiscais, 2 371 auxiliares e 223 pessoas em outras funções⁴¹. Em 1990, foram três assistentes de coordenação, quatro supervisores, 93 coordenadores, 2 849 fiscais, 1 064 auxiliares⁴². Em 2000, cinco supervisores, 233 coordenadores, 260 auxiliares de coordenadores, 5 509 fiscais, 2 680 auxiliares de fiscais e 1 320 pessoas de apoio⁴³.

Não dá para afirmar que o número de candidatos dos vestibulares cresceu em progressão simples, de ano para ano; sua dinâmica foi ditada pelas escolas que participavam do sistema Fuvest, pelo número de vagas disponíveis e outros fatores. De forma geral, cresceu bastante, assim como aumentou a população brasileira em idade universitária. Com o sistema de cotas de isenção de taxas a partir de 2001 houve uma expansão de candidatos, uma vez que aqueles que não podiam pagar tiveram a oportunidade de prestar o exame. Então o número de fiscais e outros contratados teve de acompanhar essa demanda.

Pela média da Fuvest, há 35 candidatos por sala, e um fiscal conferindo a documentação dos mesmos, aplicando e depois recolhendo a prova em cada sala. Se o número for superior a cinquenta (no caso de auditórios), são necessários dois fiscais. Há também os fiscais especiais, que vão aos hospitais e às casas de detenção aplicar a prova. Há também outros, que acompanham os deficientes, realizando suas provas em locais específicos da Cidade Universitária. Além deles, existe em média um fiscal volante para cada quatro salas. O pessoal de apoio é variado: há eletricitas, bombeiros, zeladores, porteiros e ascensoristas, o que explica a variedade de denominações enumeradas acima que constam nos relatórios da Fuvest.

41. *Relatório do Vestibular*. Fuvest, São Paulo, 1982.

42. *Relatório do Vestibular*. Fuvest, São Paulo, 1990.

43. *Relatório do Vestibular*. Fuvest, São Paulo, 2000.

Dependendo do local de aplicação do exame, há um coordenador geral apenas; pode haver, além dele, um coordenador por andar, e até um auxiliar de coordenador. Para todos esses cargos há um manual de atividades e um treinamento específico, pois todos devem estar bem preparados para evitar surpresas. Precisam saber o que fazer quando acaba a luz no local, quando alguém se fere, e em outras situações. Os supervisores centralizam as informações, que correm muito rapidamente dos fiscais e auxiliares para os coordenadores, deles para os coordenadores gerais, deles para os supervisores. Há dois policiais em cada local de prova, e plantões de médicos em determinadas regiões, nas quais eles podem se locomover rapidamente em caso de necessidade. Por fim, há delegados e investigadores de polícia à disposição durante os períodos de prova, e que também se locomovem rapidamente caso necessário for. O plantão central da Polícia Civil fica dentro da própria Fuvest, e há várias viaturas próximas aos locais de prova. Em caso de problema de saúde grave de algum candidato, o coordenador ou o fiscal se responsabiliza pelo seu transporte até a unidade hospitalar mais próxima. Os médicos muitas vezes são residentes do Hospital das Clínicas, e a dupla de oficiais que fica nas escolas é cedida pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Percebe-se que há um cuidado minucioso na organização das rotinas e dos procedimentos, que não envolvem apenas o sigilo das provas, mas também a garantia da sua execução dentro de condições quase ideais, de modo a contornar situações excepcionais. Quanto aos locais de aplicação dos exames, sabemos que, anteriormente, a Fuvest utilizava as escolas públicas para a aplicação das provas, pagando um valor para a associação de pais e mestres, e outros auxílios, mas tal prática decaiu. Isso se deve a um decreto estadual que colocou as unidades escolares à disposição da comunidade nos finais de semana, quando ocorre o programa Escola da Família e outros eventos. Atualmente, a maioria dos prédios é cedida por escolas



Prova da Fuvest na Faculdade de Educação.

e universidades particulares. Em Itaquera, Pompéia, Osasco e Santana são utilizados prédios estaduais, e, a partir de 2005, também são alocadas as instalações da USP Leste. No interior do Estado e em Santos é que se concentram a maior parte das escolas públicas que ainda são utilizadas, e entre os particulares que oferecem seus prédios estão: o Colégio Salesiano, de Campinas, a Universidade de Sorocaba, em Sorocaba, e a Unicid, Uninove, Universidade São Judas, Faculdades Belas Artes, Ibero-Americana, Colégio e Faculdade Radial, Unifecap, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, a UNG e tantas outras, em São Paulo. Em razão das universidades cederem suas instalações – que são muito grandes –, houve uma redução drástica do número de locais de aplicação do exame: de 250, foram para 150. Há postos que chegam a ter doze mil candidatos, como é o caso da Uninove, o que demandou uma distribuição diferente de fiscais, auxiliares, coordenadores e pessoal de apoio; se, por um lado, há mais facilidade por causa do menor

número de locais a controlar, por outro, as situações podem ficar mais difíceis, por causa do tamanho dos prédios e número de pessoas neles.

Na maior parte dos casos, foram as próprias instituições que ofereceram as suas instalações para a Fuvest, e algumas cobram apenas uma taxa simbólica de cinquenta centavos ou um real por candidato.

Assim, o procedimento adotado pela Fuvest é o de designar professores que vão visitar os locais para averiguar suas condições. Os locais específicos para deficientes físicos fazerem suas provas eram localizados até 2005 na Escola de Comunicações e Artes, que tem rampas, banheiros especiais e toda uma infra-estrutura que facilita os trabalhos. Nesse caso não há fiscais: para cada aluno, há um coordenador. Uns acompanham os candidatos que lêem e fazem a prova em braile; outros comunicam-se com os surdos; outros escrevem a prova para o candidato incapacitado. Conta-nos Adriano Wilson das Neves:

Na década de 1970 comprei mais de trinta gravadores e montamos um estúdio, no qual se lia a prova para candidatos cegos, e eles falavam a resposta. Tal como as provas escritas, essas gravações ficavam guardadas em cofres. O estúdio foi montado em algumas salas: cada uma tinha um microfone, ligado a vários gravadores, que funcionavam simultaneamente. Para isso tudo ocorrer, um professor da Escola Politécnica desenvolveu uma aparelhagem para nós. Aprimoramos tudo ao máximo possível, mas não valeu a pena. A correção das fitas era bastante lenta, e fitas enroscam. Por isso, encontramos outros caminhos para atender a todos os deficientes⁴⁴.

A partir de 2005, todo esse cenário para candidatos deficientes foi mudado.

É impressionante o esforço da Fuvest para criar condições adequadas a todos os candidatos, cuidando de verificar a infra-estrutura dos locais, bem

44. Entrevista com Adriano Wilson das Neves.

como sua adequação para os portadores de necessidades especiais, e isso também vem sendo aprimorado ano a ano.

Quanto à aplicação do exame propriamente dito, ela obedece a horários extremamente rígidos. O do fechamento dos portões é sempre cumprido rigorosamente, e atrasos não são aceitos. Nesse sentido, há casos que se tornaram folclóricos e que são relatados pelos conselheiros, funcionários e pela imprensa. Um deles tornou-se até tema da série *Malu Mulher*, sucesso na Rede Globo nas décadas de 1970 e 1980: a história da candidata que, nervosa com seu atraso, feriu-se na porta de vidro do prédio. Há quem tenha gritado muito, tentado pular os portões, se apresentado para a imprensa, ganhando seus “cinco minutos de fama”. Conta José Goldemberg:

Quando fui coordenador de um dos primeiros vestibulares da Fuvest, ocorreu um garoto chegar bastante atrasado ao local de prova, e por acaso eu estava por perto. Não sei como, a mãe dele descobriu o telefone de minha casa, ligou para lá e descompôs minha esposa, dizendo que o filho dela chegara somente cinco minutos atrasado e não merecia aquele tratamento. O atraso dele havia sido de 25 minutos⁴⁵.

O horário de encerramento das provas também é rígido. Há anos em que a primeira fase é constituída de exame único, então dura cinco horas; mas, geralmente, são sempre quatro. Em alguns casos – quando acaba a luz, por exemplo – autoriza-se a prolongar a prova por mais meia ou uma hora, e a aplicação da prova aos deficientes tradicionalmente termina às 18 horas. Além disso, os candidatos nunca podem se retirar do prédio antes de duas horas de exame, nem ir ao banheiro sem o acompanhamento de um fiscal. Também não podem portar celulares, bips, *walkmans*, relógios diferentes, nada que traga facilidade para nenhum tipo de fraude. Até por isso, devem

45. Entrevista com José Goldemberg.

apresentar sua carteira de identidade e cartão de inscrição para fazer o exame. Caso esqueçam, deixam as digitais, que serão levadas e analisadas em uma delegacia de polícia, uma vez que a ficha de inscrição deles, com suas assinaturas e fotos, já foi digitalizada, permitindo a conferência por parte do fiscal. Isso é a chamada “blindagem” dos candidatos, para dificultar mais ainda qualquer tipo de fraude. A prova inicial dá origem a cinco provas, cujas questões são as mesmas, mas com ordem diferente; os candidatos só saberão qual estão fazendo no momento em que a abrirem. Por isso tudo, as tentativas de fraude são muito raras: quando acontecem, são tratadas especialmente pela imprensa, exatamente por sua engenhosidade. Até o último vestibular, todas terminaram com a prisão dos infratores, seguida de processo na Justiça.

Após as 18 ou 19 horas são divulgados os cinco gabaritos oficiais. Isso refreia os cursinhos, que em algumas vezes divulgaram os seus gabaritos antes de todos os candidatos terem terminado o exame. Obviamente, por causa da “blindagem” nada chegava até eles; mas a situação, para a Fuvest, tornou-se desconfortável, inclusive porque o resultado de algumas questões resolvidas às pressas não coincidia com as respostas da banca que criara a prova, e que eram divulgadas sempre por último. Então, criou-se essa forma de ação, para que a Fuvest fosse sempre a primeira a divulgar, por internet ou via imprensa, o resultado oficial.

Um grande cuidado é tomado para o retorno das provas à sede da Fuvest, onde serão corrigidas. Os veículos chegam aos poucos, vindos de São Paulo ou do interior, em horários previamente combinados, para que cada um seja descarregado com calma e controle total, sem formar fila.

Nota-se que o sistema de vestibular implantado pela Fuvest é extremamente complexo, e exige cuidados rigorosos na sua operacionalização nos mais diferentes níveis, da elaboração da prova à sua aplicação e ao processo de correção.

6.6 *Correções da Primeira e Segunda Fases e Divulgação de Resultados*

A partir do momento que a Fuvest começa a receber os resultados das provas da primeira fase, é iniciada a correção, que é bastante simples e demanda a contratação de poucas pessoas. Os calhamaços com as fichas-gabaritos preenchidas pelos candidatos são abertos e postos na máquina de leitura óptica, e vão saindo em série, do outro lado. Quando ocorre alguma irregularidade, a máquina acusa e a ficha não passa no sistema de leitura, sendo então separada.

As fichas-gabaritos saem da gráfica impressas dentro de um padrão muito rígido, pois se houver um mero ponto preto no papel, dependendo do local, a leitora óptica acusa irregularidade. Por isso, os problemas ocasionados na leitora óptica costumam se originar do fato de o candidato ter começado a preencher um quadrado, tê-lo apagado, e preenchido outro – o que leva a máquina a acusar dupla resposta. Então se procede à leitura manual da ficha, aplicando os tradicionais gabaritos “furados” sobre a mesma. Somente são anuladas as questões em que os candidatos deixaram dois quadrados preenchidos. Em poucos dias, os resultados estão prontos, com a seleção de três candidatos por vaga para a segunda fase, e são estabelecidas as “notas de corte” daquele vestibular.

As “notas de corte” podem ser explicadas da seguinte maneira: supondo-se um curso com cem vagas disponíveis, e uma concorrência de alguns milhares de candidatos, devem, dentre todos, ser selecionados trezentos, ou seja, três vezes o número de vagas existentes, para concorrer por elas na segunda fase. A leitora óptica apura quantos pontos cada candidato fez, e um sistema computadorizado hierarquiza todos os resultados, do maior para o menor. Então, a contagem dos trezentos primeiros é feita, e a nota do número trezentos equivale à “nota de corte”, ou seja, à nota mínima que alguém precisou ter para, em meio àquela concorrência específica, ser sele-

cionado para a segunda fase. Em última instância, pode-se afirmar que o que determina a nota de corte para as carreiras da Universidade de São Paulo é se o contingente de vestibulandos está melhor preparado ou não, além da concorrência que cada carreira apresenta. Isso explica por que as carreiras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por exemplo, menos concorridas que as da Escola Politécnica ou da Medicina, sempre tiveram notas de corte mais baixas que estas duas últimas.

As correções da primeira fase eram feitas no Centro de Computação Eletrônica da Universidade de São Paulo. Quando a Fuvest criou seu Centro de Processamento de Dados próprio, em 1992, tudo passou a ser feito lá, inclusive a correção das provas da segunda fase, minimizando a possibilidade de ocorrerem problemas.

A correção da segunda fase é totalmente manual, muito mais complexa, e envolve a contratação de um número maior de pessoal. O exame termina no domingo, e ela se inicia tradicionalmente na terça-feira. Todos os anos ocorrem pequenas variações, por isso podemos dar como exemplo o último vestibular. Em 2006, das oito bancas (uma para cada matéria), havia para cada um ou dois coordenadores da banca vinte professores corretores, e todos portavam a sua carteirinha de identificação. A correção era das 8h30 até as 17h30; ao meio-dia todos paravam de trabalhar e as salas de correção eram trancadas, e às 13h30 os trabalhos recomeçavam. Sem tomar os finais de semana, os trabalhos duraram onze dias para sete bancas, uma somente entrando no décimo segundo dia de trabalho. Os pagamentos foram feitos no dia seguinte à finalização da correção. Essa rotina rígida, quase militar, é a marca registrada dos trabalhos da Fuvest todos os anos.

A contratação dos corretores começa em finais de outubro, sob a indicação dos coordenadores, e os contratos de última hora são exceção. O índice de substituição dos corretores de ano para ano é sempre muito pequeno, de mais ou menos três pessoas. As equipes tendem a ser mantidas. Só não há

mais banca de inglês, pois a disciplina saiu da segunda fase; a de português acaba sendo maior do que as demais. Há nove salas de correção no primeiro andar do prédio da Fuvest, e uma no térreo. Há a sala da coordenação geral, na qual são guardadas todas as provas, e a banca fica na coordenação central; em cada sala fica uma banca. Enquanto a correção já acontece, os veículos vão chegando e trazendo mais provas, conforme horário agendado, e há dez pessoas que fazem suporte para o leva-e-traz dos pacotes.

O treinamento para as correções é feito na terça-feira: discutem-se as respostas, os critérios a serem adotados, e se procede a uma correção-piloto (ou “falsa-correção”) de cerca de cem provas. Se necessário for, esse procedimento pode também ocorrer no dia seguinte. A partir da correção-piloto, os professores vão recebendo os lotes de forma aleatória, corrigindo as provas página por página, e debatendo entre si, pois sempre as provas são corrigidas no mínimo duas vezes. Se há grande discrepância entre as duas correções, entra um terceiro corretor, para garantir que o processo seja o mais preciso possível.

A redação se constitui num caso especial. Segundo Roberto Costa:

Português sempre foi o caso mais complicado de todos, pois na segunda fase tem dez questões e mais uma redação, que vale metade da prova e gera muitas dificuldades. Cada redação é corrigida por dois professores, e as notas dadas vão de zero a quatro – é mais fácil trabalhar em escala pequena – depois o computador multiplica. Se um corretor, por exemplo, deu dois e outro deu três, a nota é a média; mas se houve uma diferença de mais de um ponto, aí um terceiro corretor entra em ação para definir melhor a nota, pois considera-se que há problema de correção. As redações são avaliadas quanto à gramática e sintaxe, coerência textual e adequação de seu desenvolvimento ao tema dado. Quatro é o que se dá para uma redação perfeita e zero significa que ela fugiu totalmente do tema – o que é imperdoável – ou que traz problemas gravíssimos, e o candidato não consegue expressar suas idéias. Todo ano, curiosamente, há muitos zeros sofisticados: demos esse nome metafórico àquelas redações que até são bem articuladas, mas escapam completamente ao tema dado, como se o candidato não o tivesse lido. Esse, na verdade, é um pro-

cedimento padrão; agimos assim em todas as questões dissertativas, que valem de zero a quatro pontos. A nota quatro é dada se a resposta está muito boa; zero se a questão pedia Revolução Francesa e o candidato respondeu sobre a Guerra dos Emboabas, ou se não articulou minimamente as idéias⁴⁶.

Ao final da correção, tudo vai para o Centro de Processamento de Dados da Fuvest, onde se aplicam todos os critérios previamente definidos para o exame vestibular daquele ano, e depois são publicados em *Diário Oficial* e no *Manual do Candidato*. Por exemplo, até há poucos anos, verificava-se se havia notas mínimas necessárias em cada carreira, e quais eram – pois podiam ocasionar o deslocamento do candidato que tirou abaixo de algumas delas para a segunda chamada, ou a sua desclassificação. Também verificava-se se a nota da primeira fase entrava na contagem final – o que continua sendo feito; também o peso da nota do Enem, entre outras questões. A partir de tudo isso obtém-se uma média final para cada candidato. Em diversas épocas, os cálculos para se chegar às médias finais foram feitos de diferentes maneiras. Por fim, elaboram-se as listas de chamada: em 1992, foram três; em 2006, cinco.

Esses dados técnicos variaram sempre e são objeto de discussões na Fuvest e principalmente no Conselho de Graduação. Algumas têm deliberações muito rápidas, outras geram maior debate, como aquela que envolveu a existência ou não de uma nota mínima em redação, num momento (início da década de 1990) em que a sua existência contribuía para a sobra de vagas em determinadas carreiras com menor concorrência, como Letras, História e Geografia. A idéia da sua não-existência inquietou a alguns, pois envolveria padrões de conhecimentos e habilidades que, por muitos anos, foram considerados desejáveis em um estudante ingressante na Universidade de São Paulo.

46. Entrevista concedida em 10 ago. 2005.

As listas são publicadas na sede da Fuvest e nas unidades da USP no interior, além de saírem no *site* www.fuvest.br e poderem ser consultadas pelo “disk-fuvest”, em datas que já foram definidas desde o início do ano, pois, nos dias que se seguem, são iniciados os processos de matrícula em cada departamento da Universidade de São Paulo e nas outras agregadas ao sistema Fuvest. Também são postos à disposição de cursinhos e jornais disquetes com as listas, caso eles queiram publicá-las.

O dia seguinte à publicação dos resultados sempre foi agitado, chegando a ser, em alguns anos, tão tenso quanto a segunda-feira a seguir da finalização das inscrições. Muitos pais vão à Fuvest para saber por que seus filhos não passaram. Esses casos são atendidos em uma sala denominada “departamento de mães”, pois são elas que vêm em maior quantidade. É explicado para todos, em detalhes, os critérios e a forma da correção, e reafirma-se o que está no *Manual do Candidato*: não há revisão de provas. Algumas vezes os coordenadores até abriram o cofre para verificar as provas, sempre de maneira sigilosa, de modo a perceber se não houvera algum equívoco de correção, mas sempre apuraram a inexistência de falhas. Muitas conversas ocorridas no “departamento de mães” tornaram-se folclóricas: há desde mães que se negam a aceitar qualquer justificativa – duas delas entraram na Justiça contra a Fuvest em 1992, contestando os resultados, e perderam a demanda – até alguns pais que, nesse momento, descobrem que seu filho não entrou em Odontologia por que prestou para Música, ou então simplesmente não compareceu aos exames⁴⁷.

Percebe-se que existe uma preocupação muito grande por parte da Fuvest em esclarecer previamente os candidatos sobre os procedimentos que são adotados, mas também um cuidado especial no atendimento à comunidade, especialmente à família, que é recebida no “departamento de mães” para dissipar quaisquer dúvidas referentes ao vestibular.

47. “O Filho não Passou. O Jeito é Culpar a USP”, *Jornal da USP*, de 22 a 28 jun. 1992.

6.7 *Elaboração dos Relatórios e os Debates: o Vestibular se Auto-Avalia*

O Relatório de Vestibular, encaminhado ao Conselho Universitário até o final do primeiro semestre, é uma análise de todos os procedimentos obtidos, e influencia consideravelmente as deliberações sobre o ano seguinte.

O seu conteúdo tem um núcleo comum, no qual consta: número de inscritos, vagas oferecidas (que podem vir discriminadas por escola), as escolas atendidas além da USP, número de convocados para a segunda fase, pessoas envolvidas nos trabalhos (fiscais, coordenadores, bancas de produção das provas, corretores, revisores e outras categorias) em cada fase, número de locais utilizados para a aplicação das provas, local da correção da segunda fase e tempo de duração, além de outros itens importantes, tais como: cadastramento dos inscritos, alocação, emissão dos cartões de cadastro de respostas, apuração da primeira fase, lista de convocados para a segunda fase, alocação dos convocados, transcrição dos resultados da segunda fase, cálculo das notas normalizadas e das médias ponderadas, classificação, listas e remanejamento dos candidatos nas três chamadas e estatísticas em geral.

Também constam, nos anexos, gráficos e tabelas sobre os candidatos, apurados a partir dos questionários por eles preenchidos e entregues junto com a ficha de inscrição. Em alguns anos, há também as alterações pelas quais o vestibular passou: a abertura de novos cursos, mudanças nas provas, as novas instituições que se associaram ao sistema Fuvest, exigências nas provas de habilidades específicas.

Paralelamente à montagem desse relatório, ocorre a de outro, calcado na análise dos resultados das questões do vestibular anterior, e que já foi mencionado quando se tratou das bancas criadoras de questões. Tais tarefas fazem com que o exame vestibular promovido pela Fuvest se auto-analise e se encadeie no exame seguinte, garantindo sempre qualidade na presta-

ção do serviço, bem como toda a crítica possível ao papel do vestibular da Universidade de São Paulo.

Essa é uma preocupação permanente da instituição que é acompanhada pelos conselheiros curadores, que participam de seminários sobre vestibulares no Conselho Estadual de Educação e também de outros congressos, onde debatem com outras universidades. Sobre isso, nos disse Hélio Nogueira da Cruz, então vice-reitor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho Curador da Fuvest de 2002 a 2005:

Quase na totalidade do nosso país os vestibulares são bem-feitos. E a Fuvest é uma espécie de referencial, eles aprendem conosco e nós aprendemos com as experiências anteriores de todas as instituições envolvidas com o tema. Há pouco tempo estive na Universidade do Chile, em Santiago, e eles usam um formato de vestibular parecido com o nosso. Também tive uma entrevista com um pessoal de uma província chinesa, que veio com a finalidade de saber a respeito de nossa experiência com vestibulares. Lá, o vestibular é um acontecimento até mais evidente do que aqui, mobilizando um aparato muito maior, e eles querem conhecer melhor a nossa logística, que é bastante complexa e respeitável⁴⁸.

Ao lado dessa preocupação, a Fuvest sempre patrocinou estudos sobre o seu vestibular. De todas as questões discutidas, talvez a mais candente seja a validade de se utilizar ou não testes de múltipla escolha, e o fato de a Fuvest ter um sistema vestibular misto, com questões dissertativas na segunda fase. Essa reflexão não parou, movida pela aguda consciência que todos têm do poder exemplar dos exames da Fuvest sobre o ensino médio no Estado de São Paulo.

Em 1992, a Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo promoveu um encontro entre vários professores para debaterem sobre o exame. Concordou-se que o vestibular tinha muitos problemas e precisava

48. Entrevista com Hélio Nogueira da Cruz.

ser mudado em muitas coisas, afinal, não era um mero mecanismo de distribuição de vagas, e sim uma forma de selecionar os mais bem preparados. Por isso mesmo, nunca se deixaria de discuti-lo, para sempre selecionar o que havia de melhor no rol de experiências possíveis. O título da matéria sobre o debate, realizada pelo *Jornal da USP*, foi muito bem colocado: “O Vestibular Enfrenta seu Vestibular”.

Na realidade, o vestibular da Fuvest não continuaria a ser a instituição respeitável que é até hoje se não fossem seus mecanismos de auto-avaliação, que começam com o patrocínio de pesquisas sobre a temática “vestibular para a USP” pela própria Fuvest, e com a elaboração dos relatórios. Por isso, é correto concluir-se que, ano após ano, a Fuvest, com os esforços e a política que vem empreendendo, enfrenta seu próprio vestibular.

Considerações Finais

SE AO LONGO do tempo a palavra Fuvest tornou-se sinônimo de padrão de excelência em exames vestibulares, isto deve-se ao fato de que, nos últimos trinta anos, o corpo de funcionários, conselheiros e diretores demonstrou responsabilidade, experiência e apoio técnico. Ano após ano, os trabalhos desempenhados são revistos e aprimorados em qualidade, sempre visando critérios seletivos claros e justos, e mínimas possibilidades de falha, em uma rotina incansável de planejamentos e discussões antes de cada nova ação. Sendo assim, uma retrospectiva da sua história nos revela que, para entendê-la, fez-se necessário, especialmente, verificar essa conexão entre a instituição e a sociedade como um todo, já que existe uma ampla colaboração de outros setores para que as atividades se concretizem, conforme descrevemos neste livro.

Cabe ainda realçar a relação intrínseca entre a Fuvest e a própria Universidade de São Paulo, uma vez que a primeira põe em prática deliberações do Conselho de Graduação. No entanto, a Fuvest corresponde também às expectativas da Universidade, dando-lhe retorno por meio do financiamento de pesquisas, de infra-estrutura e mesmo da prestação de outros serviços.

A polivalência da Fuvest é perceptível ainda pela constituição de um patrimônio próprio e do gerenciamento eficaz do mesmo. Com isso, foi possível conquistar autonomia ao lado da superação das dificuldades.

Todo esse conjunto é que dá respaldo à imagem de eficiência que aparece não apenas na mídia, mas que pode também ser observada no

cotidiano da instituição. E foi com o intuito de revelar todos esses aspectos que escrevemos este livro, já que o método de trabalho, as fontes compiladas e os resultados nos levaram a analisar a instituição em suas múltiplas facetas.

Parabéns, Fuvest. Há o que comemorar nestes trinta anos de existência!

Lista de Imagens, Gráficos e Tabelas

Gráficos e Tabelas

1. Relação de isenções oferecidas/ isenções utilizadas.
2. Relação de aprovados das escolas públicas e particulares.

Imagens e Créditos

Ada Pellegrini Grinover, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1998-2002).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 339/00).

Foto: Cecília Bastos, s.d.

Adilson Avansi de Abreu, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1992-1994).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 224/94).

Foto: Jorge Maruta, 11 ago. 1994.

Adolpho José Melfi, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1999-2002).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 367/01).

Foto: Jorge Maruta, 15 nov. 2001.

Antonio Guimarães Ferri, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1976-1978).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (s.reg.).

Foto: Jorge Maruta, 31 jan. 1997.

Calouros 2002 – Poli, matrícula.

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 032/02).

Foto: Cecília Bastos, 18 fev. 2002.

Calouros 2002 – Poli, recepção aos calouros.

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 032/02).

Foto: Cecília Bastos, 18 fev. 2002.

Carlos Alberto Barbosa Dantas, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1994-1998).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 138/97).

Foto: Francisco Emolo, 21 maio 1997.

Chaim Samuel Hönig, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1988-1992).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (s.reg.).

Foto: Oswaldo José dos Santos, 30 dez. 1988.

Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1990-1994).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 430/97).

Foto: Jorge Maruta, 13 jan. 1998.

Prova da Fuvest na Faculdade de Educação.

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 419/03).

Foto: Cecília Bastos, 30 nov. 2003.

Hélio Nogueira da Cruz, presidente do Conselho Curador da Fuvest (2002-2006).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 21/96).

Foto: Jorge Maruta, 14 fev. 1996.

Myriam Krasilchik, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1995-1998).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 389/99).

Foto: Ernani Coimbra, 28 set. 1999.

Oswaldo Paulo Forattini, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1980-1982).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 094/96).

Foto: Jorge Maruta, 15 abr. 1996.

Fachada do prédio novo da Fuvest.

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 305/98).

Foto: Oswaldo José dos Santos, 18 set. 1998.

Roberto Celso Fabrício Costa, consultor de operações, concursos e vestibular da Fuvest.

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 198/00).

Foto: Oswaldo José dos Santos, 2000.

Roque Spencer Maciel de Barros, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (1980-1982).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 223/97).

Foto: Oswaldo José dos Santos, 5 ago. 1997.

Ruy Aguiar da Silva Leme, presidente do Conselho Curador da Fuvest (1987-1990).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 426/90).

Foto: Francisco Emolo, 28 ago. 1990.

Sônia Terezinha de Sousa Penin, vice-presidente do Conselho Curador da Fuvest (2002-2006).

Fonte: USP/CCS/DVIDSON/Argus Documentação (Reg.: 400/01).

Foto: Francisco Emolo, 18 dez. 2001.

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1977).

Manual de Informações da Fuvest. Vestibular Unificado para Escolas Particulares de Engenharia (Vestibular de 1977).

Manual de Informações da Fuvest (Segundo Vestibular de 1977).

Manual de Informações da Fuvest (Terceiro Vestibular de 1977).

Manual de Informações da Fuvest. Ciências Biológicas (Vestibular de 1981).

Manual de Informações da Fuvest. Ciências Exatas e Tecnologia (Vestibular de 1981).

Manual de Informações da Fuvest. Humanidades (Vestibular de 1981).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1987).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1990).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1996).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 1998).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 2000).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 2001).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 2002).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 2005).

Manual de Informações da Fuvest (Vestibular de 2006).

Fontes e Referências Bibliográficas

I. Entrevistas

Adriano Wilson das Neves, 27 jul. 2005 e 2 ago. 2005.
Alexandre Hecker, set. 2005.
Carmen Sílvia Gama, 9 nov. 2005.
Hélio Nogueira da Cruz, 13 set. 2005.
Ivone Marques Dias, 15 set. 2005.
Jairson de Lima, 25 ago. 2005.
José Coelho Sobrinho, 3 ago. 2005.
José Goldemberg, 17 ago. 2005.
Lúcia Helena Gama, set. 2005.
Maria Lúcia Palma Gama, 11 set. 2005.
Myriam Krasilchik, 24 out. 2005.
Paulo Aranha Dias, 22 set. 2005.
Roberto Celso Fabrício Costa, 10 ago. 2005 e 23 fev. 2006.
Sérgio Marques, 22 set. 2005.
Setembrino Petri, 29 ago. 2005.
Sônia Penin, 13 out. 2005.

II. Jornais

AB'SABER, Aziz Nacib. *Folha de S.Paulo*, Caderno "Fovest", São Paulo, 15 nov. 1982, p. 4.
ABRAMO, Perseu. "Classificação e Eliminação: o que Diz a Fuvest". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 dez. 1976, p. 46.
"Alunos Exigem Aulas e Expulsam Fuvest da FAU". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1989, p. 22.
AZEVEDO NETO, José Martiniano de. *Folha de S.Paulo*, Caderno "Fovest", São Paulo, 15 dez. 1982, p. 8.
BINDI, Carlos. "Fuvest – Mudança na Concorrência". *Folha de S.Paulo*, Caderno "Fovest", São Paulo, 13 dez. 1981, p. 4.

- “Cento e Cinquenta Vestibulandos Deverão Impetrar Hoje o Mandado”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 dez. 1976, p. 46.
- COSTA, Roberto Celso Fabrício. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2002, p. 15.
- COVAS, Mário. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 20 nov. 1982, p. 4.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 13 nov. 1982, p. 4.
- “Foi Protelada a Entrada dos Mandados de Segurança contra o Vestibular”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1976, p. 1.
- “Fuvest Segue a Unicamp e Apresenta Lista de Leituras”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 nov. 1988, p. 38.
- GOLDEMBERG, José. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 2 jan. 1983, p. 4.
- LOPES, Luiz Carlos. “O Dono dos Segredos da Fuvest”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 out. 1990, p. 15.
- “Mais de 10 Mil Candidatos São ‘Pára-Quedistas’”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 out. 1989, p. 36.
- MATEOS, Simone B. & SOUZA, Rose Mary. “Elite é Minoria entre Alunos da Unicamp”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 16 jun. 1999, p. 8.
- MELLO, Fernando & NOGUEIRA, Salvador. “Fuvest Indica Elitização dos Cursos”. *Jornal do Campus*, São Paulo, 14 abr. 1999, p. 5.
- NASCIMENTO, Walter Sócrates do. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 26 nov. 1982, p. 4.
- NÓBREGA, Carlos Alberto de. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 26 dez. 1982, p. 4.
- “O Filho Não Passou. O Jeito é Culpar a USP”. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 a 28 jun. 1992, p. 6.
- “O Vestibular Enfrenta seu Vestibular”. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 a 28 jun. 1992, p. 1.
- “Para 5,527, as Provas São só de ‘Experiência’”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1981, p. 28.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 1 dez. 1982, p. 4.
- “Polícia Vai Vigiar Provas da Fuvest”. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 22 out. 1991, p. 4.
- “Prova da Fuvest Está nas Mãos de uma só Pessoa”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 nov. 1988, p. 15.
- SEGATTO, Cristiane. “Fuvest Convoca 8 241 Aprovados na 2ª Fase”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 6 fev. 1996, p. 31.
- SZANJBOK, Moyses. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 21 nov. 1982, pp. 1-4, e 22 dez. 1982, pp. 1-4.
- TAKAHASHI, Fábio & HARNIK, Simone. “Escola Privada Amplia Domínio na Fuvest”. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Cotidiano”, São Paulo, 15 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18372.shtml> (consultado em 15 fev. 2006).
- VANIN, José Atilio. *Tendências do Vestibular*. São Paulo, jun. 1998, p. 2.
- “Vestibulares, uma Crise Dirigida”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1976, p. 1.
- WILHEIM, Jorge. *Folha de S.Paulo*, Caderno “Fovest”, São Paulo, 4 dez. 1982, p. 4.

III. Atas

684ª Ata do Conselho Universitário, 20 abr. 1976.
Primeiro Livro de Atas da Fuvest, 1976-1977.
Segundo Livro de Atas da Fuvest, 1978-1984.
Terceiro Livro de Atas da Fuvest, 1984-2006.

IV. Estatutos, Regimentos, Relatórios, Manuais e outros documentos administrativos

Estatuto da Fuvest, 1997.
Estatuto de Fundação da Fuvest, anexo à 684ª Ata do Conselho Universitário, 20 abr. 1976.
Manual de Processos e Cargos, 2002.
Regimento Interno da Fuvest, 1997.
Série Manual do Candidato, 1977-2006.
Série Manual do Candidato à Transferência, 2001-2006.
Série Relatórios de Vestibular, 1977-2000.

V. Diários Oficiais

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, “Resolução nº 53”, 13 out. 1976, p. 5341.
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 23 jun. 1983, p. 14.
 _____. “Portaria nº 520, de 29 de Maio de 1979”, 1 jul. 1979, p. 7823.

VI. Bibliografia

DICIONÁRIO PRÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA MELHORAMENTOS. São Paulo, Melhoramentos, 1987.
 ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil. 1930-1973*. 26. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

Índice Onomástico

- Ab'Saber, Aziz Nacib, 28, 173
Abramo, Perseu, 61, 173
Abreu, Adilson Avansi de, 79, 80, 86, 169
Ades, César, 80
Alves, Walter, 81
Andrade, Carlos Drummond de, 38
Araújo, Paulo Fernando Cidade, 80
Arns, dom Paulo Evaristo, 105, 106
Aubert, Francis Henrik, 80
Azevedo Neto, José Martiniano de, 29, 173
Azzoni, Carlos Roberto, 81
Baffa Filho, Oswaldo, 80
Bandel, Gehard, 80
Barros, Roque Spencer Maciel de, 65, 79, 81, 170
Bastos, Cecília, 169, 170
Beiseguel, Celso de Rui, 80
Bilac, Olavo, 38
Bindi, Carlos, 149, 173
Bivar, Vanessa dos S. Bodstein, 23, 24, 46, 50, 54, 62, 71, 79, 80, 81, 173
Bizzo, Nélío Marco Vincenzo, 80, 101
Borzani, Walter, 79
Câmara, Leandro Calbente, 5, 11
Camargo, Erney Felício Pleassmann de, 80
Campos, Francisco, 26
Capmiglia, Sylvia Suzana, 80
Caroli, Alésio João de, 54, 63, 71, 73, 142
Carvalho, Geraldo Camargo de, 39
César, Ruth de Oliveira, 95
Coelho Sobrinho, José, 31, 61, 63, 74, 147, 173
Coimbra, Ernani, 170
Comune, Antonio Evaldo, 81
Corrêa, Rivadávia, 26
Costa, Elisa Jorge, 95
Costa, Roberto Celso Fabrício, 30, 31, 54, 73, 74, 81, 87, 94, 105, 111, 112, 126, 128, 134, 142, 143, 144, 145, 146, 160, 170, 173
Costa, Wanderley Ferreira da, 80
Covas, Mário, 29, 32
Cruz, André Ricciardi, 46, 81
Cruz, Hédio Nogueira da, 16, 49, 50, 79, 103, 122, 164, 170, 173
Cunha, Antonio Brito da, 46, 79, 93
Dallari, Dalmo de Abreu, 28
Dantas, Carlos Alberto Barbosa, 4, 79, 97, 170
di Dio, Renato Alberto T., 95
Di Gênio, João Carlos, 39
Dias, Ivone Marques, 30, 173
Dias, Madalena Marques, 5, 11
Dias, Paulo Aranha, 39, 173
Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 80
Dreifus, André, 39
Ellert, Reinholt, 79, 80
Emolo, Francisco, 170, 171
Ferreira, Luiz Guimarães, 79, 81
Ferri, Antonio Guimarães, 46, 53, 61, 79, 169
Ferri, Mário Guimarães, 54
Fleury, Maria Tereza Leme, 80
Forattini, Oswaldo Paulo, 58, 170

- Gama, Carmen Sílvia, 5, 11, 41, 64, 173
Gama, Lúcia Helena, 43, 64, 173
Gama, Maria Lúcia Palma, 29, 173
Giacaglia, Giorgio Eugenio Oscare, 46, 81
Giesbrecht, Ernesto, 81
Goldemberg, José, 28, 37, 46, 51, 79, 119, 120, 156, 173
Gonzalez, Ernesto Rafael, 80
Grinover, Ada Pellegrini, 79, 99, 121, 169
Guramilk, Hernan Chaimovich, 80
Harnik, Simone, 108
Hecker, Alexandre, 43, 173
Hönig, Chaim Samuel, 75, 79, 170
Ibícibus, Sérgio de, 79, 81
Janote, Edda, 95
Jesus, Eduardo Rodrigues de, 84
Krasilchik, Myriam, 79, 95, 100, 101, 170, 173
Krieger, Henrique, 80
Leme, Ruy Aguiar da Silva, 72, 79, 171
Lima, Igor Renato Machado de, 5, 11
Lima, Jairson de, 31, 173
Lopes, Luiz Carlos, 174
Macedo, Lino de, 80
Machado, Lúcio Gomes, 84
Machado, Nilson José, 80
Marques, Sérgio, 38, 39, 173
Martins, José Augusto, 79, 80
Maruta, Jorge, 169, 170
Massambani, Almir, 80
Mateos, Simone B., 108
Matos, Meira, 35
Melfi, Adolpho José, 79, 102, 169
Mello, Fernando, 108
Mello, Sylvio Ferraz, 80, 81
Migliorini, Renato Hélio, 79, 80
Mondelli, José, 79
Moraes, Vinícius de, 38
Moraes, Flávio Fava de, 80, 81
Moreira, Edson dos Santos, 80
Morgante, João Stenghel, 80
Moscati, Giorgio, 80, 95, 96
Mota, Carlos Guilherme, 42
Nascimento, Ivan Cunha do, 80
Nascimento, Walter Sócrates do, 33, 174
Neves, Adriano Wilson das, 53, 60, 63, 64, 73, 82, 122, 134, 147, 148, 155, 173
Nóbrega, Carlos Alberto de, 32, 174
Nogueira, Salvador, 108
Oliveira Junior, Azauri Albano de, 80
Oliveira, Luiz Nunes de, 80
Orsini, Luiz de Queiroz, 80
Paiva, Orlando Marques de, 69
Passarinho, Jarbas, 31
Penin, Sônia Teresinha de Sousa, 77, 79, 80, 107, 110, 111, 127, 171, 173
Pereira, Luís Carlos Bresser, 28, 174
Perondini, André Luiz Paranhos, 81
Petri, Setembrino, 23, 24, 46, 50, 54, 62, 71, 79, 80, 81, 173
Pinho Filho, Alceu Gonçalves de, 81, 101, 145
Raia, Sylvio Mário Atilio, 79, 80
Rangel, Vicente Marotta, 79
Reis, Sylvio Carlos Borges dos, 81
Rheimbolt, 27
Ribeiro Neto, Adolfo, 39
Ripper, Afira Vianna, 95, 96
Rocco, Maria Thereza Fraga, 81, 144
Rodrigues, Flávio Wagner, 81
Romanelli, Otaíza de O., 32, 33, 48
Rosenthal, Erwin Theodor, 46, 81
Saldanha, Elza, 73
Samara, Eni de Mesquita, 5, 6, 16, 23, 24, 46, 50, 54, 62, 71, 79, 80, 81, 173, 179
Santos, frei Davi Raimundo, 106
Santos, Oswaldo José dos, 170
Segatto, Cristiane, 150
Souza, José Maria Pacheco de, 81
Souza, Rose Mary, 108
Szanjbok, Moyses, 54, 62, 63, 71, 90, 91, 103, 132

Takahashi, Fábio, 108	Vasconcellos, José Vieira de, 132
Titarelli, Augusto Humberto Vairo, 80	Via, Sara Chucid da, 95
Vanin, José Atílio, 81, 145, 146	Villalobos, João Eduardo Rodrigues, 47
Varella, Dráuzio, 39	Vizioli, Paulo, 79, 81
Vasconcellos, Eduardo Pinheiro Gondim de, 78, 79, 80, 170	Wilheim, Jorge, 32
	Zaccarelli, Sérgio Baptista, 81

<i>Título</i>	<i>30 Anos de Fuvest: a História do Vestibular da Universidade de São Paulo, 1976-2006</i>
<i>Autor</i>	Eni de Mesquita Samara
<i>Produção</i>	Alexandre Santana Franco Cristiane Silvestrin
<i>Projeto Gráfico e Capa</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Editoração Eletrônica</i>	Alexandre Santana Franco
<i>Revisão de Texto</i>	Jonathan Busato
<i>Revisão de Provas</i>	Fabiane Rodrigues Zorn Maurício Katayama
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Edilena Colombo
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	20 x 25 cm
<i>Tipologia</i>	Minion 11/16,8 e Centaur 14/16,8
<i>Papel</i>	Capa dura revestida com couché fosco 120 g/m ² (capa) Offset linha d'água 90 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	184
<i>Tiragem</i>	1500
<i>CTP, Impressão e Acabamento</i>	Lis Gráfica

A Fundação para o Vestibular (Fuvest) apresenta uma rica e exitosa trajetória ao longo de seus trinta anos. Durante esse período, sempre soube responder ao avanço tecnológico e às mudanças da sociedade brasileira, constituindo-se em referencial para entidades congêneres no país.

Este livro, elaborado especialmente para comemorar esses trinta anos de existência, procura refletir sobre a evolução da entidade a partir de sua própria história, além de oferecer oportunidade para o compartilhamento sistematizado de sua experiência.

ISBN 978-85-314-0976-9



9 788531 409769